UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ROGER AUGUSTO IKEMORI YAMAGUISHI

**O TERCEIRO PASSO NA ESCOLHA DE UMA
PROFISSÃO**

**SÃO PAULO
2015**

ROGER AUGUSTO IKEMORI YAMAGUISHI

**O TERCEIRO PASSO NA ESCOLHA DE UMA
PROFISSÃO**

(VERSÃO CORRIGIDA)

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO,
COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM PSICOLOGIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
PSICOLOGIA SOCIAL

ORIENTADORA: PROF^a DR^a YVETTE PIHA
LEHMAN

**SÃO PAULO
2015**

**AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL
DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU
ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA
A FONTE.**

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Yamaguishi, Roger Augusto Ikemori.

O terceiro passo na escolha de uma profissão / Roger Augusto Ikemori Yamaguishi; orientadora Yvette Piha Lehman. -- São Paulo, 2015.

205 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Escolha profissional 2. Eu inconsciente 3. Significante 4. Psicanálise I.
Título.

LB1027.5

NOME: YAMAGUISHI, ROGER AUGUSTO IKEMORI

TÍTULO: O TERCEIRO PASSO NA ESCOLHA DE UMA PROFISSÃO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE MESTRE EM PSICOLOGIA

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

PROF(A). DR(A). _____

INSTITUIÇÃO: _____ ASSINATURA: _____

PROF(A). DR(A). _____

INSTITUIÇÃO: _____ ASSINATURA: _____

PROF(A). DR(A). _____

INSTITUIÇÃO: _____ ASSINATURA: _____

Em memória ao meu お祖父ちゃん.

Que eu tenha sabido herdar, conquistar e possuir tua herança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Yvette tanto pelas orientações, quanto pelas supervisões ao longo da escrita desta dissertação e antes.

A todos e a cada um de minha família, que souberam me acompanhar ao longo de cada um de meus momentos, especialmente minha mãe, a quem eu acompanhei nesses últimos difíceis meses.

À equipe do Hospital Geral do Exército pelos cuidados prestados ao meu avô: foi motivo de muito orgulho e satisfação ter recebido esses cuidados em sua primeira e única internação hospitalar.

Ao Goten, que me viu entrar na graduação em psicologia, mas não pôde me ver saindo do mestrado. Sua falta faz falta.

Ao professor Gilberto Safra pela ajuda no processo de escrita clínica.

Aos amigos do Campo Lacaniano pelo constante diálogo e indicação de textos preciosos.

Aos companheiros do SOP, que sempre estiveram à disposição, ajudando dentro do possível.

Aos camaradas orientadores com quem pude trabalhar e dialogar ao longo de todos esses anos, em cada uma das escolas, cursinhos, faculdades em que trabalhei. Especialmente à amiga Elaine, a quem serei sempre grato.

À minha amiga Juliana, de Jundiaí, com seus comentários surpreendentes, uma perspicácia clínica dentro do processo de orientação profissional que me impressiona muito e sempre mais.

Aos adolescentes, cada um deles, que empreendi atendimento em orientação profissional. No final, literalmente, esse esforço é para eles.

RESUMO

YAMAGUISHI, R.A.I. (2015). *O terceiro passo na escolha de uma profissão*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Distanciar a escolha profissional de uma concepção egóica, mantendo-se numa abordagem clínica é um desafio, porém, não deixa de ser uma escolha de perspectiva. A questão, portanto, é pensar nessa escolha – fazendo uso dos recursos psicanalíticos – de modo a se afastar da concepção de ego consciente apenas (o que não significa desconsiderá-la), sem se distanciar do ego em si. O ponto de partida é o eu inconsciente, essa parte inconsciente do próprio eu, saindo da concepção de um ego forte e autônomo, o que leva a uma consideração pelo próprio inconsciente nessa escolha: será tratado como articulado por representações de coisa, em Freud, e como discurso do Outro via significante, em Lacan – nos dois casos há um tratamento da e pela palavra. Essa é uma perspectiva que vem através de atendimentos que colocaram questões para o clínico e pesquisador da presente dissertação, questões quanto à emergência de formações do inconsciente. A busca por respostas para essas questões constitui os dois primeiros passos desta dissertação. Achar uma resposta está no terceiro passo: trata-se da criação a partir de um vazio fundante, herdado desde os pais, mas que cada filho deve saber conquistar e possuir. Um caso analisado de forma vertical é apresentado de tal maneira, pois suas questões é que promoveram as teorizações das passagens desse terceiro passo. Vinhetas clínicas acompanham esse caminhar nos passos, para fazer uso de sua força ilustrativa e pela ajuda no achar das questões.

Palavras-chave: Escolha profissional; eu inconsciente; significante; psicanálise.

ABSTRACT

YAMAGUISHI, R.A.I. (2015). *The third step in choosing a profession*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

To distance the professional choice of an ego conception, maintaining a clinical approach is a challenge, but it is still a choice of perspective. The question, therefore, is to consider the choice – making use of psychoanalytic resources – in order to move away from the concept of a conscious ego only (which does not mean ignoring it), without distancing himself from the ego itself. The starting point is the unconscious “I”, this unconscious part of “I”, leaving the concept of a strong and self-governed ego, which leads to a consideration for the own unconscious in this choice: will be treated as articulated by representations of thing in Freud, and as the speech of the Other via significant, in Lacan - in both cases there is a treat of and by the word. This is a perspective that comes through treatments that raised questions for the clinician and researcher of this dissertation, issues concerning the emergency unconscious formations. The search for answers to these questions is the first two steps of this dissertation. Finding an answer is the third step: it is the creation from an empty founding, inherited from parents, but that every child should learn to conquer and possess. A vertically analyzed case is presented in such a way, because your questions is that promoted the theories of the passages that third step. Clinical vignettes follow this walk in steps, to make use of their illustrative power and for helping to find questions.

Keywords: Professional choice; unconscious self; significant; psychoanalysis.

SUMÁRIO

I.Introdução.....	10
II. Três Passos Teóricos.....	20
1. Primeiro Passo.....	23
2. Segundo Passo.....	40
3. Comentário sobre os dois primeiros passos.....	55
3.1. O suporte em Lacan.....	58
3.2. Do eu inconsciente na escolha.....	67
4. Uma questão de método.....	78
5. Terceiro Passo.....	86
5.1. Primeira passagem: herdar.....	87
5.1.1. Retomada da Introdução.....	98
5.1.2. Uma análise vertical.....	104
5.2. Segunda passagem: conquistar.....	106
5.2.1. O trabalho da escolha.....	106
5.2.2. Um sonho como prova.....	114
5.2.3. O trabalho da escolha no duplo sentido.....	128
5.3. Terceira passagem: possuir.....	144
5.3.1. Da justificativa à poesia.....	166
6. Sínteses Teóricas.....	182
6.1. Teorização primeira.....	182
6.2. Teorização segunda.....	185
6.3. Teorização terceira.....	187
6.4. Ponto de diferença.....	191
 Notas.....	 197
 Bibliografia.....	 205

I. Introdução

*“Lol se casou sem ter querido,
da maneira que lhe convinha,
sem passar pela selvageria da escolha.”*

(Duras, M., 1964)

Escolher dá trabalho, é uma selvageria! Não bastasse isso, a adolescência é o tempo de escolha. Alberti (2004) escreve que *não há nada mais próprio da adolescência do que triar: isso sim, aquilo não.* – p. 12, e para a autora a adolescência é a elaboração das escolhas e elaboração da falta no Outro parental, ou seja, elaboração da queda dos pais como figuras ideais e plenas; há estreita relação entre a elaboração de escolhas e a queda dos pais como figuras ideais (e a elaboração da perda desses ideais), pois que se os pais são imagens plenas (se o adolescente os mantém neste lugar), não há possibilidade de um sujeito de desejo, apenas de um assujeito da vontade desse Outro parental.

Dentre outras há a escolha de um trabalho, de uma profissão, escolha essa que ainda carrega o peso de ser a escolha “para o resto da vida”, como se ao escolher uma determinada profissão o adolescente tivesse de permanecer nela para sempre ou enquanto a vida durar! Escolha sem volta, escolha que traz em seu bojo todo o destino do jovem sujeito adolescente. Esse momento de encruzilhada na qual toda a vida do sujeito se coloca a frente para ser decidida não por acaso acaba condensando diversas questões para o adolescente: não se trata apenas da escolha de um trabalho ou de uma profissão (apenas para efeito ilustrativo, consideraremos trabalho como a atividade que possibilita um destino libidinal e com isso um laço social, e profissão uma forma de identidade pessoal e social), o que de maneira alguma é “apenas”, porém que essa escolha condensa a própria escolha de um destino, ou melhor, do destino. Afinal, o que está em jogo nessa escolha?

O que a experiência nos diversos atendimentos que foram realizados tem mostrado é que essa escolha não é apenas para o jovem sujeito adolescente, mas também para seus pais, ou melhor, é uma escolha onde pesa também a relação que se estabelece, que se estabeleceu e que se estabelecerá com os pais – retomando aí a relação entre elaboração de escolhas e a queda dos ideais parentais. Seja para pagar uma dívida, ou para contestar um destino já presente, é importante notar a relevância da palavra dos pais dentro da história desses sujeitos adolescentes nesse momento de escolha e é essa a hipótese desta dissertação, que esse momento de escolha possibilita uma reapropriação de si, reapropriar-se de sua própria história no momento dessa escolha, história sempre atravessada pelo Outro encarnado pelos pais. Mais ainda, trata-se de uma reapropriação do destino. Essa escolha pela reapropriação da história singular de cada sujeito só é possível justamente porque as imagens ideais dos pais caem, um furo se abre não (só) no sujeito, mas nesse Outro parental que agora se apresenta como deficiente, como castrado. Sem essa castração dos pais não haveria possibilidade de reapropriação da história do sujeito, haveria apenas alienação frente a um destino certo dado por essas figuras de completude.

Antes de prosseguir, cabe aqui certa delimitação terminológica que foi utilizada e será ainda mais utilizada ao longo da dissertação. O Outro aqui não é um outro qualquer, por isso a grafia em maiúscula, é esse Outro que é *a única instância à qual o bebê pode tentar apelar no seu desamparo fundamental, como dizia Freud* – Alberti, 2004, p. 13; a referência é ao Próximo, ao Homem ao Lado, ao *Neben Mensch* que Freud escreve já em seu *Projeto para uma psicologia científica* de 1895, sobre a figura do cuidador mais próximo do bebê e que lhe garante, não apenas a sobrevivência, mas também a significação daquilo que o bebê percebe “interna” e “externamente” (aspas para indicar que interno e externo formam um par que se ordena à posteriori pelo Eu

que deve ainda se constituir nessa relação com o Próximo, o Outro enfim). A referência à castração dos pais e a queda destes como ideais (dois movimentos que são um na adolescência) podem ser melhor compreendidas com aquilo que nos escreve Melman (1997): *ideal, na teoria analítica, diz-se de algo muito precioso, isto é, de não castrado. Seus pais (do adolescente) lhe aparecem como inevitavelmente deficientes, não estando à altura, medíocres, em uma palavra: castrados.* – p. 33, reforçando como essa queda do ideal parental e sua castração são dois movimentos que fazem um.

É por dizer que se trata de uma reapropriação do destino e de sua história que existe nessa escolha a possibilidade de separação do destino já traçado pelos pais, ou seja, tem se a possibilidade de uma reapropriação da relação com esse Outro encarnado pelos pais, não mais como figuras ideais, e sim como aqueles que deixaram rastros para que um caminho próprio seja construído. Então, não é a partir do nada que se constrói um caminho e sim a partir de rastros que são recolhidos. Esses rastros, é claro, são os rastros do desejo, o desejo dos pais que humanizaram o pequeno bebê e que agora tomam uma nova dimensão para o sujeito, precisam, também esses rastros de desejo parental, serem reapropriados e possuídos como próprios, tomando as palavras de Freud em Totem e Tabu (2012b): *O que herdaste de teus pais, conquista-o, para que o possuas* – p. 241.

É preciso “perder” os pais, no sentido de que eles não mais são as figuras ideais que sustentam todas as garantias para o adolescente. Como escreve Safatle (2005), é preciso encontrar outros modos de encarar o desamparo fundamental que não pelas balizas do Édipo. Este é um ponto de retorno que não está fora da adolescência, o retorno desse desamparo fundamental, que sem dúvida é infantil e, no entanto, nem por isso será elaborado de forma infantil, pelas balizas únicas e unificantes do Édipo,

porém, se não é só com o Édipo, não é sem os rastros deixados por esse complexo nuclear na articulação com o Complexo de Castração.

O que herdamos, o que constitui nossa herança se não os restos, aquilo que sobra daquilo que era o mais utilizado em certo período anterior? Ou seja, o que herdamos não é certo tipo de conteúdo, mas o que resta deste conteúdo, em especial, sua forma e suas palavras.

Utilizarei aqui um pequeno caso da história humana para ilustrar esse ponto, seguindo um pouco e, novamente, o livro mencionado de Freud, não em seu conteúdo (mais antropológico), e antes em sua forma (de se voltar para a história humana); um exemplo disso está na economia quando pensamos na gênese da moeda. Escrevem Passos e Nogami (2012), com base em Leontieff que *a moeda é a “mercadoria que serve de equivalente geral para todas as mercadorias”* - p. 447. Dentro da evolução da moeda, a primeira era elencada pelos autores é a era da mercadoria-moeda, na qual há uma mercadoria que possui certo valor intrínseco que intermediaria a troca direta de mercadorias, o que é um passo para a racionalização dos processos de troca, anteriormente realizada via escambo. Dentre todas as mercadorias-moedas, a mais utilizada foi o gado, tendo início na idade média europeia.

Esse primeiro passo para a concepção de moeda deixou seus rastros até hoje, por exemplo, no vocabulário que denota riqueza: Capital é uma palavra que se origina da época do gado como mercadoria-moeda, cujo significado é relativo à cabeça do gado; também pecúnia e pecuniário, termos hoje relativos a dinheiro, na sua origem remontam à pecuária: estes são exemplos de palavras que nos foram herdadas e outra herança desta primeira era da moeda está naquilo que o gado trazia de grande vantagem e desvantagem como mercadoria-moeda: o gado poderia ser guardado como poupança e esta rendia juros - a moeda rendia por reprodução, o rebanho aumentava e essa

poupança rendia assim seus juros pelos filhotes; por outro lado, manter o gado por muito tempo poderia causar depreciação dos ativos, ou melhor, perda de capital, literalmente, pois o gado poupado por muito tempo perdia seu valor até a desvalorização final com sua morte.

Essa forma de poupança e de desvalorização da moeda é algo também herdado desta época inicial e aqui vale destacar que não foi um conteúdo que herdamos, não continuamos a fazer trocas de mercadorias com gado, porém herdamos certa forma de enriquecimento e certo vocabulário relativo ao dinheiro. Isso valeu para as eras subsequentes, também elencadas pelos autores: era da moeda metálica, era da moeda-papel, era do papel-moeda (moeda fiduciária) e da moeda bancária (ou escritural). Cada época deixou sua marca, por exemplo a era da moeda metálica teve grande peso até o ano de 1973, quando a quantidade de papel-moeda impresso pelas casas da moeda de cada país equivalia à riqueza em ouro respectivo a cada nação – novamente aqui cabe a observação de que mesmo na época do papel-moeda, cujo lastro era em ouro, ainda assim não era o ouro que servia de moeda para intermediação das trocas: o que se herdou do ouro foi seu valor como mercadoria, mas esse valor passou a ser representacional para depois ser uma fideduciação, não era mais o ouro em si que circulava e isso desde a moeda-papel.

Por este pequeno exemplo histórico da humanidade, ilustra-se que a herança que se faz necessária de se herdar diz menos do conteúdo e mais da forma e de suas palavras. Ficar preso a uma herança de um conteúdo específico tende a paralisar o sujeito na mera repetição do idêntico ao que o pai sempre fez (ou, àquilo que a geração anterior sempre fez, não é possível uma apropriação do herdado para se fazer algo a partir disso, o que se faz é apenas repetição de um idêntico). Herdar, conquistar e possuir só é possível na relação com a forma e com as palavras herdadas, se a herança

for apenas um conteúdo, isso tende a prender o sujeito: a herança é algo que abre possibilidades quando é uma herança na qual o sujeito se apropriado não do conteúdo, mas de uma forma e de palavras. Podemos pensar agora num exemplo clínico: penso no adolescente que dizia que não importava o que escolhesse, tinha de fazer sucesso; vinha ele de uma família na qual os homens eram bem sucedidos, seu avô um juiz federal e seu pai médico de sucesso; ele pensava logo em fazer engenharia, embora não gostasse muito das matérias de exatas e não “se viesse” na carreira de engenheiro, e só pensava nessa profissão por conta do sucesso que se tornou uma obrigação a se atingir, algo que era herdado desde o avô paterno e que deveria ser continuado.

É curioso pensar que as escolhas rodeavam três profissões bem tradicionais: direito, medicina e engenharia. Para além do sucesso, o que havia nessa herança era a relação que seu avô e seu pai mantinham com as carreiras, uma boa relação, como o próprio adolescente tinha uma boa relação com ambos. Outro exemplo é de Carolina (caso que será retomado mais a frente), que só pensava em engenharia porque o pai era engenheiro e queria ser engenheiro como o pai: aqui a questão não é tanto querer ser engenheiro e sim querer ser engenheiro como o pai, bem como a questão não era ser bem sucedido na profissão, mas ser bem sucedido como o pai e o avô eram – havia em ambos uma fixidez com esse conteúdo herdado, seja o sucesso, seja a profissão em si, ambos buscavam repetir de forma idêntica esse conteúdo, numa relação muito direta com aquilo que era herdado. Também no caso dessa adolescente, o que se abriu foi a relação que o pai mantinha com a engenharia, nesse caso, uma relação que estava balançada porque o pai acabara de ser demitido e buscava novos empregos, o que abriu para a própria relação desse pai com a filha, relação dura e sem espaço para brincadeiras ou piadas (envolvendo jogos de palavras), como a própria adolescente relatava.

Volto para a moeda: o interessante também na evolução desta é que ela foi gradativamente perdendo seu lastro em material concreto, tendo passado para o papel-moeda na era da moeda fiduciária, ou seja, moeda que valia pela fidúcia, pela confiança, até se chegar na moeda bancária que já não possui lastro em ouro ou qualquer outro elemento concreto. Para tornar a economia cada vez mais ampla e de maior alcance, a moeda perde sua relação a algo concreto, tornando-se cada vez mais um símbolo sem lastro em ouro, que é, afinal, uma ancoragem em algo concreto. Creio que algo homólogo possa ser pensado quanto à escolha: ela ganha mais amplitude quando se distancia de seu lastro a algo concreto de conteúdos muito específicos, ganha maior alcance, portanto, quanto mais próximo da fidúcia, da confiança, de uma potência que não está ancorada em algo concreto e sim numa materialidade da palavra.

Dando mais um passo, pode-se dizer que o lastro na fidúcia, na materialidade da palavra é um lastro essencialmente negativo, pois a palavra, como símbolo é a presença de uma ausência, algo já bastante conhecido dos linguistas desde Saussure. No cerne da palavra está uma negatividade criadora de presença, assim como na fidúcia, pois que se baseia em algo negativo, não há o ouro de fato, essa positividade do ouro concretamente presente falta. Se verá como a herança por algo que seja do negativo é essencial para o que foi dito até o momento, a queda dos pais como par parental para que um desejo conjugal emerja como algo negativo: a castração dos pais se dá pela mulher e pelo homem que são, antes e depois, pais: para a criança, os pais antecedem o casal, para o próprio casal, há um desejo conjugal que antecede a paretalidade, são pais depois.

Fica claro, desde já, que a teoria que sustenta essa dissertação é a psicanálise freudiana e lacaniana. Em orientação profissional, quando se trabalha na modalidade clínica (em detrimento à modalidade estatística da psicometria), a referência maior é Bohoslavsky no Brasil, cuja psicanálise inglesa e a psicologia do ego foram seu

principal referencial no desenvolvimento de uma teoria que pudesse dar conta do trabalho em orientação profissional nessa abordagem clínica. Esta dissertação tem início com as inquietações que os atendimentos clínicos em orientação profissional trouxeram ao longo da graduação e da especialização. Esses atendimentos em orientação profissional foram e são realizados dentro da modalidade clínica, com base em Bohoslavsky, portanto, tem como suporte a psicanálise de linha mais inglesa e da psicologia do Ego. O enquadre da orientação profissional na “estratégia clínica” se dá pelo futuro, daí Bohoslavsky enfatizar a importância do prognóstico nas entrevistas diagnósticas e que o luto em questão na escolha tem ênfase maior nas escolhas deixadas de lado, ou seja, nas possibilidades futuras que são abandonadas, bem como a textual frase de Bohoslavsky: “a pessoa não é senão o que procura ser”. Entretanto, existe para esta dissertação um ponto de partida, ponto em que se inicia um novo pensamento e ponto em que se parte de um Outro lugar para pensar a escolha.

Cito pequena vinheta do **caso inicial**: um atendimento em grupo realizado há algum tempo atrás colocou certas questões sobre esse enquadre pelo futuro. Era um grupo de adolescentes do terceiro ano do ensino médio, em torno de 17 anos, e uma integrante do grupo se destacava por já ter uma escolha pronta/aprontada, ela havia escolhido enfermagem. Portanto, diferente dos outros integrantes do grupo, ela não tinha dúvidas e quando questionada pela escolha de enfermagem, ela ressaltava a beleza da profissão em poder ajudar as pessoas; os outros integrantes do grupo questionavam essa razão e apontavam que ela poderia fazer medicina pelos mesmos motivos, mas ela dizia que a enfermagem tinha mais proximidade com os pacientes e o grupo logo apontava que ela, então, poderia fazer psicologia; a adolescente, no entanto, insistia na beleza da profissão de enfermagem, recordando que tivera contato com essa profissão ao longo de sua vida, em momentos que ela mesma teve de receber ajuda de

enfermeiros, contatos que, ainda que esparsos, marcaram a vida da adolescente; para o grupo essas recordações não pareciam de grande relevância, no entanto.

O que surpreendia eram as duas insistências dessa adolescente: na escolha por enfermagem por motivos que o grupo não entendia muito bem e a insistência em vir para o trabalho de orientação profissional sem faltar ou se atrasar – afinal, por que de uma orientação se já estava orientada para enfermagem? Numa dinâmica em que os integrantes tinham de representar o momento de escolha deles numa colagem individual, a adolescente em questão não conseguia encontrar nenhuma figura que pudesse representar seu momento de escolha e a escolha dela nesse momento (uma colagem que representasse como estava a escolha deles naquele momento) e uma outra integrante do grupo entrega uma foto de um homem deitado na guia da calçada com a cabeça ensangüentada (**derramando** sangue) e diz para essa adolescente que ela como enfermeira poderia cuidar desse ferido; outro adolescente diz que esse homem parecia mais morto do que vivo, porém a adolescente aceita a foto e concorda com a sugestão dada de que poderia cuidar desse ferido¹.

Ela, então, diz que pensara num outro motivo para fazer enfermagem: recordara que sua mãe sofrera um **derrame** quando a adolescente era bem nova (5-6 anos) e que uma enfermeira havia cuidado por um bom tempo da mãe, uma enfermeira que era muito atenciosa. Bohoslavsky toma de Wender a ideia de que a vocação vem para reparar um objeto interno danificado, ou seja, a vocação é esse vocare, esse chamado interno de um objeto danificado que demanda reparação ao ego e uma reparação que se dará por um objeto externo chamado carreira. O autor também é claro em dizer que as identificações familiares são muito importantes e devem ser sempre investigadas. No entanto, o trabalho de orientação centraliza-se num ego forte capaz de fazer das identificações identidade e também de reparar autenticamente esse objeto interno

danificado, nada é dito sobre o levantamento do recalcado, esse tornar consciente os conteúdos inconscientes. E Bohoslavsky faz isso com razão, pois o caráter do trabalho de orientação profissional não é de uma psicoterapêutica e sim de uma psicoprofilaxia, de um sujeito que aprenda a escolher, tenha um ego instrumentalizado o suficiente para a difícil tarefa da escolha que implica a reparação do objeto interno danificado e o doloroso luto pelas possibilidades abandonadas (identificações abandonadas). Qual a solução possível se não se pretende recuar perante a emergência das formações do inconsciente?

Comecemos delimitando um objeto de estudo: a escolha. Delimitemos um pouco mais: a escolha profissional. É o objeto que difere um atendimento em orientação profissional e um atendimento psicanalítico.

II. Três passos teóricos

A articulação entre orientação profissional ou vocacional, como é comumente designada pelos autores de língua inglesa (“Vocational Counseling”), e a teoria psicanalítica não é algo novo, ela se dá especialmente dentro da perspectiva psicodinâmica. Alguns autores de base serão estudados aqui, bem como alguns autores recentes que têm se detido às articulações entre orientação profissional e psicanálise a partir de experiências clínicas.

Tomando de forma retrospectiva, parece claro que seja a perspectiva psicodinâmica a ter como base a psicanálise para suas reflexões quanto à orientação profissional. Faz-se necessário um olhar sobre os autores em orientação profissional dentro da perspectiva psicodinâmica que foram influenciados pela psicanálise e como essa influencia se deu, como os autores de orientação profissional trabalham a orientação fazendo uso da psicanálise como base teórica. Por outro lado, tem sido comum psicólogos clínicos se depararem em seus consultórios com adolescentes que se angustiam com a escolha da profissão e alguns desses psicólogos clínicos escreveram e teorizaram sobre a questão da escolha profissional a partir de instigações de suas próprias clínicas, sem antes terem contato com as teorias de orientação profissional, ou com muito pouco desse contato.

Assim é que temos duas formas de abordar o problema que renderam duas fontes de escritos sobre a orientação profissional com uma leitura psicanalítica: de um lado, há os orientadores profissionais que fizeram uso da psicanálise para teorizar sobre o processo de escolha da profissão e para pensarem sobre a própria atuação dentro da orientação, articulando e aproximando a orientação com a clínica; por outro lado, existem psicólogos clínicos que se depararam com adolescentes diante da escolha profissional e a angústia que ela gera, também teorizando sobre o processo de escolha e pensando sobre o trabalho na clínica com esses adolescentes: da orientação para a

clínica e da clínica para a orientação. Alguns desses trabalhos se comunicam, outros não, o que se ressalta é a contribuição que cada um desses caminhos pode gerar ou não para o trabalho de orientação profissional.

Entretanto, há uma terceira via que, ao analisar os trabalhos nesses dois caminhos, ainda não foi pensado, pois que a própria psicanálise já teorizou sobre a escolha. Em Freud, são comuns os textos sobre a escolha da neurose como uma necessidade, um problema central para a psicanálise. Aqui a consideração maior é pelo inconsciente, não apenas de escolhas que são feitas de forma inconsciente, porque isso foi bem estudado pelos autores de orientação profissional e pelos psicólogos clínicos. A questão é que escolhas de forma inconsciente tomam o inconsciente como um estado da “Vorstellung” (ideia representacional), e como Freud coloca, o inconsciente é um sistema, não apenas um estado da “Vorstellung”. Para além de uma escolha de forma inconsciente, ou mesmo do inconsciente agindo sobre a escolha (tratado na segunda passagem do terceiro passo), o que Freud coloca é a escolha pelo inconsciente, eu escolho o inconsciente, outra forma de dizer a máxima Freudiana que está em *O eu e o id*, qual seja, *Wo es war, soll ich werden*, Onde se estava, devo advir.

E devo advir como sujeito de desejo, máxima de caráter ético, pois que haja o inconsciente agindo na minha escolha, essa máxima remete à responsabilidade do sujeito, sua posição frente ao inconsciente, posição da qual é responsável - lá onde se estava, devo advir, por isso não posso me desresponsabilizar culpando o inconsciente por minhas escolhas, sou eu quem devo advir, e tão pouco se trata de esclarecer todo o inconsciente para poder escolher bem, pois que essa ausência de significação que Freud topou desde a *Interpretação dos Sonhos* (2012a), quando escreveu sobre o umbigo dos sonhos, pois bem, é dessa ausência de significação que sou responsável por fazer algo com *isso (id)*, não sou responsável por preencher essa ausência, e sim de fazer algo a

partir disso (d'*id*). Fazer algo a partir da ausência, eis o ponto em que se remete ao desejo como falta a ser, conforme escreve Lacan, por exemplo, em *Direção do Tratamento*.

Sobre direção: existem alguns bons escritos sobre as contribuições das psicanálises (de Winnicott, de Luís Cláudio Figueiredo, por exemplo) para a orientação profissional, seja da orientação para a clínica, seja da clínica para a orientação, dois sentidos de uma direção. Ainda sobre direção: não será a direção deste trabalho a contribuição da psicanálise freudo-lacaniana para a orientação profissional, não é bem essa a direção, embora, necessariamente, algo de um pensamento de contribuição exista, porém a direção adotada será da articulação entre a escolha para a psicanálise e a escolha profissional, articulação que neste trabalho em particular se deu da orientação para a clínica, mas também da clínica para a orientação, pois são as indagações da clínica, no trabalho com adolescentes no dia a dia da orientação, numa vertente psicodinâmica/clínica, que trouxeram questões sobre a escolha que seja pelo inconsciente mais do que escolhas inconscientemente feitas.

Poderia se pensar numa aplicação da teoria psicanalítica sobre a escolha para o campo da orientação profissional, mais do que articulação. Entretanto, o método desta dissertação é o método psicanalítico, especialmente porque a própria psicanálise é um método de investigação sobre o inconsciente e de tratamento. Por esse viés de método é que uma aplicação da teoria na prática (no caso, uma aplicação da teorização sobre a escolha no campo prático da orientação profissional) está fora do seu campo ético. Seguindo a orientação de Voltolini (2008 *in* Kupfer & Lerner), no caso da pesquisa em psicanálise trata-se não de aplicação e sim de implicação: o quanto a teorização sobre a escolha pode implicar a orientação profissional em seu próprio campo teórico e em sua prática clínica, eis a questão de base para essa dissertação.

1. Primeiro passo

A abordagem psicodinâmica de orientação profissional tomou de forma privilegiada a psicanálise, seja a freudiana, como nos casos de Bordin e Roe, seja a kleiniana e da psicologia do ego, como no caso de Bohoslavsky. Não por acaso, pois é a abordagem que busca entender os determinantes da escolha para que a pessoa possa escolher – trata-se de entender antes de escolher e quem deve entender esses determinantes da escolha é, em primeiro lugar, a própria pessoa que escolhe.

A abordagem do traço-fator já levava em consideração certo nível de autoconhecimento da pessoa para que ela escolha, por exemplo, com Holland; esse autoconhecimento, no entanto, se pautava basicamente no comportamento vocacional em si, ou seja, o objeto de estudo é objetivamente observável e mensurável, por isso o grande recurso aos testes, como os de interesse; na abordagem do traço-fator a escolha da profissão é a expressão da personalidade da pessoa e esta personalidade é cognoscível de forma objetiva, por isso a mensuração via testes psicológicos, o que difere da abordagem psicodinâmica, que considera dinâmicas da personalidade que, por serem inconscientes, não podem ser apenas mensuradas (há aquilo que se mede e aquilo que não se mede objetivamente); além disso, o entendimento da dinâmica da escolha não é algo que precisa, necessariamente, ser de conhecimento da pessoa que escolhe, é algo necessário para o orientador que cumpre a função de diagnosticador.

A função do orientador em cada uma das abordagens diz muito sobre a concepção de escolha dessas abordagens, portanto, a teoria do traço-fator parte de uma concepção estática, em que os traços de personalidade da pessoa se comporta de forma estática e os fatores do mundo profissional são também estáticos, por isso um bom diagnóstico do orientador pode proporcionar grande felicidade profissional para o trabalhador, uma vez que os traços estáticos da personalidade casam perfeitamente e de

forma unívoca com os fatores profissionais de cada profissão – traços e fatores se complementam e permanecem os mesmos ao longo do tempo.

A abordagem psicodinâmica é dinâmica, como o nome indica, há um dinamismo entre a pessoa e o campo social, não há relação direta entre ambos por conta desse dinamismo e o trabalho aparece como mediador entre o inconsciente e o social, o trabalho faz o vínculo com o social e dá um destino para as pulsões, mediando esse dinamismo de ambos os lados (do lado social, que está em constante mudança, cada vez mais líquido, como escreve Bauman, e do lado das pulsões, pois basto lembrar que se trata de uma “Konstant Kraft”, uma pressão constante que não cessa); da mesma forma, o orientador funciona como um mediador entre a escolha e o sujeito, um ego auxiliar, mediando essa relação dinâmica => esse ponto de vista dinâmico tem como uma das fontes a psicanálise, por isso do estudo de autores dessa área e suas contribuições para o objeto estudado: a escolha.

A psicanálise entra para explicar a escolha e o comportamento vocacional pela dinâmica da personalidade, o que, para essa abordagem, implica uma dinâmica na qual a pessoa não está plenamente consciente do que determina sua escolha, daí o recurso à psicanálise e a dinâmica dos processos inconscientes. Conforme colocam Ribeiro e Leal (2011), alguns desses mecanismos clássicos da psicanálise que essa abordagem trabalha são identificação, mecanismos de defesa, sublimação e a psicodinâmica do aparelho psíquico, sendo o próprio aparelho psíquico uma montagem psicanalítica, no caso.

Uma das autoras de base dessa abordagem é Anne Roe; a autora trabalha com foco no desenvolvimento psicosssexual da criança e da dinâmica psíquica na escolha profissional. Como escreve Bordin (1963), a autora coloca a escolha como parte do desenvolvimento do sujeito, porém enfatiza, assim como o próprio Bordin, que existe um ponto nesse desenvolvimento em que a escolha profissional é realizada de forma

privilegiada, que a escolha da profissão, portanto, não é apenas desenvolvimento, depende um ato do sujeito que escolhe em determinado momento da vida, o que se alinha bem com a hipótese desta dissertação. Ponto é que para Roe existem determinações precoces para a escolha profissional (1957), ainda que ela seja feita na adolescência, num primeiro momento.

Essa relação entre a experiências precoces se dá pelas primeiras experiências de satisfação e frustração das necessidades da criança: essas experiências marcam o sujeito de modo que a infância torna-se modelo de vínculo do sujeito com o mundo. Para falar das necessidades, Roe adota o modelo teórico de Maslow e sua pirâmide das necessidades básicas do homem. Na leitura da autora a partir de Maslow, as necessidades mais básicas e mais essenciais, como segurança, são gerais e valem para todos os homens de forma padronizada, algo da espécie humana; as necessidades mais altas/não tão básicas, como autorrealização, não são para manter a sobrevivência, por isso mais variáveis nos indivíduos da mesma espécie humana. Para essas experiências infantis de satisfação e frustração, portanto, as necessidades mais essenciais para a sobrevivência são pouco lábeis, tendem a ser padronizados para as diversas pessoas, porém as necessidades mais altas na pirâmide de Maslow, menos essenciais para a sobrevivência, possuem maior labilidade entre os indivíduos; são justamente essas necessidades mais altas que interessarão à Roe quando relacionar com a escolha profissional, pois que levam em conta a história da pessoa em particular, não apenas a história da espécie como um todo.

Por essa hipótese, os motivadores inconscientes são necessidades infantis não satisfeitas, o que faz do inconsciente um lugar de insatisfação. *All accomplishment is based on unconscious as well as conscious needs.* – Roe, 1957, p. 213. *Toda realização e baseada em necessidades inconscientes, bem como conscientes*, numa tradução livre, e

eis o que Roe escreve quanto aos motivadores inconscientes: *needs, the satisfaction of which is delayed but eventually accomplished, will become unconscious motivators, depending largely upon the degree of satisfaction felt* – p. 214, é interessante que Roe coloque esse ponto como o mais significativo para o estudo das determinações prévias para a escolha profissional: motivadores inconscientes são necessidades que na infância da pessoa não foram satisfeitas de maneira rápida e rotineira, nem foram totalmente bloqueadas, ou seja, não foram totalmente insatisfeitas e ignoradas; essas necessidades foram satisfeitas com atraso (delay), o que gera uma hiância determinante na escolha profissional da pessoa.

Ênfase na figura do cuidador que garantiria a satisfação ou frustração das necessidades da pessoa em sua infância, especialmente na infância, momento em que a pessoa está mais próxima do desamparo. Soma-se a essas experiências as relações *warm and cold* dos pais em relação aos filhos, o que monta a seguinte Série Complementar para explicar as determinações precoces na escolha da pessoa: experiência infantil + clima familiar. A complementariedade dessa série é marcante por conta da figura central do cuidador nos dois termos da equação etiológica. Assim como Holland (abordagem traço-fator), há um esforço para a categorização em grupos das pessoas e das profissões para uma interconexão: o ponto é como identificar padrões de interesses e habilidades na e da pessoa a partir de orientações básicas a pessoas ou a não pessoas e o que está por trás dessas orientações é essa série complementar, o que a diferencia de Holland, nesse ponto.

Para a autora, as experiências infantis (de satisfação e frustração das necessidades básicas e do clima familiar) tem grande determinação na escolha de uma ocupação por parte do adulto, se isso não se discute pouco se pode explicar sobre o ato de escolha profissional da pessoa. O problema está em fazer classificações a partir disso

e, apesar do que escreve a autora, as relações entre experiências infantis e ocupações são muito diretas, além de partir de certos estereótipos ao dizer, por exemplo, que pessoas que vêm de lares que as rejeitam sejam defensivas em relação à orientação a pessoas, o que influencia diretamente na escolha da profissão. Há o valor de se colocar grande importância às experiências infantis e nas experiências da criança com o *nebenmensch*, o homem ao lado/próximo, que para Roe é privilegiadamente os pais; *nebenmensch* já um termo freudiano que, assim como série complementar, não é citado pela autora: o que se pode dizer é que existe um funcionamento homólogo a esses termos freudianos e os pontos cruciais apontados pela autora quanto às experiências infantis das necessidades e do clima quente e frio familiar.

Homologia que já não pode ser encontrado no conceito de inconsciente, este sim um termo que a autora escreve e utiliza. O inconsciente em Roe é formado por experiências infantis que de fato ocorreram, experiências de satisfação em atraso, enquanto que para Freud a mudança de sua neurótica ocorre no momento em que passa da teoria da sedução para a teoria da sexualidade infantil, portanto, aquilo que há de traumático na experiência infantil não se trata de uma experiência que de fato ocorreu e sim de uma cena “fantasística”: no lugar do fato biográfico, Freud caminhou para a cena da fantasia histérica. Ainda sobre inconsciente, Roe o tem como lugar das necessidades satisfeitas com “delay”, o que gera uma hiância; esse sem dúvida é um bom entendimento do conceito de inconsciente, o inconsciente como hiância, porém, Freud coloca a origem dessa hiância na articulação entre complexo de Édipo e complexo de castração, e não nas experiências de necessidades satisfeitas com atraso. Inconsciente para Roe está muito mais no sentido descritivo de uma ideia do que um sentido sistêmico, o que é próprio da psicanálise.

Em resumo: a escolha profissional para Roe é passível de satisfação e satisfação de necessidades inconscientes que foram marcadas na infância. Aqui o termo escolha vocacional é bem vindo porque de fato há um “vocare”, um chamado de necessidades infantis inconscientes ao sujeito no momento da escolha, ideia que se assemelha ao chamado do objeto interno danificado que pede reparação de Bohoslavsky (2007), porém em Roe tem-se uma ideia bem mais pré-determinada de necessidades, algo que acompanha a filogênese humana, com um pouco mais de labilidade nos níveis mais altos, como na necessidade de autorrealização, tratando essa última como necessidade e não desejo. É até por haver certa predeterminação que a autora pode propor uma *nova classificação de ocupações* (1957), que prevê certa estabilidade das personalidades (a partir de um ponto, a adolescência) e das ocupações, já que sua classificação não se pretende um sensu estatístico, ou uma descrição das ocupações, e sim pensar no *role of the occupations in the life of the individual* – Roe, 1957, p. 215, portanto, no papel da ocupação na vida do indivíduo, de uma ocupação que faça parte da vida da pessoa. O ponto mais interessante da teoria de Roe, pensando nesta dissertação, é o quanto a autora leva em conta a história do sujeito na escolha da profissão/vocação, bem como a relação com os pais, tanto no clima familiar, quanto na satisfação e frustração das necessidades.

Bordin é outro autor tradicional que opera com a psicanálise para pensar na escolha da profissão, trabalhando com outros autores, como Nachmann e Segal (1963), ou Kopplin (1973). É preciso ressaltar que Bordin foi um estudioso das diversas teorias em orientação profissional norte-americanas, alinhando suas pesquisas mais com autores como Roe e Holland, do que Super e Ginsberg, pois os dois primeiros autores, como o próprio Bordin, entendem que existe um momento privilegiado de escolha: mesmo havendo desenvolvimento, a escolha é um momento de compromisso do sujeito

com o mundo social (e não uma síntese das etapas anteriores de desenvolvimento, como em Super, na leitura de Bordin sobre os escritos do autor até o momento), há um ponto único de decisão (não que o sujeito se decida uma única vez e sim que esse ponto é único na história do sujeito, não é uma continuidade no desenvolvimento, é mais ponto de ruptura para que um novo desenvolvimento suceda) e essa decisão vem a partir de algo mais amplo na vida do sujeito, a escolha profissional é uma escolha dentro das escolhas do sujeito em seu desenvolvimento da personalidade, de uma personalidade que se desenvolve, mas que tem um ponto de consolidação da mesma que se torna mais ou menos estável na vida adulta, a personalidade não muda tanto como na infância: trata-se da adolescência em seu final, quando da primeira escolha de curso universitário.

O autor, no entanto, se distancia de Holland por considerar as classificações das ocupações muito duras e rígidas: Bordin pensa numa matriz mais maleável, na qual não exista dimensão da personalidade única que indique a ocupação, mas antes *a series of pivotal personal dimensions*, uma série de pontos pivôs das dimensões da personalidade que formam uma matriz em que as ocupações podem ser mapeadas (1963)=> ainda assim, há uma tentativa de Bordin em mapear as ocupações, tal qual Holland, independentemente da matriz diferente, a lógica de classificação permanece. Quanto a Roe, Bordin aponta que a autora se pauta em apenas uma dimensão da mente da pessoa no processo de escolha vocacional/profissional: se ela está orientada para pessoas ou não pessoas (e o grau dessa orientação), baseando essa orientação para pessoas ou não pessoas nas experiências infantis quanto ao calor ou frieza da atitude dos pais; Bordin aponta também que Roe faz pouco uso da teoria das necessidades de Maslow e, finalmente, questiona o método empregado por Roe em suas pesquisas, pois ela se utilizou de perguntas diretas sobre os anos de formação de seus sujeitos experimentais com seus respectivos pais, enquanto Bordin enfatiza que por haver uma personalidade

que leve em conta o inconsciente é preciso especificar melhor as experiências infantis de formação, levar em conta nexos indiretos (1963).

Em termos de escolha, o autor escreve que se trata de buscar a profissão que permita expressar as melhores formas de conseguir gratificação para a pessoa, bem como se proteger da ansiedade (1968). É um modelo que segue de perto o princípio do prazer freudiano, que tem na escolha uma fuga do desprazer e busca pelo prazer. Sai a dimensão das necessidades de Roe e entra a gratificação como algo mais amplo. As gratificações podem ser *needs, motivations, impulses, activities* – Bordin, 1963, p. 110, necessidades, motivações, impulsos, atividades que podem contar como gratificações oferecidas pelo trabalho. Como em Roe, há uma ênfase nas experiências infantis de gratificação e aqui Bordin dá um corpo teórico com uma base mais psicanalítica, articulando as experiências de gratificação com o desenvolvimento libidinal em seus estágios: oral, anal, fálico/genital, e o par ativo/passivo (ou fluído/apagado, homem/mulher, aceito/reprimido), tão bem considerado por Freud em *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* e outros textos em que tratou da pulsão. Bordin faz uma relação um pouco direta demais em relação às profissões e esses estágios da libido, colocando, por exemplo (1963), a ocupação/profissão de contador (accounting) para alguém cujos investimentos estão na fase anal (portanto, as gratificações infantis se consolidaram nesse estágio da libido), uma clássica associação entre fezes e dinheiro, ou ainda quando escreve (1963) que o prazer infantil de urinar (fase fálica/genital) vira/sublima na vida adulta no prazer gerado pela gratificação em trabalhar com encanamentos (plumbing) ou apagar fogo (fire fighting).

Essa é uma relação que se atém demais ao fenômeno empírico, dependendo muito do objeto da realidade em si, não da história de cada sujeito em particular, e no fundo a atividade em jogo é a mesma na vida infantil e na vida adulta, ela só fica mais

genérica e generalizável (o que sem dúvida é um passo necessário, mas não suficiente), porém o impulso é o mesmo e a atividade desloca-se muito pouco. Uma escolha desse tipo parece mais um *acting-out* e não uma sublimação, o sujeito atua um impulso que não é capaz de elaborar (perlaborar). O autor se pauta numa tradução dos impulsos infantis e como isso apareceria no adulto via essa tradução: é algo talvez direto demais, que leva em consideração o impulso na criança e sua gratificação sem pensar na história singular de cada sujeito (afinal, o impulso pode ser o mesmo, porém cada um será gratificado de maneira diferente), tendendo para uma generalização genérica manifesta em seu “quadro articulado para o desenvolvimento vocacional” (1963).

Ao mesmo tempo em que há a consideração pelos estágios de desenvolvimento da libido, algo que para a psicanálise está ligado à sexualidade, Bordin escreve que o trabalho funciona como sublimação, e sublimação entendida num sentido amplo, não apenas sexual. Para que a pessoa possa se comprometer com o trabalho e realizar sua escolha e nela permanecer, é preciso que haja capacidade para a sublimação e não um bloqueio neurótico para o conhecimento das diversas ocupações, que ainda buscam gratificações infantis de forma direta e não as gratificações sublimadas pela via do comprometimento ao trabalho. A sublimação aqui é entendida como gratificações indiretas e não apenas de impulsos sexuais, o que tira muito do caráter sexual da sublimação, fazendo da gratificação algo infantil, mas não sexual. Cabe ainda um adendo de que o modelo de Bordin é desenvolvimentista a partir dos estágios da libido, considera esse desenvolvimento e seu peso no momento da escolha da profissão – momento em que todo o desenvolvimento é posto em questão, ponto crucial; como dito, a escolha da profissão é algo mais amplo para o autor, reflete a própria personalidade da pessoa e a personalidade pode agora ser entendida como a expressão da forma de busca

da gratificação (via sublimação, por exemplo, dos impulsos infantis, mas não necessariamente sexuais) e fuga da ansiedade.

Com essas ressalvas quanto à teoria de Bordin, é preciso que se diga que o mais interessante desse autor é aquilo que propõe como trabalho prático do orientador. No final do capítulo 14 de *Psychological Counseling* (1968), Bordin traz um estudo de caso. Demonstrando mais uma vez como está afinado com as teorias vocacionais de sua época, diante do que expõe sobre Kenneth (nome do paciente), escreve que o modelo *extrinsic-intrinsic* (extrínseco-intrínseco) daria uma bateria de testes e ofereceria uma grande gama de questões para que a pessoa responda, na busca por sua personalidade “verdadeira”; a abordagem *vocational choice as a symptom* aboliria os testes e colocaria a pessoa para pensar no que está errado em sua personalidade. A linha adotada por Bordin é de sair desses dois modelos, sem deixar a questão da personalidade, pois ambas pensam que há algo de errado com a personalidade de Kenneth; para Bordin não há nada de errado com a personalidade do paciente, e sim que há um conflito cuja origem é de desenvolvimento e este conflito se reflete na escolha vocacional. Ou seja, o conflito é do tipo oral, anal ou fálico/genital, em que ponto do desenvolvimento libidinal há maior conflito e como esse conflito (que é da personalidade da pessoa) se reflete na escolha. O caso Kenneth descrito por Bordin mostra a questão da escolha como questão atravessada pelas relações dele com os pais, especialmente o pai (quem dava as gratificações), uma repetição da relação passada, infantil, daí o conflito no desenvolvimento da personalidade que se reflete na escolha profissional.

Um grande mérito de Bordin é a consideração que faz daqueles que procuram um orientador para iniciar um processo de orientação profissional (1973): por mais que tenha em mente que o problema da escolha profissional/vocacional esteja relacionada com problemas da personalidade, ele adverte que um orientador não deve nunca

desconsiderar a demanda por orientação e iniciar uma psicoterapia, não se pode ignorar a pessoa a quem se atende.

Ainda assim, esse é um modelo que busca a auto integração (*self integration*) e Bordin escreve quais são as características que uma pessoa deve ter para fazer uma boa escolha (1973), características auto centradas: auto estima, auto conhecimento e auto expressão; essas características apontam para uma pessoa auto integrada com um self forte, características, aliás, buscadas pela psicanálise norte-americana no final de uma análise (ter um eu forte como do analista). Tudo auto, até mesmo o atendimento, que visa a auto confrontação (*self confrontation*). O orientador é um diagnosticador do conflito do desenvolvimento da personalidade, porém, se tudo é auto(mático), qual seria de fato seu lugar?

Esse ponto “auto”(ótimo) no qual o paciente deve chegar é um ideal de eu que, dentro da hipótese de trabalho desta dissertação, tenta-se desconstruir: seria possível uma escolha que prescindia de ideais, sejam do eu, sejam parentais? Outro ponto de discordância é quanto às classificações de Bordin; ele próprio reconhece que algumas de suas categorias são muito parecidas, tomando como base suas experiências empíricas com os atendimentos a jovens. É bem o caminho oposto ao tomado por Freud, por exemplo, na conferência XXV (Freud, 2006d), quando trata das fobias: ao invés de colocar cada fobia em sua classificação, como fez Hall, Freud acha a estrutura mínima que anima cada uma das fobias.

E chegamos a Bohoslavsky, ou ele é quem chega a esta dissertação. Muito já foi escrito desse autor básico para os orientadores profissionais que operam com a psicanálise no Brasil. Para os psicólogos clínicos que trabalham com a psicanálise e se defrontam com demandas de orientação profissional, Bohoslavsky é, na maior parte das vezes, o autor com quem eles dialogam (Ragnini e Voltolini, por exemplo), eles chegam

a Bohoslavsky ou Bohoslavsky chega a eles de modo que um diálogo se faz necessário. Existem, claro, fatores concretos que tornam esse autor tão referencial para aqueles que trabalham com orientação profissional na articulação com a psicanálise dentro do Brasil, tal qual o fato de ter trabalhado no Brasil com um modelo de orientação profissional inovador, dentro de uma universidade de referência. Desde então, algum tempo já se passou e os autores que trabalham com orientação profissional e psicanálise, ou psicólogos clínicos que se defrontam com as demandas de orientação de seus pacientes continuam a dialogar com Bohoslavsky de forma privilegiada, em alguns casos quase que exclusivamente: em se tratando de psicanálise e orientação profissional, o diálogo maior se dá com Bohoslavsky, mesmo que seja para refuta-lo ou contraria-lo, o que só demonstra como é referência no Brasil.

A estratégia clínica de Bohoslavsky trata de considerar o sujeito que se defronta com o problema da escolha profissional como sujeito humano. Isso parece óbvio considerando a abordagem psicodinâmica tanto de Roe, quanto de Bordin, no entanto, o diálogo de Bohoslavsky aqui é com o modelo estatístico, cuja ferramenta é o teste psicológico; o autor contrapõe esse modelo estatístico com o modelo clínico desenhado por ele para a orientação profissional, modelo que realiza entrevistas clínicas com o paciente no lugar da aplicação de testes tão somente. Não tratar o problema de forma independente do sujeito, eis algo que Bohoslavsky considera, por isso tratar o sujeito como sujeito humano, como sujeito com uma história e como essa história atravessa o problema de escolha da profissão; não se trata de resolver “apenas” o problema profissional/vocacional, ou seja, de pensar o problema como uma variável independente do sujeito (e mesmo que dependente, contando apenas com características mensuráveis da pessoa, como quocientes de inteligência, graus de interesses e de habilidades), porém buscar os motivos que levaram o sujeito a ter esse problema (inconscientes ou não): não

se trata, portanto, de uma técnica e antes um conjunto de atitudes que levam em consideração a própria interpretação que o sujeito faz de seu mal-estar diante da escolha.

Em termos de escolha, o autor traz uma teorização bastante rica sobre o processo de escolha profissional/vocacional como reparação de um objeto interno danificado. Aqui fica mais clara a opção do autor por orientação vocacional e não orientação profissional, já que esse objeto interno que pede reparação invoca/chama (vocare) o Ego para que ele realize essa reparação via a ocupação profissional como objeto=> objeto interno danificado que é histórico para o sujeito, de sua história de vida. Esse é o campo da identidade vocacional, dos chamados internos do objeto que pede reparação para que o sujeito seja, e assim assuma uma identidade vocacional; a identidade ocupacional, por outro lado, está relacionada ao fazer, portanto, de um lado vocacional o sujeito escolhe quem ser (por exemplo, escolhe ser psicólogo) e de outro escolhe o que fazer (seguindo o exemplo, escolhe fazer psicologia). Essas são duas dimensões que estão em relação dialética, o sujeito se reconhece no que faz e faz aquilo em que se reconhece.

A escolha, portanto, tem que ver com quem o sujeito quer ser, não apenas o que quer fazer, pois ser e fazer não se separam, se relacionam de forma dialética: há um processo reparatório da subjetividade e um processo de vinculação com o mundo, dois eixos centrais que perpassam pelo ego: o ego é invocado para reparar o objeto interno danificado e faz suas vinculações com o mundo via identificação, por isso mesmo, a escolha ocupacional vai das identificações como defesa (para não perder o objeto de amor, o sujeito se identifica a ele, algo que está já em Freud, por exemplo, em *Luto e Melancolia*, 2011a) para a identidade como síntese dessas identificações, assumir essas identificações como próprias e sintetizá-las, bem como cabe ao ego realizar a escolha

como reparação autêntica entendida como a escolha que faz barra à compulsão à repetição.

Aqui cabe uma observação: a reparação para o autor é uma manifestação do instinto de vida que *põe um fim à destruição, que, explicitamente, é manifestação do instinto de morte* – Bohoslavsky, 2007, p. 50. Desde Freud, pode-se pensar na pulsão de morte como manifesta na compulsão à repetição, portanto, a reparação é para por fim à compulsão à repetição pela via da pulsão de vida, mais egóica, pois de energia ligada, que busca se ligar e integrar, ao invés da disruptiva pulsão de morte; de um ponto de vista dinâmico, a pulsão de vida é herdeira da pulsão de auto conservação/pulsões do ego. É preciso um ego forte o bastante para suportar a ambivalência do amor/ódio ao mesmo objeto, *suportar a ansiedade depressiva gerada pela perda, a causa da própria agressão ao objeto bom...* - p. 51.

Isso implica em ter um ego que possa (re)parar a compulsão que é da fantasia do ou tudo ou nada, da onipotência ou impotência, pois o sujeito preso nessa repetição, no fundo fica preso à repetição da perda de objeto (bom, conforme destaca o autor e causa da agressão a esse objeto), então, ou preenche toda a perda compulsivamente, ou não preenche nada, também compulsivamente: ou pode tudo ou pode nada e Bohoslavsky é claro, é preciso que o adolescente no momento de escolha saia do par impotência/onipotência (nada/tudo) para atingir a potência da reparação autêntica e isso se dá por um ego forte que suporte a ambivalência frente ao objeto, que no lugar de negar os limites da onipotência e a autonomia do objeto, aceite essa perda e possa fazer o luto dela, que seja luto, não melancolia, no qual a sombra do objeto recai sobre o ego.

Não por acaso Bohoslavsky se atenta às funções do ego na direção do processo de orientação, é necessário um ego forte o bastante para realizar tanto a reparação do objeto interno danificado, quanto a síntese das identificações, ranço da psicologia do

ego no autor. A principal função do ego é a adaptação à realidade, o que não significa adesão total ao social e sim que o ego funciona como mediador entre o *original pessoal* e *aceitação de padrões sociais ou de soluções pré-inventadas* – Bohoslavsky, 2007, p. 38. Nesse sentido, o modelo ideal de ego forte para o adolescente no momento da escolha é o ego do analista e por isso é preciso que o próprio analista tenha realizado sua escolha de forma *sadia* (p. 182), feita uma reparação autêntica quanto a sua identidade vocacional. Caso isso não ocorra, durante o atendimento as fantasias de impotência e onipotência voltarão e se confundirão com as fantasias do adolescente atendido:

somente quando o profissional possua uma identidade profissional amadurecida poderá oferecer ao adolescente tal *oportunidade*, para que confronte fantasias e realidade, mundos interior e exterior, atribuições e depositários, etc. – Bohoslavsky, 2007, p. 186

Esse é o enquadre, a ancoragem do trabalho está na identidade profissional amadurecida, o que requer um ego forte que tenha realizado a reparação autêntica. Ego forte deve ser entendido como um ego capaz de realizar a seguinte tarefa: integrar as primitivas fantasias onipotentes infantis (p. 182) ao self e a identidade profissional é uma das mais importantes expressões do self: *a profissão... é, do ponto de vista psicológico, uma das mais significativas ancoragens da identidade...* – p. 182. Essa ideia de ego forte provém de dois autores citados por Bohoslavsky, Kris e Hartmann, dois nomes importantes da escola chamada de psicologia do ego.

Pela citação acima, percebe-se que a escolha é para o autor a criação de um vínculo com o mundo externo por uma invocação interna via ego. Ter a vinculação com o mundo de forma egóica é suprimir a pulsão de morte, o que o próprio autor admite ao escrever que a escolha é atividade da pulsão de vida. Esse sem dúvida é um raciocínio lógico: a pulsão de vida é agregadora, ela busca mais e mais objetos para ligar a energia livre dentro do dualismo pulsional, a pulsão de vida é energia ligada que busca

estabilizar o aparelho psíquico, fazer com que predomine o princípio do prazer. Ocorre que no final de *Além do Princípio do Prazer* (2010), Freud já escrevia que o princípio do prazer serve ao programa da pulsão de morte, já que esta busca de forma mais radical a completa estabilidade do aparelho psíquico, algo possível apenas com o zeramento de todas as tensões. Nota-se em Bohoslavsky uma consideração pela pulsão de morte, quando diz que a reparação é um processo contínuo, sem uma síntese final: o conflito entre vida e morte não termina em vida. Que escolha seria possível considerando a morte? Um caminho seria pensar no estatuto do objeto aqui estudado pelos autores, bem como a natureza das experiências infantis.

É preciso pensar: qual o estatuto do objeto danificado que demanda reparação e as experiências infantis que são base para a escolha da profissão? Como escrito anteriormente, Roe tinha nas necessidades infantis e no clima familiar as bases para a escolha vocacional, pensando nas necessidades como fatos ocorridos na infância. Em Bordin há a gratificação como a experiência do sujeito diante de uma vivência, mas de uma vivência que ocorreu de fato, portanto, há algo de subjetivo em relação à experiência particular de gratificação do sujeito, porém pautada numa vivência real. Em Bohoslavsky, o objeto danificado pode ser o objeto materno, a mãe, por exemplo, e, nesse caso, como já está escrito pelo próprio nome do objeto, objeto interno, não é a mãe em si que demanda reparação, não é esse objeto “externo” apenas, e sim a mãe das experiências do sujeito, a mãe da fantasia.

Então, o sujeito na posição esquizo-paranóide ama e odeia o mesmo objeto, e essa ambivalência é insuportável, advindo a culpa pelo ódio destrutivo ao mesmo objeto amado, além da angústia persecutória. Eis os danos desferidos ao objeto interno, ou seja, um objeto perdido do qual ainda não se fez luto e perdido porque destruído na fantasia do sujeito, por exemplo, não perdido na realidade em si, perdido na realidade

psíquica do sujeito. A reparação, no entanto, para Bohoslavsky se dará no nível interno e externo. Para isso é preciso um ego forte o bastante para lidar com as fantasias internas e a realidade externa, numa posição de mediação entre ambos:

Um ego “forte”, capaz de assumir comportamentos reparadores e que, ao reparar na fantasia e na realidade, torna-se ainda mais forte, porque restaura o objeto interno bom, danificado na fantasia, que o protege de maus objetos interiores. E isto se dá, fundamentalmente, porque o êxito das tentativas reparatórias mostra, ao ego, sua capacidade de pôr fim, limites, à onipotência de seu ódio e de sua destruição. – p. 51.

Essa mediação do ego em relação às fantasias internas e realidade externa é algo que encontramos em Freud, por exemplo, em *O Eu e o Isso*, quando Freud comenta sobre a mediação do ego na relação com o id e o superego, embora deixe claro que o superego é herdeiro do id (bem como do Complexo de Édipo e das exigências externas).

Notadamente aqui se faz pesar a influência da psicologia do ego, não tanto pela questão do ego forte, ou não somente por isso, e mais por essa reparação que se faz “dentro e fora”, com objetos de dentro e de fora: mas então, seria da mãe da realidade, seguindo o exemplo acima, que se faria essa reparação? Não é bem isso: esse objeto interno danificado será a base para a escolha de um objeto externo que sirva de reparação, portanto a reparação executada pelo ego é quem faz vínculo² entre objeto interno danificado e objeto externo (no caso, a carreira), daí que a reparação é um movimento que se dá dentro e fora, o objeto interno encontra um correspondente externo, donde que fantasia e realidade têm um encontro.

2. Segundo passo

Alguns dos psicólogos clínicos aqui estudados tomaram como base um texto ou um conceito básico de Freud para refletir a respeito da escolha profissional, bem como dialogaram com outros autores dentro da psicanálise. O percurso desta dissertação não será muito diferente em sua forma, diferindo no conteúdo do texto base freudiano. Isso diz do próprio percurso do psicólogo que escreve esta dissertação, um psicólogo clínico que se depara com demandas de orientação e, no entanto, não é esse o caso, trata-se de um psicólogo orientador que se depara com as formações do inconsciente no meio do processo de orientação: em ambos os casos há esse encontro com algo do inesperado e o recurso a um texto básico ou conceito básico de Freud para trabalhar a partir desse encontro.

A psicanalista Rose Maria de Oliveira Pain escreveu sobre a escolha profissional por psicologia a partir de entrevistas que fez com estudantes de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde leciona. Em seu artigo *A escolha profissional sob um olhar psicanalítico* (2007) a autora se questiona *por que cada um escolhe a profissão que escolhe?* - p. 1, sendo a questão que o artigo buscará responder. Parte do ponto em que o trabalho é um vínculo social, um “sobrenome” que acompanha a pessoa e a identifica, a profissão é uma filiação, dá um pertencimento dentro do universo social. Desde o início fica evidente que *Totem e Tabu* será o texto de base para a autora, já que o totem é uma filiação, assim como a profissão.

Pain se alinha a diversos autores que trabalham com adolescentes ao considerar o ritual de passagem na saída da família para a entrada no social: para a autora a escolha profissional é a eleição de uma filiação com o universo social, marcando a passagem do familiar para o social ampliado. A hipótese levantada pela autora é que *a escolha da profissão pode estar ligada ao desejo de se colocar no lugar do pai – como sinônimo de*

satisfação, ou no lugar do filho – como sinônimo de castrado, o que, em última análise, está implicado na condição do ego formador. - p. 7. Para a autora, a escolha profissional reedita mito do *Urvater* em *Totem e tabu*, mito do parricídio do pai primevo, ou melhor, reeditaria as posições do sujeito nesse mito, ou como pai que busca (e acha) satisfação ou como filho castrado que se submete: a escolha profissional reeditaria a forma primitiva de organização social das tribos que primeiro realizaram o pacto social de tal forma que essa escolha reeditaria o totem e o tabu, com a escolha da profissão funcionando de forma análoga ao ritual de passagem por sua função de filiação semelhante ao totem.

Desse ponto, a autora explicará porque alguns conseguem obter satisfação no trabalho e outros têm no trabalho fonte de sofrimento: ser autoridade como o pai ou ser subordinado como o filho, o trabalho será ou satisfatório, ou fonte de sofrimento (pois castrador), daí que muitos sofrem no e com o trabalho e outros regozizam com o mesmo, pois conseguem ocupar o lugar de pai. Nessa concepção de escolha profissional e de trabalho, escolha de filiação, portanto, existem apenas duas posições possíveis que reeditariam o mesmo mito, da mesma forma: a posição de pai (autoridade que obtém satisfação) ou de filho (castrado que sofre), duas posições que remetem sempre à mesma dialética do mestre e do escravo de Hegel.

O recurso da autora aos pares ordenados será recorrente no artigo quando trata das implicações de *Totem e Tabu* na escolha profissional. Existe a dicotomia entre manifesto e latente, sobre os conteúdos que justificam e/ou dão razão para uma escolha: para a autora, são os conteúdos latentes que dizem sobre algo proibido e recalcado que operam verdadeiramente na escolha, não os conteúdos manifestos. Esse conteúdo recalcado diz sobre a culpa e a rebeldia contra o pai autoritário que deve ser “morto” pelo filho (mais um par, a rebeldia e a culpa do filho diante do pai e como a escolha

pode ser para expiar essa culpa rebelde). Mas seriam as escolhas profissionais apenas algo dentro desses pares cuja referência é o pai? Ou seja, seriam as escolhas apenas para atender ou se rebelar contra o pai? É o próprio Freud quem fornece a chave para a saída desse dualismo, pois no Totem e Tabu, ao final do parricídio, os filhos tornam-se irmãos e o pai morto é o pai que pode ser elevado ao estatuto de lei, não o pai vivo. Essa posição de irmão não é mencionada pela autora, que se concentra nas posições de pai ou de filho dentro da escolha profissional e no trabalho, porém, essa posição de irmão é uma posição terceira que foge dessa lógica dual.

Ponto que se destaca aqui é a culpa que se tem necessariamente na escolha como rebeldia contra o pai (e aí a culpa se dá por ir contra uma figura odiada e amada, o que tem a significação de “morte” desse pai) e na escolha para atender o pai (culpa por trair seu próprio desejo em nome do pai) e nesse caso, a escolha profissional tem caráter inconsciente de expiação por essa culpa, tendo maior ou menor êxito nisso. Esse caráter da culpa na escolha, tanto ao atender a expectativa dos pais, como por ir contra essa expectativa – seja esse “ir contra” encarado como rebeldia ou não – é um dado que interessa, pois essa culpa também foi percebida nos atendimentos realizados para a presente dissertação. A questão que fica é se essa culpa se deve a um desejo fortemente reprimido na escolha, hipótese de Pain.

Constrói-se a hipótese de que a escolha profissional possa ser uma forma de deslocamento de um desejo fortemente reprimido. - p. 9, então, a hipótese da autora é que a escolha profissional se relaciona com culpa, desvio (deslocamento), proibido, e ir contra ou a favor do pai, ficando patente a referência paterna nessa escolha. Afinal, o deslocamento é de um desejo incestuoso recalcado que remete à figura do pai como castrador, a culpa se relaciona ao pai, seja se rebelando, seja atendendo, o proibido também se relaciona com o desejo incestuoso recalcado tendo como agente o pai

castrador: problema é que o pai é real demais aqui, o pai aparece como agente da castração como pai de fato, não como um lugar para o qual aponta o desejo enigmático da mãe, mas como o pai de fato, em sua pessoa, não em sua palavra.

É isso que faz Paim com o próprio *Totem e Tabu*, toma a obra como um estudo antropológico de fato e não como o mito do homem moderno, Totem e Tabu não é apenas uma história do homem que se repete, pode também ser lido como uma estrutura mítica que diz sobre o homem moderno na sua relação com o destino. Destino moderno, claro.

A literalidade dessa leitura é que torna certas conclusões feitas pela autora um pouco contraditórias. Conclui ela que a *escolha profissional é a expressão do próprio sujeito. É o resumo de sua história particular.* - p. 15. Soa contraditória essa afirmação para quem até então mencionara de forma literal o caminho da escolha profissional com o caminho de Totem e Tabu. No entanto, do que trata a autora é do sujeito ser capaz de reconhecer, via análise, *as lembranças e sentimentos hostis ou amistosos recalçados* - p. 14 e a orientação profissional seria o já conhecido levantamento do recalçado. Aqui cabe uma correção, pois a autora de fato não fala de orientação profissional, trata-se da escolha profissional e a contribuição possível da psicanálise nessa escolha, então, não haveria lugar para a orientação profissional no artigo, não existe o diálogo com os autores dessa área.

Ou seja, trata-se aqui de fazer o sujeito se tornar cada vez mais cômico das determinantes inconscientes que afetam sua escolha, as lembranças e sentimentos hostis ou amistosos recalçados; do que se tratam essas lembranças e sentimentos recalçados se não da relação com o Outro parental (Outro, escrito com maiúscula, é termo usado pela autora, embora não explique sua conceituação), esses sentimentos ambíguos frente as figuras parentais? Eis a ligação entre o caminho “filogenético”, diríamos, de Totem e

Tabu que todo homem deve trilhar (o que remete também ao Complexo de Édipo, quase não citado pela autora) e o “ontogenético” de uma história particular, pois cada um assume sua filogenética a sua maneira.

Mas são as ligações diretas que faz a autora que tornam suas ideias contraditórias. Em primeiro lugar Paim diz que existem relações diretas entre a condição psíquica do sujeito e sua escolha profissional (entendida como *expressão social através do trabalho* – p. 10). Não existe ligação direta entre a condição psíquica do sujeito e sua escolha profissional, pois existe algo levantado pela própria autora: a linguagem que atravessa o sujeito. O homem é ser de linguagem, não ser natural, isso é estabelecido pela própria autora. Ser atravessado pela linguagem implica em *indeterminação da significação do sujeito no simbólico e indeterminação do objeto no imaginário*, nas palavras da própria autora. Não entrarei em detalhes sobre os registros mencionados, pois a própria autora não os aprofunda, destacarei aqui que a linguagem marca uma indeterminação, pois perde-se o objeto para que o sujeito ascenda ao símbolo (tradicionalmente, desde Saussure, o símbolo é a presença de uma ausência, portanto, o objeto está ausente em si, mas presente pela significação que a palavra traz, ou seja, se faz presente, portanto, a referência não é mais a precisão da coisa em si e sim a labilidade do símbolo).

Dessa primeira ligação direta ela deriva uma segunda: *é possível, conhecendo o sujeito, entender sua escolha profissional? E é possível, ao contrário, a partir da escolha profissional, conhecer o sujeito?* - p. 15. Responderá a autora que no *enfoque desta análise, são assertivas as questões que se colocam* – idem, conclusão que só pode assumir porque faz ligações muito diretas entre constituição do sujeito e escolha. Por mais que haja relação entre a história do sujeito em sua filogênese e ontogênese, ainda assim não é possível via análise fazer predição do futuro: conhecer o sujeito não me

permite conhecer sua escolha, e conhecer a escolha não me permite conhecer o sujeito, pois não é demais lembrar que o inconsciente é sobredeterminado, a determinação inconsciente é impossível de se prever.

Já Gurfinkel (1991) faz diálogo com a orientação profissional, embora deixe claro que sua dissertação tratará de análise do discurso de adolescentes no momento de escolha profissional através do método psicanalítico, não pretendendo realizar atendimentos em orientação profissional. Nesse caso, Gurfinkel parte do mesmo ponto que Paim, são as entrevistas com adolescentes, porém em momentos diferentes, para Gurfinkel serão adolescentes que ainda farão a escolha e para Paim adolescentes que já realizaram a escolha por psicologia. Logo na introdução Gurfinkel enuncia que a dúvida profissional deve ser pensada como algo mais amplo do que a dúvida profissional em si, seria uma dúvida adolescente (enigma da adolescência e de seu atravessamento): a escolha da vida, um grande trabalho a se realizar. A hipótese é que a escolha profissional está vinculada a uma escolha adolescente e está vinculada à reedição do Complexo de Édipo.

Aliada a essa hipótese está a proposta de *tomar o conflito central dos heróis trágicos, em especial do personagem Édipo de Sófocles, como uma metáfora para a dúvida profissional* – p. 2. O ápice do conflito psíquico (tensão libidinal) se dá no Complexo de Édipo, é aí que ele (o conflito) culmina na infância, e na adolescência tem-se uma *etapa que carrega o acesso a novas significações e permite uma ressignificação do passado, não podendo, portanto, ser entendida apenas como um retorno* – p.24, é uma repetição, mas na repetição não se repete o mesmo; afinal, é um retorno, mas não do mesmo e, no entanto, o adolescente, com o fim do período de latência, tem de lidar com o Édipo reeditado: algo permanece, algo muda. Indo além, a autora escreve que na adolescência o tema do Édipo se **“liga”** ao **“desligamento”** dos

objetos infantis, ou seja, os pais: é preciso um mito, uma tragédia para que esse desligamento ocorra, não é algo fácil (pode ser simples, não é fácil).

Os pais caem como figuras ideais, passam a ser pais castrados: não são mais os alvos de investimentos libidinais objetivos, ao menos não da forma como eram. A adolescência é uma abertura por isso, não um fechamento, se os pais caem como ideais unificantes, o que resta? Resta essa abertura de desejo. Há, é claro, as tentativas canhestras de colocar outro ideal no lugar, mas o *l'a dol les sens* – p. 30, permanece, o sem sentido persiste, pois a abertura insiste (tal qual o desejo): é o dolo dos sentidos, os sentidos infantis caem, tem-se uma atitude cética perante os sentidos que antes eram tão certos.

Nesse ponto sobre a adolescência é que Gurfinkel se diferencia de Bohoslavsky, autor de orientação profissional com quem dialoga, pois na leitura da autora Bohoslavsky fia a escolha profissional dentro do campo psicológico das identificações, enquanto ela mesma relaciona, também dentro do campo psicológico, ao complexo de Édipo. Na leitura de Gurfinkel, o Édipo em Bohoslavsky é uma passagem rápida, mais infantil do que adolescente; para a autora, no entanto, o Édipo é reeditado na adolescência, com uma ênfase maior na castração dos pais do que do próprio sujeito: a escolha é um ato de autonomia em relação aos pais. Fica mais evidente, nesse ponto, a diferença entre as bases teóricas dos autores, uma vez que Bohoslavsky tem como base a escola inglesa de psicanálise e Gurfinkel se baseia em Freud.

Destaca-se que a autora utiliza o termo autonomia, não independência, porém, é importante ressaltar que um ato de autonomia não é em relação aos pais, e sim em relação ao que os pais podem ou não podem dar (se é em relação aos pais e não ao que os pais podem dar, então estamos no campo do par dependência e independência), é um ato de indeterminação sobre o que fazer com isso que é (her)dado pelos pais.

Assim é que a escolha implica uma responsabilidade e culpa pela morte simbólica da infância e do pai nessa passagem para o mundo adulto, ponto em comum com Pain. Em ambas as autoras há uma reedição de um mito, seja de Totem e Tabu, seja do mito trágico de Édipo. Em Gurfinkel, no entanto, essa passagem pelo Édipo na adolescência é uma reedição que possibilita ressignificação das posições anteriormente ocupadas, especificamente na relação do filho com os pais. Em Pain há uma retomada mais literal do mito na escolha da posição ocupada, seja de pai, seja de filho dentro do trabalho: o que se repete é o mesmo para Pain e em Gurfinkel a repetição existe para que com essa nova volta novas significações possam emergir.

A escolha profissional condensa uma série de (re)significações, das quais a separação dos pais ideais da infância e da própria infância são as principais – eis a ressignificação do passado dita anteriormente, e essa ressignificação está condensada no momento de escolha profissional. Surge o ponto de conflito na escolha: eu quero ou não essa responsabilidade? Assumir essa responsabilidade é prescindir do ideal paterno. Nas entrevistas com adolescentes de diferentes idades, o ponto em comum é que o ideal vinha sempre pelo pai, o que, na verdade, é uma herança do Édipo infantil: no declínio do Complexo de Édipo pela articulação ao Complexo de Castração, o sujeito abre mão do objeto libidinal materno e se identifica ao pai como ideal. Pois bem, na adolescência é preciso prescindir desse ideal, a castração recai sobre os pais e cabe ao sujeito se responsabilizar pela escolha, não se fiar apenas na figura idealizante do pai.

Esse é o conflito, bem edípico, que Gurfinkel encontra nas entrevistas que realiza, o quanto o sujeito está disposto a encarar essa dúvida profissional sem se fiar num outro que lhe dê a certeza, a se responsabilizar pela escolha e não esperar uma resposta do oráculo. O que conclui: *o adolescente parece querer levar as coisas a sério*

e sem erro; nesta tentativa, perde de vista a possibilidade do prazer, diante do que não encontra coragem. - p. 86. Na busca pela certeza, o adolescente não acha a escolha.

Nisso quem opera é o princípio do prazer, ponto de discordância desta dissertação com o escrito de Gurfinkel: no fundo a escolha que busca uma certeza é uma escolha que visa a fuga do desprazer, é uma escolha neurótica por isso, é uma escolha reativa; é importante colocar que na neurose, assim como na infância, há um privilégio pelo princípio do prazer e uma maior dificuldade em abrir mão de sua operação, por isso, para Freud, o neurótico tem tanta dificuldade e resiste tanto em se livrar de seu sintoma. Não é que o adolescente perde de vista o prazer e sim que não consegue perder de vista esse princípio. Para Gurfinkel, quando o adolescente encara a escolha como algo sério, ou melhor, quando leva a sério essa escolha, de modo a considerar apenas os “critérios sérios” que garantiriam uma boa escolha (tal qual estabilidade financeira) e por consequência um bom futuro, ele desconsidera o prazer que o trabalho escolhido pode proporcionar, desconsiderando, então, o prazer como critério nessa escolha; na verdade, o que se busca é a fuga do desprazer, essa escolha, quando levada a sério é porque, mais do que antes, agora considera o prazer, desde que entendido o prazer como princípio: é na seriedade que se verifica a operação do princípio do prazer (mais pela fuga do desprazer), não na brincadeira.

Um aspecto importante encontrado na análise das entrevistas feitas por Gurfinkel é o desamparo e, seu oposto, os feitos heroicos, numa oscilação entre onipotência e impotência, algo tão bem estudado por Bohoslavsky. A elaboração do atravessamento do Édipo reeditado da adolescência implica em lidar com esse desamparo por outras balizas que não que não as do Édipo (ou seja, os ideais únicos e unificantes parentais infantis dos romances familiares), como escreve Safatle (2005). Sair do par onipotência e impotência é sair de uma encruzilhada em que antes o sujeito

adolescente via apenas um caminho, o caminho de um ideal calcado no pai (ou em seus substitutos): sou ou não potente o bastante para seguir o ideal? A autora levanta a questão de que a dúvida profissional típica dessa época adolescente levanta a dúvida sobre a existência de apenas um caminho possível, portanto, é a dúvida que possibilita abertura para o adolescente (e vale lembrar que a adolescência é uma abertura para a autora) escolher, não a certeza que, como ela constatou nas entrevistas, são paralisantes.

O motivo de essa certeza ser paralisante é o ponto de discórdia da autora com esta dissertação, pois para Gurfinkel, a certeza paralisa porque o sujeito busca uma garantia em sua escolha, fugindo do prazer no trabalho, enquanto que a consideração aqui é que a certeza responde justamente ao prazer, ao princípio do prazer, e porque o sujeito adolescente não quer fugir desse princípio que ele busca uma certeza numa escolha reativa.

A última autora estudada é Margareth Ragnini, cuja dissertação de mestrado tratou da escolha profissional em adolescentes a partir da perspectiva da potencialidade do encontro. Há o “encontro potente” da autora com Bohoslavsky para que lhe ajude a tratar das questões de orientação profissional que aparecem em seu consultório, mas dialogará especialmente com três autores: Freud, Winnicott e Figueiredo. Como Ruffino (1993) e Gurfinkel, a autora também destaca o fim dos rituais sociais de passagem para a vida adulta, destacando a queda dos ideais transgeracionais e por isso o homem não pode mais *contar com uma herança a ele transmitida pelas gerações anteriores quanto ao lugar e à profissão a ser ocupado no mundo dos adultos* – p. 25. O problema é que esses ideais caem e não houve a assunção de novos, o que deixa o adolescente sem ancoragem no momento de escolha.

Sem um ritual de passagem, falta o reconhecimento do outro social para essa tarefa do adolescente em se inserir no coletivo, não por acaso o peso do olhar do outro

ganha novas proporções, já que o próprio social não apresenta aberturas para o sujeito adolescente. Eis um ponto central para a autora, a questão das identificações (ser reconhecido pelo outro, como eu gostaria que o outro me visse e assim eu mesmo me reconheceria, numa dialética na qual eu (o ego) me reconheço pelo olhar do). Se na nossa sociedade não há abertura para entrada do adolescente, no encontro potente com o psicólogo há essa abertura para que o sujeito possa escolher e assumir uma identidade profissional. O processo de identificação profissional se dá a partir de traços do ideal de eu. A autora diferencia eu-ideal e ideal-de-eu: o primeiro remete ao campo passado, em que havia uma completude quase mítica, quando todo desamparo era aplacado pelos pais, o segundo fica como traço deixado a partir dessa relação e que se busca, marcando um desejo em questão, apontando para o futuro.

O trabalho psíquico em jogo nesse atravessamento do eu-ideal para o ideal de eu consiste em lidar com esse novo campo das identificações, o que implica na reedição do complexo edípico, ou seja, quais os ideais (traços) que podem ser elevados para dar base para o laço social com o grupo social ampliado, servindo de suporte para que o sujeito possa elaborar a dinâmica conflitual intra e intersubjetiva, que traços podem ser tomados da dinâmica edípica para que se faça laço **trans subjetivo entre as gerações**, como ocorrem com os totens (que definem um clã, as pessoas de tal clã estão sob a régia de tal totem, o que dá um lugar para o eu e ajuda a elaborar a dinâmica conflitual do sujeito assolado por forças pulsionais e sociais).

O Édipo é o ápice do conflito pulsional entre o amor à mãe (objetal ou anaclítico) e o amor ao pai (narcísico), e sua saída se dá pela via da identificação ao pai, não pela via de amor objetal à mãe, portanto, há uma renúncia do sujeito e na passagem de um ideal a outro também há uma renúncia: o sujeito pode ficar preso à fantasia do

eu-ideal, mas também pode renunciar a essa completude mítica e se arriscar a buscar o ideal de eu.

Seguindo o caminho que vai do sujeito ao outro, a autora segue Freud e postula a identificação como a primeira relação de objeto, tirando o sujeito do solipsismo do auto-erotismo; há a importância do olhar do outro, pois o narcisismo é especular, é ser o objeto que o outro deseja, amar a mim com o outro me ama. As duas instâncias ideais são atravessadas pela relação desejante com os pais e dos pais: instâncias que destinam a libido na busca de objeto (para ser ou para ter) e com isso tira o sujeito do puro auto-erotismo (que é sem lei e fora do discurso para a autora); essas instâncias possibilitam o encontro com o outro, destinando a libido para a construção do laço com esse outro (a quem me identifico); a autora retoma *Psicologia de massas e análise do eu* (texto básico para a autora, já que trata de ideais e de identificação) para dizer que os membros de um grupo compartilham o mesmo ideal, o líder, e isso faz laço, daí fazendo a passagem (ou melhor, articulação) entre psicologia individual e de grupo, ou seja, os sujeitos de um grupo investem libidinalmente no líder, como investiam no pai. Eis aí a importância dos ideais para a adolescência nesse novo enlaçamento social, porém é preciso dizer que Freud aponta como um perigo inerente à vida em sociedade essa massificação do sujeito, esse duplo vínculo libidinal com o ideal (líder – vínculo de amor objetal) e com os iguais (irmãos – vínculo de identificação): o sujeito tende a obedecer o líder e seu grupo cegamente.

Na forma de sua atuação clínica, para que o adolescente possa construir novos ideias de eu, saindo do eu-ideal, e integrar suas identificações, o recurso de Ragnini é a Winnicott. No encontro com o analista deve haver a possibilidade deste oferecer-se como *objeto suficientemente bom*, num ambiente disponível na medida para que uma experiência de *preocupação materna primária* seja reeditada para dar sustentação ao

atravessamento do conflito adolescente – está aí a definição de cuidado para a autora: *sustentações necessárias para que a subjetividade “passe bem” pela crise adolescente* - p. 104 (crise que se relaciona à queda dos ideais, eleição de novos, possibilitando suporte para novas identificações): eis aí a posição do psicólogo orientador, se oferecer como objeto suficientemente bom, o que significa dar a possibilidade de reeditar a preocupação materna primária.

Quanto a esse objeto, a autora fala da importância da não retaliação para que o sujeito perceba o objeto como exterior a si, em sua radical alteridade e não como parte de sua fantasia narcísica; o outro retaliatório está sempre presente no encontro do adolescente com o analista na medida em que o sujeito fala dele, a palavra “traz” esse outro que retalia os ataques do sujeito adolescente, o que impede que o sujeito possa de fato perceber o objeto como externo (pois fica na relação narcísica de um eu que ataca e um outro que especularmente retalia, há um eu-outro que não se descola, fica no reflexo narcísico); cabe ao analista não entrar nessa série de objetos que retalias e suportar a angústia que o adolescente traz.

Na última articulação teórica Ragnini se apoia em Figueiredo, de onde tira o conceito de bom encontro. O bom encontro é definido como *encontro onde realmente aconteça algo capaz de mobilizar o sujeito em outras direções* - pg. 114, possibilitando um novo tempo para o sujeito que não o tempo impositivo de um social fechado em si (e que obriga o adolescente a se fechar também: o encontro é a possibilidade do sujeito sair desse fechamento intrapsíquico e poder se relacionar com o outro numa intersubjetividade que ofereça um espaço “entre”, espaço transicional no qual o sujeito possa “brincar”, experimentar – transferencialmente – os diversos encontros e desencontros que ocorreram em seu passado e lhe foram traumáticos).

A fala é essencial, pois o sujeito pode a partir daí nomear seu sofrimento e pelo nome pode dar um lugar no seu psiquismo e na sua história, ou seja, pode dar novos sentidos para isso que agora tem nome; a partir desse nome e desse lugar pode reconhecer esse sofrimento como seu; é preciso, portanto, um outro que possa escutar sem retaliar, um outro que se ofereça como outro real e por isso fora da fantasia intrassubjetiva que o sujeito possa fazer desse outro: um outro real que pode servir de apoio. Sendo esse sujeito responsável, ele pode sair de uma posição passiva e ser ativo na resolução de seu conflito, não se trata apenas de buscar sentido, mas também de agir e o analista interpela o sujeito à ação a partir da transferência, do lugar “entre” que se estabelece no encontro.

Relata sua experiência com um dos casos, chamado de Maria pela autora, caso interessante que apesar do processo ter tido apenas uma sessão, teve a angústia tanto de Maria, quanto da autora: a questão da escolha profissional como ponto de “alavancagem” da reelaboração edípica implica em novas identificações e novas ideias (que sejam mais próximos do ideal-de-eu que aponta para um futuro e não do eu-ideal mítico e infantil). O espaço potencial, como espaço transicional fica mais evidente com esse atendimento, em que a autora (e orientadora) não pode dizer com certeza se suas intervenções foram associações que tiveram como base seus julgamentos ou do próprio discurso de Maria: foi a partir do campo “entre” que a orientadora falou. A autora considerou que, apesar de uma sessão, houve um bom encontro entre Maria e a psicóloga que a atendeu, bem como entre Ragnini e sua paciente.

Esse acolhimento não retaliativo possibilita uma nova elaboração do acontecido, enlaçando-o a representações de palavras (portanto, saindo da temporalidade imediata do acting-out), pois o adolescente pode usar o objeto como algo que é diferente dele mesmo, há um corte de seu narcisismo que possibilita um novo laço social e o bom uso

do objeto: é a potencialidade do encontro, esse encontro possibilita uma diminuição da angústia, o sujeito pode usar o objeto para se desenvolver, não está sozinho nessa tarefa que é crescer – e a escolha aparece como representante desse crescimento, muitas vezes: o outro é um outro real, não é apenas da minha fantasia, por isso pode ser suporte real para as novas identificações (há uma questão existencial em jogo).

Há uma sequência lógica na proposta de atendimento de Ragnini: coloca-se, em primeiro lugar, a potencialidade do encontro para que o sujeito possa dar novos significados ao seu sofrimento, uma vez que é acolhido e pode falar disso; daí pode se responsabilizar pelo que diz, o orientador não pode assumir o sofrimento para si. A potencialidade do encontro possibilita ao sujeito sair de um “perpétuo presente” (de um sofrimento que parece não ter fim, de que estará sempre presente) para que possa ressignificar o que lhe ocorre de forma retrospectiva, abrindo para a multidimensionalidade desse sofrer. Pode-se dizer que a base teórica é bem freudiana, enquanto a base para a atuação clínica se pauta mais em Winnicott e Figueiredo, de modo que a autora ainda tem em vista a constituição de novas ideias-de-eu para que o sujeito possa dar conta das identificações que caem e assim novas possam ser construídas, ainda é uma teoria que se volta para as identificações na forma de lidar com a profissão³.

3. Comentário sobre os dois primeiros passos: o que se herda e a relação com a realidade

A escolha dos autores desses dois primeiros passos não foi aleatória, embora se deva reconhecer que muitos outros autores poderiam ser trabalhados, o que enriqueceria ainda mais esta dissertação. No primeiro passo é importante ressaltar que os três autores, além de considerarem a teoria psicanalítica em suas construções sobre a orientação profissional (ou vocacional), também pensaram em teorias sobre a escolha, consideram que a orientação profissional vem para ajudar o sujeito, especialmente o adolescente, na escolha de uma profissão, portanto, existe um momento de escolha, existe algo de particular na escolha que caracteriza o trabalho de orientação, sem fugir de um projeto de vida, como descrevem autores como Super e Savickas (especialmente Super, interlocutor de alguns trabalhos de Bordin).

Seja a escolha como reparação de um objeto interno danificado (Bohoslavasky), seja a escolha como busca de gratificações e fuga de ansiedades (Bordin), ou ainda a escolha como satisfação de necessidades infantis (Roe), há para esses três autores uma teoria sobre a escolha da profissão e em cada uma das três uma consideração muito grande pela história do sujeito que escolhe, bem como essa história está atravessada pelos pais (por exemplo, no clima familiar de Roe). Há a consideração da história de vida na escolha da profissão, porém mantém-se a ideia inicial de que também há um momento de escolha que condensa essa história, momento de escolha que, se é para um futuro, ainda assim, só pode ser para um futuro quando a história passada se “desembaraça”, portanto, quando se tem um ego forte para se auto-integrar e realizar uma escolha independente (independência na escolha é um termo de Roe; escolha auto-integrada é termo dos trabalhos de Bordin e ego forte é bastante trabalhado por Bohoslavasky). Não se trata de se projetar a vida, trata-se de algo particular que existe

na escolha e que deve ser considerado pelo orientador profissional, especialmente porque projeção é um termo psicanalítico que tem um sentido defensivo.

As autoras do segundo passo tiveram de lidar com a emergência de uma nova demanda por parte de seus pacientes, demanda de orientação profissional e, mais do que lidar, teorizar sobre essa demanda é que interessou para esta dissertação. É notável que essas autoras se interessaram em publicar suas pesquisas nessa área; talvez clínicos anteriores já tenham se deparado com essa mesma demanda anteriormente, porém agora é que existe uma divulgação não mais como algo que faz parte de um trabalho clínico adolescente e sim como um tema e até um objeto na adolescência e no trabalho clínico.

Pontos em comum entre os autores estudados nesses dois passos tem que ver com o complexo de Édipo. Não por acaso, já que sua articulação ao complexo de castração é nuclear para a constituição da subjetividade. Também por isso ele será tratado nesta dissertação. No primeiro passo, o Édipo não é tratado diretamente, porém o clima familiar em Roe, as gratificações em Bordin e, no limite, até mesmo a reparação de um objeto interno danificado em Bohoslavsky se articulam ao Complexo de Édipo; notadamente o clima familiar tem essa referência edípica; em Bordin há uma consideração maior pelo desenvolvimento da libido em seus estágios, porém o ápice desse desenvolvimento se dá no Complexo de Édipo; em Bohoslavsky, o peso colocado nos pais como objetos para o adolescente e sua influência no momento de escolha como reparação remete, ainda que indiretamente, a esse complexo nuclear. As autoras do segundo passo fazem referências mais diretas ao Complexo de Édipo, como se viu. Na presente dissertação, quanto ao Complexo de Édipo, a aproximação será maior com os autores do primeiro passo.

Dentre os autores estudados, há um maior diálogo com os dois últimos de cada passo, Bohoslavsky e Ragnini. Existem muitos pontos de convergência entre a

dissertação de Ragnini e a presente. O ponto de discordância incide sobre a identificação, pois que para a presente dissertação, a identificação, bem como os ideais, diga-se, terão menor consideração. Obviamente os processos identificatórios e de ideias são muito importantes para a construção de uma identidade profissional, destacada pelos diversos autores, porém esses processos são concebidos pela orientação profissional de forma a privilegiar o ego consciente.

Percebe-se claramente que a psicologia do ego e a presente dissertação possuem uma via em comum, qual seja, fazer da herança algo próprio. Essa via em comum se deve a reconhecida importância de se saber herdar e fazer algo a partir dessa herança que se recebe quando da escolha de uma profissão. É nítido o caminho das diversas identificações que emergem ao longo de um atendimento em orientação profissional e a via que privilegia o ego consciente dará maior ênfase no trabalho do fortalecimento do ego para que possa suportar a realidade; ou seja, suportar as frustrações da realidade, sem regredir para identificações passadas, que o ego possa “domar” essas identificações e assim ter uma identidade consolidada para suportar essa realidade e que suas escolhas sejam, dessa forma, pautadas na realidade da profissão e não em sua concepção fantasiosa baseada em alguma identificação não sintetizada na identidade.

Na perspectiva da psicologia do ego, fazer da herança algo próprio marca a passagem das identificações para a identidade; como escreve Bohoslavsky é a passagem de quem achou um mestre (identificação), para quem matou esse mesmo mestre e assumiu seu lugar, passagem realizada pelo ego fortalecido (que consolida uma identidade). Então, o sujeito é capaz de sintetizar as identificações que herda – e muitas das quais não têm consciência –, numa identidade coesa e coerente com a realidade, ou seja, numa identidade que não seja fantasiosa, uma identidade que passa no teste da realidade realizada pelo ego.

No entanto, se fazer da herança algo próprio é o ponto em comum entre as teorias que privilegiam o ego e a presente dissertação, como isso se dá é ponto de discordância. Seria possível fazer da herança algo próprio sem uma consideração pelo eu? Não é possível. Então, a questão é pensar no eu em si:

Ainda em outra passagem de uma das conferências introdutórias sobre os sonhos, Freud apóia sua argumentação sobre a técnica de interpretação dos sonhos baseada nas associações do sonhador na idéia de que o sonhador sabe o que seu sonho significa, “apenas não sabe que sabe, e, por esse motivo, pensa que não sabe”. O sujeito sabe sem saber que sabe — e isso constitui o saber do psicanalista mais essencial, o saber de que há sujeito do inconsciente, saber ao qual ele só pode ter tido acesso através de uma experiência de análise pessoal – Coutinho Jorge, 2008, p. 68.

3.1. O suporte em Lacan: conceitos básicos

Essa passagem é importante para ressaltar que a consideração nesta dissertação não será pelo ego consciente e sim pela parte inconsciente do eu, para que se leve em conta o inconsciente como sistema na escolha da profissão, não apenas algo descritivo. Para tanto será necessário nesse ponto um suporte da teoria lacaniana: se o recurso desta dissertação para se pensar numa escolha profissional que leve em conta o inconsciente é Freud, sem dúvida o suporte será Lacan por sua relação com a linguagem na formalização da psicanálise. É preciso deixar claro que o recurso continuará sendo a psicanálise freudiana, a teoria de Lacan servirá de suporte – especificamente um suporte material, em oposição a certo apelo concreto de Freud em alguns momentos – para esse recurso primeiro.

Na passagem acima de Coutinho Jorge, o autor se refere ao sujeito do inconsciente como o sujeito que não sabe que sabe, mas exatamente por haver um saber é que a interpretação tem sua eficácia clínica; não há menção do eu inconsciente, apenas do sujeito, no entanto. O conceito de sujeito é uma contribuição lacaniana para a psicanálise, articulado com o significante: “um significante é o que representa o sujeito

para outro significante”, eis a fórmula lacaniana que articula sujeito e significante apresentada em diversos textos, como em seu Seminário IX, sobre a identificação (1961, não publicado): o sujeito é um efeito de discurso, ele é evanescente, está em *fading*, pois o discurso continua a deslizar pelos significantes, o que tira toda a consistência do sujeito em questão para a psicanálise. Sobre o significante, Lacan estabelece que *todo verdadeiro significante é, enquanto tal, um significante que não significa nada* – Lacan, 1997, p. 212, portanto, não há definição para o que é o significante, isso seria dar-lhe uma consistência que ele não tem, pois, enquanto tal, não significa nada. Essa é a radicalidade do conceito de significante isolado pela psicanálise: se o significante é tomado como algo que tem um significado, então o campo do humano estaria pré-determinado pelo instinto, pois um significante se fixaria num significado único, eis o *imprinting* animal, onde um determinado sinal elicia automaticamente um comportamento, pois a esse sinal se vincula um determinado significado.

Para expressar a radicalidade do isolamento significante, Lacan dirá em seu Seminário III (1997) que estando um ser dentro de um barco no mar, diante de algumas agitações desse mar, no meio da noite, se esse ser não é humano emitirá uma série de comportamentos padronizados/modelados como resposta a uma compreensão desses sinais (ou seja, liga um significado pré-estabelecido a esse sinal e responde com um comportamento padronizado); se o ser for humano ele fará o registro desse sinal como sinal em si – *Na hora tal, em tal grau de longitude e de latitude, percebemos isto e aquilo*. Não há qualquer tentativa de compreensão desse sinal, apenas o registro do mesmo como tal, sem nada significar.

Ainda nesse radical isolamento do significante, Lacan dirá que o Complexo de Édipo é a introdução do significante como tal na ordem do humano e é isso que funda a

ordem do humano: trata-se da metáfora do Nome-do-Pai. Em Lacan, o Complexo de Édipo é uma operação significativa, especificamente a substituição de um significante por outro, a metáfora; o significante como tal introduzido pelo Complexo de Édipo aparece na ordem do falo: na relação com a mãe, o objeto desejado por esta é nomeado de falo dentro da psicanálise, porque é o objeto que lhe falta (supostamente), portanto, o falo é o significado do desejo da mãe para a criança, desejo este cujo lugar o pequeno infans tenta assumir para ser o falo que falta à mãe e completá-la (desejo de fazer Um com a mãe); porém, o desejo materno aponta para o pai, aquele que supostamente detém o falo como objeto/significado do desejo da mãe. O falo, então, emerge desde o início da relação da mãe com o infans, não é uma relação dual, nem mesmo em seu início; mas nesse primeiro momento o falo é o significado do desejo da mãe.

O Complexo de Édipo, como teorizado por Lacan, tratará da introdução do significante como tal justamente nesse nível do falo: de significado do desejo da mãe para significante da falta no Outro. O Nome-do-Pai é o significante da lei paterna, lei que marca um limite, o Outro não pode significar a si mesmo, o Outro é lugar de minha fala, mas é isso, não pode dizer de si mesmo por completo, “não há Outro do Outro”, como não há significante que signifique a si próprio, por isso, o Outro não pode ser completo, há um significante que marca o limite por sua lei, o Nome-do-Pai, e um significante que marca a falta no Outro, o falo (ou seja, o falo é o significante que falta ao Outro, é o significante da falta porque falta). Isso porque o falo não é do pai real, não há pai que detenha o falo que é desejado pela mãe: à mãe falta o falo, mas se seu desejo aponta para o pai, não é para o pai como pessoa em si (a pessoa do pai que deteria o falo como objeto, significando o desejo da mãe e o fechando sobre si: o desejo, assim, seria pré-determinado, uma mulher só poderia desejar um homem e o falo perderia seu valor simbólico, sendo igualado ao pênis) e sim como pai que encarna, na triangulação

edípica, o pai simbólico, uma função, a função paterna, nessa triangulação – o pai vale menos em sua pessoa do que em seu símbolo como portador da lei do pai, Nome-do-Pai, que barra a mãe e marca o Outro como para sempre incompleto, tendo o falo como significante dessa falta (no Outro).

O pai é o agente de interdição da relação dual entre a criança e a mãe (que desde o início não é dual, pois o falo, como significado do desejo da mãe – esta como Outro que lhe dá as primeiras significações de si – está colocado de forma que a criança tenta assumir esse lugar: há a triangulação mãe-criança-falo) menos por sua presença real e mais por sua função na relação edípica, pois não é outra que não a mãe quem introduz o pai, pois a mãe também é castrada, a ela a lei do pai já interdita, não o pai da criança, seu cônjuge, mas o pai da lei: uma nova triangulação se estabelece, mãe-criança-pai, o pai se colocando no lugar do falo – é um lugar terceiro que impede a cola entre mãe e criança e, por ser esse terceiro que impede a completude onde dois façam um, é que o pai só pode ser vazio de significado, vazio que separa: essa é a potência do pai, instaurar um vazio que separa mãe e criança de modo que esta possa ascender a condição de sujeito, não mais objeto do desejo materno; a mãe aponta para o pai como quem detém o falo, não mais como significado de seu desejo, mas como portador de uma potência simbólica que se refere à introdução do significante como tal, justamente esse mesmo falo enquanto significante da falta no Outro, falta essa que não pode ser completada, é o que dita a lei do pai, a mãe não pode reintrojetar sua prole, bem como a criança não pode possuir a mãe como mulher: uma hiância é aberta para não ser fechada.

No fundo, a castração é feita pela linguagem, mais do que pelo pai, o pai é suporte dessa linguagem, pois é a linguagem em sua estrutura significante (como tal) quem castra, pois esvazia de significado o falo (ou ainda, esvazia de sua imagem idealizante, o que é o mesmo) e esvazia de objeto o desejo da mãe. Isso, claro, não

impede que a criança, na saída do Édipo, não imagine o pai como portador do falo, como aquele que tem o objeto que falta à mãe e por isso a saída via identificação ao pai na esperança de um dia ter esse falo. A dimensão da castração se avizinha e está de fato instaurada, mas é na adolescência que será instaurada em seu direito. A adolescência pode ser pensada como esse tempo em que a castração – como operação que esvazia o objeto de desejo do Outro e de significado o falo – ganha sua efetividade no direito simbólico, mais do que no fato de uma triangulação da realidade.

Lacan estabelece que a metonímia precede a metáfora para o ser falante: *Falam do caráter concreto da linguagem da criança. É, contrariamente à aparência, algo que se relaciona à contiguidade* – Lacan, 1997, p. 260. A metonímia que se dá pela contiguidade na relação entre significantes, nela há um vínculo interno ao próprio significante que é da transferência de significado. Essa contiguidade dita uma diacronia na associação de significantes que Lacan encontrará no funcionamento das afasias sensoriais, onde o sujeito é capaz de falar de maneira coerente, consegue articular a fala e se servir bem das palavras, porém sem chegar a lugar algum, aquilo a que visa toda a fala fica elidida, há toda uma intencionalidade que permanece no sujeito em sua fala, mas há uma “impotência verbal” em dizer do que se trata, fica só na intenção. *Dirá: sim, compreendo. Ontem, quando eu estava lá em cima, ele já disse, e eu queria, eu lhe disse, não é isso, a data, não inteiramente, não aquela...* – p. 250. O que fica elidido, então, é justamente o significado, que é sempre transferido para o próximo significante contíguo. De fato, como fenômeno aparente, a fala infantil ainda metonímica parece uma descrição realista, pormenorizando detalhes, mas sem chegar ao objeto visado, numa constante transferência do significado. Pois bem, essa transferência de significado só é possível pela estrutura do significante que a domina – *a articulação formal do significante é dominante em relação à transferência de significado.* – p. 261. E assim

ocorre porque o significante, como tal, nada significa, ele pode se prestar a transferir um significado sempre evanescente porque nada significa, é por esse vazio que o significante faz borda que o significado pode ser transferido em contiguidade, ficando este significado cada vez mais longe.

No Complexo de Édipo está em jogo a metonímia do desejo: nas fases pré-genitais estão perfilados os diversos objetos que organizam o mundo do pequeno infans na relação com a mãe – seio e fezes – que são constituídos de material diverso, obviamente, então a contiguidade que se estabelece entre esses objetos só pode ser por uma analogia de significação, qual seja, o desejo da mãe. As “trocas corporais” vão além da ordem da necessidade e do instinto, pois objetos totalmente diferentes e que serviriam, a princípio, para diferentes necessidades, possuem a mesma analogia de significação, seja a troca de leite ou excrementícias, o que está em jogo é um significado último que se pretende atingir, o desejo da mãe, dar à mãe o que supostamente lhe falta, assumir a identidade de quem é esse objeto que falta à mãe, seja ao se ligar ao seio materno, seja dando o excremento como presente. Há uma série que se articula em contiguidade sempre com essa significação do desejo materno associada, por isso não é possível pensar no seio apenas como seio para se saciar a fome, ou as fezes para aliviar as necessidades excrementícias, esses dois objetos ganham estatuto de significante na medida em que podem transferir esse significado, saindo de uma relação direta com a ordem das necessidades e dos instintos. Ainda assim, para essa metonímia o significante ainda mira um significado – o desejo – que pode ser atingido supostamente, pois é aquilo que é para sempre mirado, é a miragem desse deslocamento.

A metáfora aponta para outro vínculo interno ao significante, é o posicional. Na metáfora há um significante que é colocado no lugar de outro, na mesma posição que outro, por exemplo, um significante que substitui outro na posição de sujeito numa

sentença. No caso da metáfora do Nome-do-Pai, é justamente esse significante que é colocado no lugar do Desejo da Mãe que deslizava por essa série de objetos pré-genitais, dando um ponto de basta para esse deslizamento que se detém. Porém, se detém não porque enfim atingiu o significado do desejo da mãe e sim porque o significante que emerge aí vem para introduzir o significante como tal, que nada significa, ele esvazia esse desejo materno marcando ao mesmo tempo a falta no Outro (o falo, como significante da falta no Outro, ganha o status de significante como tal, e o falo como significação do desejo da mãe – como Outro – é recalcado, ficando abaixo da barra de significação). Esse ponto de basta que o Nome-do-Pai assume na metáfora, se posicionando frente a essa série de significantes que se encadeiam em associação à significação do desejo da mãe, organiza a posteriori essa mesma série de modo que é apenas após esse ponto de basta que toda essa série pode ser significada como o desejo da mãe e articulada a um único significado, o falo.

Não apenas isso, mas o Nome-do-Pai esvazia esse significado de modo a esvaziar o próprio desejo da mãe, que é essencialmente a metonímia da falta-a-ser, ou seja, não há objeto/ser que satisfaça para sempre esse desejo, da mesma maneira que não há significante que possa significar e dizer esse desejo de forma definitiva, é um deslizamento de uma falta de ser e de uma falta de significação. Por se articular metonimicamente é que o desejo não consistirá em nenhum elemento da cadeia significante, mas insistirá nessa mesma cadeia, emergindo apenas nesses vestígios significantes. A metáfora do Nome-do-Pai dá um basta à série que se desloca dos objetos – feitos significantes – pré-genitais, mas não encerra o desejo do Outro, ao contrário, como escrito, essa metáfora é que significa essa série metonímico como a metonímia da falta-a-ser, o desejo persiste na cadeia, pois é essa metáfora quem dá

efetividade ao desejo como metonímia da falta-a-ser, pois esvazia de objeto da realidade esse desejo.

Enfim, é na metáfora do Nome-do-Pai que o significante ganha o estatuto de significante que como tal nada significa, de tal forma que a metáfora sucede a metonímia do desejo da mãe, mas é apenas por ela que essa metonímia pode ser significada como do desejo da mãe e articulada a um significado, o falo, que é esvaziado. Esse esvaziamento se dá porque o Nome-do-Pai, como escrito, impõe um limite, é o limite da própria linguagem, pois para que o sujeito ascenda à linguagem é preciso que perca o objeto, afinal, o símbolo é a presença de uma ausência, ausência do objeto; além disso, por se tratar do significante enquanto tal, essa metáfora impõe um limite ao próprio significante, pois ele não pode significar a si mesmo, apresentando-se em pares de opostos; isso marca também um limite para o Outro, pois esse Outro *é o arquivo dos ditos de todos os outros que foram importantes para o sujeito em sua infância e até mesmo antes de ter nascido*. – Quinet, 2012, p. 21. Se nada do sujeito escapa ao Outro, o próprio Outro escapa ao Outro, pois o Outro não pode dizer de si mesmo, o próprio Outro não é completo, é barrado porque lhe falta o significante que lhe daria plenitude, seria o arquivo completo de todos os significantes.

Essa falta no Outro é simbolizada por um significante, o falo, significante da falta no Outro, não mais o significado do desejo do Outro (encarnado pela função materna, inicialmente); o Outro pode ser descrito como o conjunto dos significantes que marca a história do sujeito, por isso se o inconsciente é o “discurso do Outro”, é porque é no inconsciente que se desenrola a Outra Cena, Cena regida e dominada por esses significantes. O Nome-do-Pai marca a perda do objeto materno, mas principalmente a perda do próprio sujeito como objeto para o desejo do Outro: esse pequeno infans não pode ocupar esse lugar de ser o falo que falta à mãe, o Nome-do-Pai o impede, pois é o

significante da lei, marca um limite. Por não significar nada é que o significante se apresenta em pares, se encadeando para que uma significação venha à tona: o significante não pode significar a si próprio, esse seria o significado. O Outro é o conjunto dos significantes e seria lógico pensar que haveria nele um significante final, um último significante que fecharia a cadeia e finalmente daria um significado – o desejo se realizaria – e o objetivo da análise seria trazer esse significante à consciência. O Nome-do-Pai, no entanto, vem para por um limite nisso, não há significante final no campo do Outro que daria o significado da cadeia (e a fecharia), falta esse significante final e essa falta é simbolizada pelo falo.

Assim é que o significante marca um oco de significado, ele nada significa e por isso o significante pode ser pensado como aquilo que faz borda ao vazio, justamente porque é ele mesmo vazio de significado. Não se fixando a nenhum significado, o significante desliza na cadeia e só pode se apresentar em pares – os pares opostos para que uma significação, sempre provisória e aberta, e relações de significância (ou seja, as operações de metáfora e metonímia) emergjam – o Nome-do-Pai só pode ser significante na relação ao falo: um significante barra o Outro (o interdita como significante da lei do pai – pai morto que simboliza a lei) e o Outro marca essa falta no Outro justamente porque é o significante que falta ao Outro – se o símbolo é a presença de uma ausência, o significante, tendo o falo como paradigma, é a presença da ausência por uma ausência.

A falta não pode faltar, ela deve estar presente; se a falta falta, o que se tem é a angústia, uma aproximação perigosa demais do objeto de desejo – justamente o objeto cujo significado deve faltar, significado do desejo da mãe –, falta esta marcada pelo falo como significante. Porque se não falta esse significado, o desejo da mãe apontará para a criança como objeto de seu desejo, é a criança o significado desse desejo, a colocando como objeto, tirando da condição de sujeito, daí a angústia: a falta não pode faltar. A

operação da metáfora do Nome-do-Pai é de subjetivação da criança e por essa via é que se pode entender porque o sujeito é efeito de discurso, numa articulação significante. O sujeito como efeito dos significantes em cadeia só pode ser evanescente porque os significantes continuam a deslizar, a se encadear, sem consistir e se fixarem num significado a priori. Novamente, vale ressaltar que todas essas considerações são feitas em relação ao sujeito do inconsciente, não ao eu.

Mas, conforme coloca Cabas (2010), *o reconhecimento do inconsciente nos obriga a reconhecer um Eu para além da consciência, um eu acéfalo se levarmos em conta que ele está implícito e imerso na série dos pensamentos inconscientes*. Isso porque, como se verá, o inconsciente possui um pensamento sim, mas um pensamento que se dá por representações que diferem das representações conscientes, o que altera a própria ideia de eu em cada um dos sistemas. O próprio autor (2009) articula a gênese do conceito de sujeito do inconsciente à ideia freudiana de eu inconsciente.

3.2. Do eu inconsciente na escolha

A referência continua a ser Lacan nesse ponto: o autor diferencia *moi* de *Je* para falar do eu em Freud, que, em *O Eu e o Isso*, aponta para uma parte do ego consciente que se vê como o primeiro objeto de investimento libidinal (narcisismo) e um eu inconsciente, uma parte do eu que permanece inconsciente para si próprio (daí Lacan escrever sobre o eu como instância de engano). Equivale a dizer que há um ego que não sabe que não sabe (por isso mesmo pensa que sabe, desconhecendo seu próprio desconhecimento e nisso se mantém na ignorância, instância de engano – a ignorância, assim pensada, não trata do desconhecimento em si, mas do desconhecimento do desconhecimento: ter dúvidas é um passo necessário para sair da ignorância, pois na dúvida há o reconhecimento do desconhecimento) e um eu que não sabe que sabe.

A maioria dos autores aqui tratados coloca a escolha profissional dependente do ego consciente, um ego forte o bastante para domar sua contraparte inconsciente, reparar o objeto danificado (Bohoslavsky), mirar novos ideais de/para o eu (Ragnini) e fazer das identificações uma identidade. Privilegiar o *Je*, essa parte do eu que se mantém inconsciente, em detrimento ao ego consciente do sistema Pcp-Cs, também é uma escolha. Ela implica no sistema que Freud descreve, basicamente, como sendo de energia livre, por isso não conhece a negação, o tempo cronológico, a contradição, juízo de valores predicativos – faz pouca ou nenhuma distinção qualitativa, o que importa são as cargas quantitativas a serem deslocadas e condensadas em ideias; bem diferente do sistema Pcp-Cs, de energia ligada, que tem fixos os investimentos e se prende a significados.

O *Je*, inconsciente, privilegia essa energia livre que se desloca e condensa não pelo sentido de um significado qualitativo, e sim por algo que varia quantitativamente, sem se fixar num representante ideativo, foge de um juízo predicativo qualitativo (tal qual o significado num signo) e o que interessa são os deslocamentos das quantidades de investimentos libidinais; eis porque Freud dirá que o inconsciente não conhece contradição ou negação, pois a relação entre os representantes ideativos não se dá pela qualidade de cada um, podem ser opostos, o que interessa nessa relação é a quantidade de investimento libinal e a possibilidade de deslocar esse investimento, condensando em determinado representante para descarga; é a partir desse ponto que Lacan aproximará o funcionamento do inconsciente com do significante na linguística, a imagem acústica do signo, aquilo que dá o suporte material da palavra, pois os representantes ideativos no inconsciente nada significam, ou seja, não valem pelo seu significado e não é por ele que se ligam. O *Je*, por isso, é efeito de linguagem em sua dimensão significante para

Lacan, diferente do *moi* que é efeito de identificações e fixações em significados (portanto, também é efeito de linguagem, mas dentro da dimensão de significado).

Havia escrito sobre a consideração do inconsciente sistêmico para esta dissertação logo na abertura dos três passos. Para isso é preciso considerar o texto metapsicológico sobre o *Inconsciente* (2010e) de Freud, no qual o autor pensa em como se dá a comunicação entre os dois sistemas, inconsciente e pré-consciente/consciente, se há uma passagem da representação do consciente para o inconsciente, numa espécie de mudança de estado dessa representação (hipótese chamada de funcional), ou se se trata de registros diferentes dessa mesma representação nos dois sistemas (hipótese da dupla inscrição).

Ao final do artigo Freud defende a distinção entre as representações presentes em cada um dos sistemas: no inconsciente tem-se a representação de coisa operando pelo processo psíquico primário (condensação e deslocamento, sem conhecer a contradição, podendo se associar de modo indiferente ao significado que essas representações poderiam ter no outro sistema); no consciente opera a representação de coisa associada/ligada à representação de palavra pelo processo secundário. Essa solução não é uma síntese entre as hipóteses funcional e de dupla inscrição, trata-se de uma denegação de ambas para pensar numa terceira. Nas hipóteses funcional e da dupla inscrição Freud se atém a uma mesma representação que passa do consciente para o inconsciente (funcional – privilégio na economia, a representação “muda de estado *funcional*” e uma vez que deixa a consciência e vai para o inconsciente não responde mais ao princípio secundário e passa a *funcionar* de acordo com o princípio primário), ou a uma mesma representação de possui registros diferentes em cada um dos sistemas (dupla inscrição – a ênfase está no caminho que vai do inconsciente para o consciente, hipótese que privilegia a tópica; nesse caso há uma passagem da representação do

inconsciente para o consciente, porém a inscrição no inconsciente permanece, assim como a representação deixa sua inscrição no consciente de outra maneira).

Nessas duas primeiras hipóteses o que se destaca é que há uma única representação e ela pode em si mesma passar de um sistema para outro, ou ainda deixar dois registros diferentes em cada sistema, mas permanece a ideia de uma representação. Com essa hipótese final da representação de coisa e de palavra, Freud encontra uma resposta terceira para o impasse da comunicação entre os sistemas, sai da representação única e assim, no inconsciente há a representação de coisa operando, e no consciente há a representação de palavra ligada à representação de coisa, ou seja, não é apenas a presença da representação de palavra, porém a ligação entre esta e a representação de coisa que opera no consciente, daí ser um sistema que opera na imobilidade dos investimentos, opera pela energia ligada (entre ambas as representações). A hipótese de duas representações é necessária porque algo retorna do recalcado, portanto, uma representação que sai do consciente e vai para o inconsciente não permanece lá “quieta”, é ao contrário, algo “inquietante”, algo dessa representação ainda retorna, o que contradiz a hipótese funcional; por outro lado, os dois sistemas são muito diferentes um do outro e apenas inscrições diferentes de uma representação que ainda é a mesma parece ser insuficiente para Freud explicar um funcionamento tão contrastante.

No inconsciente operam as representações de coisa, de maior labilidade na relação entre si, pois trata-se da operação do processo primário, que Freud escreve no mesmo artigo metapsicológico como sendo de mobilidade dos investimentos, a energia aí é livre, ou seja, desloca-se e condensasse em diferentes representações de forma livre. Do que consistem essas representações de coisa? Exatamente por operarem no nível *do* inconsciente (e não apenas no nível inconsciente, sem a preposição) é que não consistem, não possuem uma consistência em si, são *traços mnemônicos mais distantes*

e delas (imagens mnemônicas diretas das coisas) *derivados*. – Freud, 2010e, p. 146. Não se trata de imagens completas, mas de traços que derivam dessas imagens das coisas; a pergunta é do que se tratam essas coisas cujas imagens possuem como derivados esses traços que configuram a representação de coisas do inconsciente? São *os primeiros investimentos objetais, propriamente ditos*. – p. 147; não é por acaso que o inconsciente em Freud será associado ao primitivo, como em *Totem e Tabu* e ao infantil, como em diversos casos clínicos, há algo de original, de primitivo nos traços deixados como representações de coisa inconscientes.

Um mesmo objeto investido libidinalmente deixa dois tipos de representação no psiquismo do sujeito, um original e mais primitivo/infantil, que é a representação de coisa e outra representação posterior, representação de palavra, que resulta de um sobreinvestimento da primeira e por esse sobreinvestimento é que há uma ligação entre ambas, dando um significado, ou uma imagem mnemônica completa e que, no entanto, não será a mesma imagem mnemônica direta da coisa original, pois desta ficaram apenas os traços que dão origem às representações de coisa e, posteriormente, de palavra.

Em *Luto e Melancolia* (2011a) Freud menciona a morosidade em ambos os processos – luto e melancolia – porque neles “*a representação inconsciente (de coisa) do objeto é abandonada pela libido*”. Mas na realidade essa representação está no lugar de incontáveis impressões singulares... – Freud, 2011a, p. 79 e por esse motivo é que não há um simples abandono da representação de coisa pela libido, existem incontáveis impressões associadas a essa representação e o trabalho de abandono da libido é muito mais complexo, envolve muitos laços. Essa frase em *Luto e Melancolia* traz a questão para se pensar sobre como se dão esses laços entre representações de coisa no inconsciente; claro que se trata do processo primário, portanto estão em jogos os

deslocamentos e condensações de investimentos, porém o que “comandaria” os deslocamentos e condensações dos investimentos nas diversas representações de coisa fica como questão, ou seja, cabe pensar por que existem laços entre determinadas ligações e não outras, por mais efêmeros que sejam esses laços, por mais que sejam guiados apenas pelas quantidades.

Já se sabe que não se trata de nenhum valor, de nenhuma qualidade predicativa, essas representações não se ligam por um sentido de seus significados, pois o inconsciente não conhece a contradição, ou o tempo cronológico, ou a negação. Novamente em Luto e Melancolia existe uma resposta: *se o objeto não tiver para o ego um significado tão grande, reforçado por milhares de laços, sua perda não se prestará a provocar um luto ou uma melancolia.* – p. 81. Em primeiro lugar, fica claro por esse excerto que não é apenas do ego consciente que se trata, pois existe esse reforço de milhares de laços inconscientes relacionados às representações de coisa; caso se tratasse apenas do ego consciente, o processo secundário – predominante na consciência – diz sobre a imobilidade dos investimentos libidinais, pois é da energia ligada e que liga justamente a representação de palavra à representação de coisa, não há esses milhares de laços, não há essas incontáveis impressões que se associam, o que há é a ligação única e unificante de representações para que a (representação de) palavra tenha uma referência fixa à (representação de) coisa – é isso que caracteriza o sistema Pré-consciente/Consciente.

Em segundo lugar, fica claro também que esses laços estão associados a um objeto (ou melhor, uma representação de coisa e de palavra do objeto) porque tem grande significado para o ego, não é um objeto qualquer. Esse significado diz sobre o desejo, esse objeto, ou a representação desse objeto, remete ao objeto de desejo para esse ego, especialmente para sua parte inconsciente, aqui denominada, seguindo Lacan

nesse ponto, de *Je*, pois a *concepção freudiana do desejo refere-se especialmente ao desejo inconsciente, ligado a signos infantis indestrutíveis*. – Laplanche e Pontalis, 2004, p. 114. Tanto as representações inconscientes (de coisa), quanto o desejo (inconsciente, por excelência) tem em seu fundamento os traços mnêmicos e esse caráter originário articulado a um objeto, certo objeto primordial de uma primeira experiência de satisfação que se busca reeditar. Esse objeto, como seu significado ligado ao desejo, está recalcado, continua a pulsar, mas inacessível.

Não por acaso, o desejo aparece muito próximo da teoria dos sonhos, estes como a realização do desejo inconsciente, se apresentando a partir de vestígios diurnos: o desejo inconsciente que se realiza no sonho não são esses vestígios, mas é apenas por esses vestígios que ele pode emergir, não de forma direta e inteira; a realização do desejo via sonho, por outro lado, diz sobre o estatuto da realização do desejo para a psicanálise – será em cada caso uma realização alucinatória, pois que não se dá na realidade concreta. Da mesma forma que não são quaisquer vestígios diurnos que se apresentarão na emergência do desejo inconsciente no sonho, os traços mnêmicos também não se articulam via deslocamento e condensação de qualquer forma, pode-se pensar numa lógica do desejo que só se realiza de forma alucinatória via traços ou vestígios, pois é isso que resta do objeto primordial que remete à primeira situação de satisfação.

Caso é que Freud já escrevera, como citado por Coutinho Jorge, que o sonhador no fundo sabe do que se trata seu sonho, há um eu inconsciente que sabe, apenas não sabe que sabe, por isso há a interpretação. Trata-se desse eu, o *Je*, responsável por um desejo inconsciente que realiza essa, por que não dizê-lo, escolha dos vestígios diurnos que comporão o sonho latente – pela qual se expressará esse mesmo desejo – e dos traços que se articulam a incontáveis impressões e dificultam o trabalho do luto e da

melancolia, já que são esses traços “escolhidos” que remetem ao objeto perdido em ambos os casos (objeto que traz em seus traços algo do objeto primordial para o sujeito, algo do primitivo e infantil). Não é difícil supor que esse eu inconsciente também herda, como herda sua contraparte consciente, porém o estatuto dessa herança terá que ver com esses traços e vestígios, não será uma herança de uma imagem consistente e única (como poderia se supor por parte do ego consciente, que tende a ligar a energia, ligar as representações de forma a dar consistência às mesmas, torná-las suficientes em si mesmas), será uma herança de desejo.

Se se analisa o desejo na escolha da profissão e não apenas os interesses, a consideração pela realidade muda de estatuto; o interesse se relaciona mais com as pulsões de autoconservação (as pulsões do ego propriamente ditas), e assim tendem a ser investido em objetos mais fixos para sua satisfação, de modo análogo às necessidades; por outro lado, os objetos de interesse são eles próprios frutos de identificações, por exemplo, eu me interesso por medicina porque me identifico com um médico, seguindo o pensamento de Bohoslavsky; claro que nesse caso se está falando dos interesses que tem como origem as identificações conscientes ou pré-conscientes (podem ser identificações em estado latente, mas que não fazem parte do sistema Ics - inconsciente) e, em todo caso, as pulsões de autoconservação estão no nível da energia ligada do consciente. É possível pensar, portanto, que interesse e necessidade compartilham essa maior ligação (energia ligada, afinal) com objetos da realidade.

Diferente da necessidade que se satisfaz pela ação específica que fornece o objeto adequado (um objeto da realidade que responde à necessidade como algo sempre fixo), *o desejo está indissoluvelmente ligado a traços mnésicos e encontra sua realização (Erfüllung) na reprodução alucinatória das percepções que se tornaram sinais dessa satisfação* (primeira e perdida). – Laplanche e Pontalis, 2004, p. 114. Por

essa consideração da necessidade à fixidez de sua satisfação (energia ligada) e consideração pela realidade em seu objeto, pode-se aproximá-la do ego consciente. O desejo, por outro lado, tem uma satisfação fora da realidade em si, o objeto que poderia satisfazê-lo só deixou seus traços e sinais de uma percepção de satisfação já passada, por isso mesmo se aproximando do eu inconsciente que opera pelos traços (representações de coisa).

Cabe aqui pensar numa orientação profissional que tomaria como ponto de partida essas duas considerações a partir do desejo inconsciente e de um eu inconsciente responsável por esse desejo. As duas considerações são sobre a herança e sobre a realidade na escolha da profissão. Ambos são de grande relevância, pois tomando o ego consciente como partida, haverá uma tendência a privilegiar as necessidades na escolha da profissão, tal como faz Roe, de forma que a escolha deva ser de um objeto profissional que exista na realidade e que satisfaça o sujeito de acordo com sua história, ou seja, um objeto profissional da realidade que satisfaça esse sujeito com sua história específica de modo específico e, em certa medida, unificante. Com isso, é importante ressaltar como a teoria de Roe é consistente com suas premissas, tomando a necessidade como ponto de partida, não por acaso ela teoriza sobre uma maior exatidão na escolha de um objeto profissional que privilegia a realidade.

Tomando o ego consciente como partida, haverá também a tendência de ter nas imagens, seja nas identificações, seja nas idealizações, as heranças a serem domadas e sintetizadas numa identidade que se volte para a realidade, não para os objetos da fantasia cujo paradigma de satisfação é alucinatório. Para essas duas importantes considerações num atendimento em orientação profissional, a presente dissertação partirá do eu inconsciente, para discutir ao final sobre a escolha da profissão diante dessas considerações.

É preciso que se diga, no entanto, que o *Je* de Lacan não é o eu inconsciente em Freud. Existe, claro, uma herança em Freud para que Lacan possa pensar no *Je* em seu texto sobre o *Estádio do Espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência analítica* (1998a), mas de fato, estabelecer essa articulação entre o eu inconsciente e o *Je* lacaniano é um salto, marcando o ponto em que, nesta dissertação, assumi-se a teoria lacaniana como suporte para o recurso a Freud. Da mesma forma, se para Freud o inconsciente é habitado pelas representações de coisa, em Lacan o inconsciente estruturado como linguagem tem a estrutura do significante: embora haja inegável aproximação de ambos, um não se reduz ao outro. A representação de coisa se aproxima do vivido (em detrimento ao ouvido da representação de palavra) e o significante é o suporte material da palavra: o vivido é o suporte material para a representação, mas se aproxima muito do concreto e Lacan se volta para a materialidade da palavra, sem se aproximar do concreto com o significante, por isso esse suporte de Lacan será especialmente em relação a essa materialidade.

O *Je* funciona como a matriz simbólica para o *moi*. O *Je*, como superfície, reflete as imagens dos outros com quem se identifica, constituindo o *moi*. De tal modo, que atuar sobre o *moi* imaginário seria apenas paliativo, o ato analítico visa o *Je*, matriz simbólica do *moi*. Se esse *Je* é um efeito dos significantes em cadeia, não é por outra via, que não do significante que atuará o analista. Esse suporte de Lacan vem para dar maior coerência à hipótese de uma escolha profissional possível nessa consideração do inconsciente como sistema e agora pode-se falar no sistema de representações de coisa. As identificações e os ideais fixam a libido, é algo econômico, de tal modo que isso impede a emergência do desejo inconsciente, que depende fundamentalmente do deslizamento das representações, esse desejo está nos vestígios, pois não tem consistência própria. Optou-se por tratar o eu inconsciente como um equivalente lógico

do sujeito inconsciente, pois se o inconsciente é freudiano, o sujeito é lacaniano: permanecer numa terminologia freudiana, tendo os conceitos de Lacan com suporte, ajuda a localizar essa dissertação ainda no campo do freudismo. O termo sujeito será colocado aqui mais como sujeito da razão, termo moderno, pois nascido na modernidade, assim como a própria noção de adolescência, por isso o termo sujeito adolescente também será utilizado.

4. Uma questão de método

Colocar o método neste ponto da dissertação possui um propósito: também no método há igualmente maior diálogo com Bohoslavsky e Ragnini, já que ambos trabalham com casos clínicos. Esse também é o método da presente dissertação, o estudo de casos clínicos.

Os casos foram atendidos dentro do SOPIPUSP, Serviço de Orientação Profissional do Instituto de Psicologia da USP, que possui grande tradição no atendimento em orientação profissional, prestando serviço à comunidade desde 1970. Todos os adolescentes e seus respectivos pais consentiram em ter seus dados utilizados para a presente pesquisa, assinando Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da USP. Os nomes que aqui constam estão todos em pseudônimos.

Basicamente, o método aqui será o psicanalítico, o que é dizer muito sem dizer quase nada, já que a própria psicanálise é ela mesma um método de tratamento, de investigação do inconsciente e uma teoria psicológica, algo que Gurfinkel já destacara em sua própria dissertação. Luiz Carlos Nogueira (2004) acrescenta que *esses três aspectos estão sempre juntos, quer dizer, eu não posso pensar em pesquisa psicanalítica a não ser na relação analítica*. – Nogueira, 2004, p. 87. Desse modo, a partir de Nogueira, o pesquisador não se diferencia do clínico e do teórico, na verdade, é apenas na clínica que a pesquisa e a teoria psicanalítica podem acontecer.

Essa foi a grande dificuldade desta dissertação, pois não foi possível separar os casos clínicos das pesquisas sobre o inconsciente na escolha profissional e da escrita teórica, de modo que a teoria no Passo Três será apresentada junto com casos clínicos, conotando o método investigativo do inconsciente e de tratamento ao mesmo tempo. Há aqui uma escolha: a escrita em separado dos casos tratados e da investigação do

inconsciente poderia ser realizada e assim o é por diversos autores; no entanto, escolheu-se esse caminho metodológico que não se separa para destacar algo que está no próprio método psicanalítico, a indissociação entre tratamento, investigação e teoria. Certamente isso dificultará a leitura, mas essa é a aposta de saída e, afinal, em cada escolha uma perda está implicada.

De saída, por isso, esta dissertação se diferencia dos escritos de Bordin, caracterizado por um método experimental, em que quem atende os pacientes não é quem analisa os dados (1973); essa isenção e imparcialidade na análise dos dados existe para garantir um rigor científico do trabalho. Bordin mantém seu método de investigação dentro do campo das ciências experimentais e utiliza a psicanálise como modelo explicativo para entender a escolha profissional no adolescente. Para esta dissertação, por se ater dentro do método psicanalítico e por entender que não é possível pensar na teoria psicanalítica fora desse mesmo método, considera-se que a relação analítica está presente em cada momento, seja do tratamento, seja da escrita, seja da pesquisa e essa relação analítica é, grosso modo, uma relação transferencial, por isso mesmo o pesquisador não pode ser outro que não o clínico.

Nogueira ainda destaca que não existe aplicação da teoria psicanalítica para fora da relação analítica, sob o risco de se praticar psicanálise selvagem. Além disso, é importante notar que *toda a sua teoria* (da psicanálise) *foi obtida através da relação entre falantes e não em uma relação objetiva de investigação*. – p. 87, reforçando a indissociação da teoria, da pesquisa e da clínica. Com isso perde-se qualquer objetividade e precisão descritiva dos fatos. Na verdade, essa foi provavelmente a grande inversão que a psicanálise opera a partir do conceito de inconsciente quanto ao método de investigação científico:

Com efeito, Freud foi o iniciador de uma inversão do olhar médico que consistiu em levar em conta, no discurso da ciência, as teorias elaboradas pelos próprios doentes a respeito de seus sintomas e seu mal-estar. – Roudinesco e Plon, 1998, p. 604.

Ao sair do campo da precisão do olhar e se dirigir para “atrás do paciente”, renunciando a uma observação direta para privilegiar a clínica da escuta, Freud sai do campo da precisão para privilegiar a narratividade dos pacientes, pois aquilo que o paciente fala de seu mal-estar influencia nesse mesmo mal-estar. Eis um dos motivos pelos quais o analista não grava ou faz anotações precisas das falas de seus pacientes, pois não se trata da clínica da precisão, tão pouco trata-se da investigação de fatos descritivos. Nesse ponto é que esta dissertação se distancia do escrito de Gurfinkel, pois não se fará nenhuma gravação das entrevistas, até porque houve atendimento em orientação profissional, não entrevistas.

É preciso que se deixe claro que Bordin e Gurfinkel são coerentes com suas propostas e por isso utilizam-se desses métodos em suas pesquisas. Observa-se apenas que para ser também coerente, a presente pesquisa deve tomar certa distância de ambas e adotar método mais próximo da psicanálise, embora esses dois autores sejam referências para os trabalhos em orientação profissional na articulação com a própria psicanálise.

O método desta dissertação se aproxima da estratégia clínica de Bohoslavsky, tal qual ele coloca em aula ministrada no Instituto de Psicologia da USP (2001):

Saber ver de um modo particular, a partir e através do fenômeno lógico, do que se apresenta diante de nós, para compreender aquele que estruturalmente o determina... esta determinação estrutural na realidade é multi e sobredeterminada. – Bohoslavsky, 1975, p. 30, in LABOR Nº 1, 2001.

Como o próprio autor coloca, diagnóstico é “*ler através*”, ou “*conhecer através*” – p. 34. Bohoslavsky também tem como ponto de partida as descrições daquilo que “se apresenta diante de nós”, porém não se atém aos fenômenos em si mesmos, procurando a lógica subjacente. Esse ponto é uma importante recomendação de Freud

escrita em diversos textos, como na Conferência Introdutória sobre a Angústia, pois diferente de Stanley Hall (professor da Clark University, que o convidou para essa série de conferências) que cataloga e descreve minuciosamente cada uma das fobias, uma diferente da outra por seu objeto de temor, Freud acha as estruturas mínimas que animam cada uma das fobias, não se atendo, como Bohoslavsky diz, àquilo que se apresente diretamente a nós.

Pensando especificamente no objeto aqui tratado – a escolha profissional –, concorda-se com Bohoslavsky, há uma sobredeterminação e multideterminação nas escolhas profissionais cuja delimitação torna-se impossível e isso porque a escolha não é dependente apenas de um ego consciente, se assim o fosse a escolha profissional seria ainda multideterminada, porém a relação de cada uma das determinações seria feita por uma lógica do processo secundário, ou seja, da ligação entre representação de coisa e representação de palavra, o que faria dessas ligações algo qualitativamente determinado.

Há algo de contingente na escolha de uma profissão e ao atender cada um dos adolescentes, assuntos triviais muitas vezes traziam à tona questões cruciais para a escolha. Esse é o fundamento por trás do preceito da associação livre. Como método, a psicanálise precisou lidar com a contingência da associação livre; tal contingência é dependente de uma impossibilidade de se determinar quais são as articulações entre as diversas representações de coisa no inconsciente. Assim, como sua escuta flutuante – outro preceito psicanalítico –, a lógica do método é de achar mais do que procurar.

Voltolini (2008 *in* Kupfer & Lerner) destaca que em seu Seminário XI Lacan cita Picasso quando este fora questionado sobre de onde vem sua inspiração para suas pinturas, onde ele procura sua inspiração. A resposta do artista foi: *eu não procuro, eu acho* – p. 10. A lógica de quem acha é diferente da lógica de quem procura. Na lógica de quem procura *há certa indução, eu acho aquilo que estou procurando* – p.10, ou

seja, o achar já está induzido no procurar, quando eu procuro já sei o quero achar, não há espaço para surpresas. Na lógica de quem acha há certa *abertura para o inédito, pro inesperado, pro inusitado*. – p.10, há abertura do eu para o inesperado de um lapso, por exemplo, ou para a emergência de um sonho: são as emergências das formações do inconsciente. É preciso considerar a lógica do achar, mesmo sem procurar, quando se opera a partir do método psicanalítico e isso não é uma indicação apenas clínica, pois, como mencionado acima, clínica, pesquisa e escrita teórica não se separam, então, também na escrita há essa abertura para o inédito.

Em termos práticos, o método aqui adotado é da narratividade e não da descrição, seguindo a inversão freudiana que vai do olhar médico para a escuta clínica. O método será da narratividade, conforme três condições estabelecidas por Dunker (2008 *in* Kupfer & Lerner) :

1) negatividade: a narratividade se faz em torno de uma falta, portanto, a situação inaugural é uma situação que deve ser entendida em sua negatividade; é, por exemplo, a falta de saber sobre o sofrimento, ou ainda a indecisão frente a escolha profissional – a narrativa, dirigida ao analista, é a narrativa de algo que falta, que não se completa e por não se completar é por isso que (o) eu tem/tenho o que narrativizar, diferente da descrição que se faz sobre um objeto presente, sobre uma presença, não sobre uma falta .

2) tempo: narrativizar é constituir uma gramática temporal, que relação eu (o eu) construo, como eu experimento e narrativizo no tempo. Não é do tempo fixo, cronológico do relógio, por isso, justamente, uma gramática pode ser construída – algo do passado pode repercutir em escolhas que envolvam o futuro, portanto, como eu (o eu, Je) organizo o tempo e me (moi) organizo no tempo – essa significação de como organizo o tempo (e me organizo no tempo) é algo a posteriori em relação à narrativa:

pela narrativa que significa uma organização temporal. Nesse ponto destaca-se a diferença entre narrativa e descrição, pois esta última busca neutralizar o tempo, não tê-lo como variável, já que se busca por conceitos universais (a gravidade, por exemplo, é um conceito que pode ser descrito da mesma forma, não importa se ontem, hoje, ou amanhã).

A narrativização é temporal, minha narrativa depende do tempo, aliás, minha narrativa constrói uma gramática temporal, mas de um tempo que não é cronológico e é apenas por isso que a narrativa constrói um tempo, pois o tempo de uma narrativa não é o tempo já estabelecido do relógio, esse Outro tempo e a forma como eu o experiencio é constituição da narrativa (algo do passado pode tomar um valor atual e determinar minhas escolhas futuras, há uma gramática temporal não fixa, como dito anteriormente).

3) narrador: como me coloco frente a narrativa, quem narra (se sou contador, ou se sou contado) e para quem narra, quem é o narratário. Narratividade no lugar da descrição, porque é preciso dar um passo para além das vivências sensíveis sobre o objeto de estudo. Esse passo pode ser dado pela descrição minuciosa e categórica, mas se a descrição possui um uso referencialista da linguagem, para a psicanálise a linguagem tem uso conotativo, não denotativo apenas, de modo que é por meio da narratividade que conceitos podem ser construídos nesse caso. Ou seja, é preciso dar um passo para fora da experiência intuitiva empírica que é imediata e a aposta aqui é pela narratividade, em seu caráter negativo, e não pela descrição.

São essas as três condições de narratividade que, de modo prático, compõem o método desta dissertação, portanto. Os atendimentos clínicos, bem como o registro aqui realizado destes mesmos atendimentos foram feitos respeitando esses critérios de narratividade para o método. Vale também o comentário de que o método de escolha dos autores dos dois primeiros passos foi eminentemente formal, saindo de qualquer

critério por conteúdo, ou seja, cada autor em cada um dos passos possui uma mesma orientação, um mesmo sentido para suas indagações, seja colocando a escolha como momento privilegiado do trabalho do orientador, seja na eleição de um texto ou conceito freudiano para lidar com a demanda por orientação na clínica. A partir disso é que fica justificada a escolha dos autores trabalhados na dissertação, num contexto onde a forma prevaleceu sobre o conteúdo e as consequências inevitáveis por essa escolha.

Finalmente, é preciso dizer que não se trata de aplicar a psicanálise para o campo da orientação profissional. O que a orientação profissional psicodinâmica (especialmente considerando Bohoslavsky) e a psicanálise têm como ponto de intersecção é que ambos não fazem simples aplicação da teoria numa prática clínica, não se tratam de saberes de aplicação e sim de implicação: *é implicar o doente em sua doença*. – Nogueira, 2004, p. 92. Em ambos os saberes há a implicação do eu em seu mal-estar. Nogueira escreve como o neurótico com frequência justifica sua inatividade através da doença, pela doença o eu pode se desresponsabilizar por seus atos: “se não fosse por minha doença, teria uma vida mais feliz, é por causa dela que sofro”. A inversão da psicanálise é colocar o eu como responsável por sua doença: se há aplicação da psicanálise ela se dá dentro da própria relação analítica, o que circunscreve o campo da implicação, a relação analítica é uma relação de implicação do eu em seu sofrimento.

Da mesma forma, em orientação profissional trata-se de implicar o eu em sua escolha, mesmo que existam muitos empecilhos para que ela ocorra: há a responsabilidade do eu em sua escolha profissional e no limite há a responsabilidade pelos empecilhos que ele mesmo coloca ou deixa colocarem para impedir que ela ocorra: “(eu) escolheria medicina se não fosse tão difícil de passar no vestibular; (eu) queria poder escolher aquilo que gosto, mas meus pais não me deixam”. Esse encontro

feliz que não se dá do eu com sua escolha profissional também é de responsabilidade desse eu, especialmente por idealizar certas escolhas, o eu é responsável por suas idealizações, mesmo quando elas existem para denotar um encontro que não se dá.

De modo que não é possível a aplicação da psicanálise na orientação profissional. O que se pode fazer – e essa é a tentativa nesta dissertação – é trabalhar a partir das intersecções entre esses dois saberes. O inconsciente que opera na escolha profissional circunscreve por excelência essa intersecção, já que trata-se do inconsciente analisado por Freud.

5. Terceiro passo

De fato, esse terceiro passo é um passo posterior, foi um passo possível apenas a partir desse encontro com pacientes que trouxeram formações do inconsciente para os atendimentos. A questão foi não recuar perante as mesmas. Pensa-se nas questões gerais, levantadas a partir dos diversos atendimentos, e pensa-se também numa análise mais vertical de um caso, pois até o momento trouxe-se aqui vinheta clínica: em certa medida, trata-se de uma generalização possível a partir dos diversos encontros com adolescentes em atendimento e do singular de um atendimento, mais para aprofundar o estudo do que para constatar o que é generalizável.

Esse singular de um atendimento, na verdade, é quem comanda esse terceiro passo, pois foi por conta desse caso analisado que cada passagem foi pensada. Trata-se de uma teorização a partir desse caso, pois se houve um caso inicial que obrigasse uma reflexão sobre os atendimentos, houve também um caso final que obrigasse uma teorização sobre a clínica.

Divido o terceiro passo em três passagens a partir de três tempos, três verbos que estão na frase *O que herdaste de teus pais, conquista-o, para que o possuas*: marcados pelos três verbos em três tempos diferentes: herdar, conquistar e possuir.

5.1. Primeira passagem: Herdar

O que foi observado nos atendimentos realizados durante o período desta dissertação e também por diversos dos autores aqui estudados foi a importância dos pais na encruzilhada de escolha, o quão difícil é a separação em relação aos pais e como a escolha da profissão implica essa separação. Por se tratar de uma separação, no entanto, isso não implica o fim da relação com os pais, cabendo a questão do que se acaba nessa separação, bem como o que se inicia.

Nos Romances Familiares, Freud escreve sobre a substituição que os filhos fazem em relação aos pais reais que caem como ideias por outras figuras idealizantes que ficam no lugar dos pais. No fundo, o que faz a criança é criar mais e mais pais para si, cria mais determinações para sua vida: por que não poderia seguir sem um outro que determine sua vida como um ideal? Isso se reflete claramente nas escolhas em duas etapas, tão comuns de se ouvir nos atendimentos: “primeiro farei um curso sério, depois outro que eu goste!”. Essa é uma solução comum e muitos adolescentes colocam “curso sério” como o curso que garanta um futuro, um curso que dê estabilidade financeira, que permita a eles, como filhos, chegar ao mesmo patamar dos pais, inclusive quanto à satisfação no trabalho, pois que muitos desses adolescentes têm a percepção de que os pais não estão satisfeitos com o trabalho e ainda assim, fica patente a necessidade de se estabilizar na vida como os pais. Essa é uma estratégia de escolha de ainda manter os pais ou seus substitutos como uma determinação para as vidas dos filhos adolescentes. Ainda mais comum é a fala dos adolescentes que colocam o limite de suas escolhas na sociedade, “temos de escolher algo sério, a sociedade impõe isso”, a sociedade como a maior das generalizações a ocupar o lugar dos pais.

No fundo, o que os Romances Familiares revelam é a necessidade dos filhos em depender dos pais, ter alguém a quem “colocar a culpa”, como também é dito pelos

adolescentes nas suas escolhas profissionais, colocar a culpa nos pais, nos professores, nos psicólogos, enfim, nas figuras que ocupam esse lugar de determinação da escolha, no sentido de que limita essa escolha, faz com que seja a escolha algo que tem de ser “sério” em primeiro lugar. No limite, a determinação da escolha é da sociedade, é ela quem faz com que a escolha seja algo “sério”, que não se possa escolher o que se quer: sociedade, portanto, entra na série de pais substitutos para o adolescente, alguém que determine/delimita a escolha, alguém a quem colocar a culpa. Essa sociedade obviamente existe e possui suas demandas, assim como existem as expectativas dos pais sobre os filhos; a questão é que não se pode, numa perspectiva clínica, tomar o social como algo em si mesmo, não existe uma sociedade (com suas demandas) fora da interpretação que o próprio eu faz dela na orientação profissional.

É interessante o que eles pensam ser a estabilidade na vida, pois não se trata de outra coisa se não a referência que eles mesmos já possuem a partir dos pais: muitos deles querem chegar ao mesmo patamar dos pais quanto aos ganhos financeiros e estilo de vida, inclusive. Mesmo para aqueles que não querem atingir o patamar dos pais, que dizem querer ser diferentes dos pais, mas não sabem como é essa diferença, apenas sabem que não querem o que os pais têm, ainda assim os pais são a referência de partida, de um modo negativo, o que não muda o valor de ponto de partida: o que será que a partida parte? A parte é parte de quê?

Mais interessante ainda é que a primeira das opções seja pelo “curso sério” e apenas depois o “curso legal”, o curso de que gostam e que querem realmente fazer. Em primeiro lugar estão os pais (ou aquilo que eles imaginam ser a escolha dos pais, o que os pais querem deles, ou ainda, a escolha que toma como ponto de partida os pais ou seus substitutos, em especial a dita “sociedade”), primeiro está a questão de chegar até onde os pais chegaram, depois vem aquilo que eles querem, chegar onde eles querem.

Ao longo das sessões percebeu-se que um passo posterior é tentar conciliar essas duas dimensões, o que reforça como é difícil sair da referência parental, por isso busca-se uma solução intermediária, um “caminho do meio”, por assim dizer, algo que faça o filho adolescente feliz e a família também feliz, numa justa medida. Percebe-se que assim aquilo que está em jogo é a lei do bem-estar: o que se herda dos pais é algo da ordem da lei do bem-estar.

Julien (2004), num trabalho histórico e antropológico, escreve que a partir da modernidade, no cuidado dos pais com os filhos, duas leis emergem: do bem-estar e do dever, duas leis que se transmitem para os filhos desde a modernidade. A lei do bem-estar é uma lei moderna que visa, antes de tudo, o bem dos filhos, *os direitos do filho nascem com o dever dos pais* – Julien, 2004, p. 23. Como escrito, a lei do bem-estar busca a justa medida que proporcionaria a “maior felicidade”, pois a desmedida leva à violência do desprazer, portanto, tem-se a medida que não seja nem de mais, nem de menos, que não seja falta, tão pouco abuso: busca-se a justa medida que possa suprir carências alimentares, evitando o abuso de álcool, de tabaco e assim atingir a plena felicidade. Essa é uma lei que trata de evitar as desmedidas (de falta e de excesso) e seus perigos, uma lei que vem para dizer de forma positiva o que é e qual é a medida certa (ou seja, para além de dizer o que evitar e o que não fazer, diz também o que deve fazer, é positiva porque diz positivamente o que deve ser feito para se atingir a medida certa, não se contenta em dizer o que se deve evitar – contradição: isso dito dentro de uma sociedade cada vez mais incerta).

Trata-se aqui da operação do princípio do prazer em Freud: prazer de mais, ou prazer de menos levam ao desprazer, o aparelho psíquico busca a justa medida para operar, em termos pulsionais: existe um limite superior e outro inferior que determina, é uma questão de saber e poder, pois é preciso que se saiba quais são esses limites, os pais

devem **saber** o que está faltando ou sobrando para **poder** a isso responder imediatamente. Felicidade aqui se iguala à justa medida do princípio do prazer e o exemplo transmitido pelos pais é o exemplo do próprio estilo de vida que levam, patamar que os filhos esperam alcançar (a medida que devem atingir) para depois correrem atrás daquilo que gostam e desejam. *Primum vivere*, primeiro viver, primeiro garantir o bem-estar, para depois encontrar aquilo que gostam. Pode se dizer que primeiro está a felicidade, depois o desejo.

Remete-se aqui diretamente a outra característica muito comum na escolha profissional adolescente. Frente aos pais, o filho coloca a escolha como retribuição: o adolescente busca na escolha uma forma de retribuição e até restituição por tudo o que os pais fizeram por ele, anunciando que tudo o que tem hoje é **devido** aos pais. A palavra devido remete a uma reciprocidade em jogo: pago o que devo, devolvo o que me foi dado. Aqui não se trata de chegar ao mesmo patamar dos pais para se servir do bem-estar a eles proporcionado (pelos pais, num primeiro momento), trata-se mais de onde eles partem, do que de onde querem chegar. O que está em jogo aqui é a lei do dever, a retribuição que os filhos buscam dar aos pais é no nível do dever. Na verdade, é algo que se mistura, a lei do bem-estar (justa medida) se confunde com essa lei do dever (retribuição), pois que é comum ouvir do adolescente o dever para com os pais: “tudo o que tenho, eu devo aos meus pais e quero retribuir por tudo o que me deram”; aqui se destaca o caráter da dívida a se saldar.

A lei do dever vem para que o filho não fique apenas sob a régua de uma finalidade utilitaristas, que é a lei do bem-estar, pois esta é teleológica, pensando sempre num fim último de felicidade/prazer; essa justa medida é um meio útil para um fim também útil que é do bem-estar/prazer. Ou seja, no fundo da lei do bem-estar existe um viés teleológico, “eu faço algo de acordo com essa lei, busco a justa medida porque

isso é útil na busca por um fim de bem-estar/prazer”. A lei do dever é uma lei moral, ela é *incondicional* e *categórica* – Julien, 2004, p. 26, de uma deontologia que não busca um fim fora de si mesma, *a lei moral se impõe por si mesma – e não em razão de quem a anuncia* – Julien, 2004, p. 27.

Por impessoal que seja, a lei do dever ainda é transmitida de forma pessoal, pelos pais, especialmente o pai, pensando no Complexo de Édipo: entretanto, é nisso que o imperativo categórico de Kant (base para a lei do dever) é herdeira do Complexo de Édipo – nesse passo que vai de algo pessoal para impessoal a lei do dever deixa de ser do pai e passa a ser da voz do supereu, uma lei que não tem representante fixo e pessoal externo (há a interiorização da lei) que diga o que deve ou não ser feito, é a lei do dever e ponto, não é a lei do pai, é puro dever e por isso é cruel, insaciável (ponto em que o supereu se mostra herdeiro não apenas o complexo de Édipo, como do próprio isso ou id), “deves” em si mesma, não tem finalidade última, é puro dever insaciável e impessoal.

Num nível, a reciprocidade se mantém, ainda é uma relação de algo que foi dado e algo que deve ser pago; o que se paga é que sai da medida, não basta pagar o que foi dado, vai-se além nessa interiorização da dívida (do que se deve ao dever: da dívida ao dever nessa interiorização). Há uma lei da medida e uma lei que sai da medida, o que pode colocar o eu que as herda numa confusão, mas a lógica de reciprocidade contempla a medida e a desmedida, pois a medida que se busca é da completude entre as partes (as partes fazem um todo completo), o que nunca se dá: a estrutura nunca se completa, porque o que foi dado pelos pais já foi dado, os filhos não podem dar o mesmo, ainda que saibam do que se trate.

Esse caráter impessoal e insaciável também se herda. Quando se pergunta para os adolescentes se essa é uma cobrança dos pais, se são os pais que pedem aos filhos

que eles restituam tudo aquilo que foi dado a eles, esses adolescentes, em sua maioria⁴, respondem que essa é uma cobrança deles, não dos pais, que parte deles quer retribuir tudo o que os pais lhe fizeram: é um dever de restituição impessoal, não vinda dos pais, embora não deixe de ser uma herança que advenha destes: na interiorização dessa lei, o caráter pessoal se perde. Esse é um ponto de partida comum, esse dever de uma dívida que eles assumem, mesmo que não venha enunciada diretamente pelos pais; nisso difere do bem-estar que serve de ponto de chegada, algo que os adolescentes atendidos ouviram de forma mais direta dos pais em chavões: “não me importo com o que você escolher, o importante é ser feliz” – como dito, a felicidade é a teleologia da lei do bem-estar/prazer. Há um ponto de partida definido (dever/dívida) e um ponto de chegada (o patamar de felicidade/prazer), cabe ao adolescente escolher o meio (a profissão) que garanta o encontro da partida e da chegada, fechando bem o circuito.

A lógica é, em ambos os casos, de reciprocidade, buscando, em certa medida, a completude na qual o que se deve é igual ao que se paga, o que se perde é igual ao que se ganha. Essa promessa de um encontro feliz infantil se quebra na adolescência, é uma quebra que gera uma queda de um ideal de reciprocidade: a quebra da promessa infantil (promessa fálica) implica num dever que perde a medida a partir de uma dívida que já não pode ser simplesmente paga, como se acreditava na infância. Pelo que se escutou nos atendimentos, isso, no entanto, não impede que os próprios adolescentes busquem restituir essa reciprocidade, seguindo as leis do bem-estar e do dever. Na verdade, esse ponto é de grande conflito para os filhos adolescentes que percebem na escolha profissional o peso da herança dessas duas leis, é o conflito pela quebra da promessa infantil.

Essa promessa infantil tem que ver com uma relação de saber e poder dos pais: nota-se que em diversos casos existe um conflito muito grande no adolescente frente à

escolha entre querer a influência dos pais, ou não. Querem a opinião dos pais na escolha, pois são os pais que os conhecem muito bem, conhecem mais do que eles mesmos se conhecem, ao mesmo tempo, querem tomar distância deles, tomar distância da demanda paterna frente ao futuro. Trata-se de uma relação de amor que vacila: no amor, o outro quer meu bem, sabe do meu e pode meu bem, então, não chega a ser surpresa que o adolescente diga que são seus pais, mais do que eles próprios, que os conhecem e que podem dar as melhores opiniões sobre o futuro.

Assim é que, numa inversão especular, os filhos também sabem qual é sua dívida com os pais, de que maneira essa escolha profissional pode saldar essa dívida, num dever que se impõe de maneira impessoal; não é que saibam como a escolha profissional pode saldar essa dívida e levá-los a um patamar de bem-estar futuro que espelha o presente, e sim que **sabem** que essa escolha **pode** saldar essa dívida de partida e leva-los a esse patamar de bem-estar, resta saber como: novamente, tem-se aqui uma relação de saber e poder que caracteriza a relação amorosa e que de forma especular o filho tem a chance de se colocar na posição ativa, agora é ele quem sabe e pode dar o bem que falta a seus pais (e falta porque os pais deram para ele, criando a dívida e o dever de paga-la). Surge a questão: será que meus pais sabem qual é meu bem? Será que eu sei qual é o bem dos meus pais? Eis o ponto, é preciso ir da dívida para a dúvida, pois a certeza é mais angustiante do que a dúvida.

Para os filhos, existe a parentalidade antes da conjugalidade. Significa dizer que para os filhos, os pais são pais antes de serem um casal formado por uma mulher e um homem. Para o próprio casal, no entanto, a conjugalidade continua presente e algo desse nível também se transmite, há uma terceira lei em jogo, a lei do desejo. Se no limite do amor existe uma diferença, uma dúvida surge sobre o saber e o poder do outro em relação a meu bem, da mesma forma que eu também talvez não saiba e não possa dar o

bem do outro (o bem que falta ao outro), o que pode sustentar a relação é o desejo, uma aposta na diferença, nisso que mancha a relação especular de intercambialidade entre passividade e atividade do eu. Se o limite do amor é a dúvida nascida na diferença entre eu-outro (quanto ao bem em comum), o desejo parte dessa diferença, desse tropeço na relação recíproca. É porque há uma mulher para além da mãe e um homem para além do pai que o desejo pode operar, e para o filho há essa estranheza no encontro do casal para além dos pais, algo de desconhecido emerge a partir do conhecido, de repente o mais familiar emerge como o mais estranho: aí está a ideia de estranho, de *unheimlich*, para Freud.

O Romance Familiar criado pelo filho é uma tentativa de restituição dos pais lá onde aparece o casal formado por uma mulher e um homem. É nesse nível que está a escolha possível do filho: criar mais e mais pais para permanecer no conhecido, na relação recíproca, ou se arriscar na estranheza, no desconhecido de uma ausência de saber/poder e assim também estabelecer uma relação desejante. No fundo é uma escolha entre permanecer na ignorância do desconhecido, ou fazer algo a partir do desconhecido. Corrige-se: não se trata de uma escolha entre o conhecido e o desconhecido apenas, na verdade é uma escolha entre o familiar e o estranho nesse familiar, pois esse desconhecido que se apresenta é um desconhecido de estranheza familiar, não é algo para além dos pais, é algo para aquém dos pais, que faz parte deles e quebra a relação dual que se pretendia ter. Essa estranheza, no fundo, é algo que também o filho herda, essa estranheza de encontrar um desejo que difere do amor parental, um desejo conjugal que não aponta para o filho e sim para o casal, abrindo para a lei social (do desejo⁵). Ou seja, não se trata de uma escolha entre o interno familiar, ou o externo social e sim que a própria “externalidade” se apresenta pelo familiar e o antecede, já está lá como herança, cabe ao eu ousar se aproximar *disso*.

O fundamento da lei do desejo é uma proibição dupla desde Freud: a proibição do incesto e do parricídio, por isso a lei do desejo, diferentemente da lei do bem-estar e da lei do dever, é uma lei negativa, fundada a partir do negativo de uma proibição dupla. *Os pais que, graças à conjugalidade, permanecem em sua própria geração não fazem recair sobre os filhos tornados adultos o peso de uma dívida de reciprocidade* – Julien, 2004, p. 46. O destino dos pais é serem abandonados pelos filhos, os pais permanecem numa geração anterior, por isso a dívida de reciprocidade cai (inverte-se a lógica: não é que a dívida de reciprocidade cai sobre os filhos, é a dívida de reciprocidade que cai, verbo intransitivo), os filhos estão em outra geração, não tem que ver com uma geração anterior, devem, sim, fundar uma nova geração, a sua própria, a partir daquilo que herdaram: para criar sua própria geração, é preciso saber herdar algo que é de uma ausência de saber, um desejo que não responde e não se completa no parental, que aponta para um alguém – se não fosse assim existiria apenas repetição de uma mesma geração incessantemente e aí sim a ideia de dívida a ser paga teria um sentido, é preciso pagar essa dívida para se chegar sempre no mesmo lugar, partindo sempre do mesmo lugar. A partir da modernidade há um vazio de lugar, certo abandono da geração anterior, por isso muitos filhos preferem manter-se na dívida com os pais a ter de lidar com esse vazio que se instaura com a quebra geracional. O desejo é criador, em primeiro lugar, de uma nova família, trata-se de sair literalmente do familiar, da família de origem, para fundar uma nova família a partir de uma parceira ou de um parceiro desconhecida que não vem, literalmente, de um lugar familiar.

Na escolha profissional, trata-se também de abandonar os pais, sair da lei parental e se dirigir à lei social do desejo⁵. Ponto de concordância com Paim (2007), a profissão é uma filiação, e tratar a escolha profissional como um meio (já que o começo e o fim estão demarcados de saída, segundo as duas leis anteriores) de conciliação

recíproca de uma dívida amorosa com os pais é ainda manter uma relação com o conhecido, sem se arriscar no não-familiar, sem se dirigir ao social com sua lei do desejo, ainda é, por isso, fazer da escolha algo heterônomo em relação aos pais, se prender à geração dos pais e não fundar uma geração própria. Esse é o ponto no qual bem-estar e dever convergem, pois que buscar atender aos pais com essa escolha é algo que não terá fim, é algo insaciável (paradoxalmente, buscar a justa medida é desmedido se essa justa medida nunca pode ser atendida: ela é inatingível, pois é uma medida que pertence a outra geração, anterior), como é o puro dever, isso vira uma necessidade, a necessidade de sem fim buscar restituir novamente o bem que falta aos pais.

O que pode sustentar essa quebra de promessa infantil é algo da herança que se recebe dos pais que está para além das leis do bem-estar e do dever: é a lei do desejo. A lei do desejo é a terceira lei que nasce com a modernidade, segundo escreve Julien (2004), lei que não é enunciada diretamente como as outras duas. No limite do bem-estar e do dever está o desejo, pois a reciprocidade não é capaz de se sustentar, é uma falsa promessa. No fundo, é uma questão de se pensar em como suportar essa promessa de reciprocidade que não se cumpre e não se cumpre porque as leis do bem-estar e do dever não bastam. Existe, sem dúvida, a demanda dos adolescentes em não quererem ir contra a expectativa dos pais⁶, porém com isso o eu trai seu próprio desejo. Essas são as três leis herdadas pelos filhos em relação aos pais: bem-estar, dever e desejo. É na adolescência que essa terceira lei advém com mais força, já que, justamente, o dever e a dívida de amor se fazem mais presentes: o adolescente é tentado a trair seu desejo para atender a um bem maior, e um bem maior porque atende a mais pessoas, visa o bem não apenas deles, mas de suas famílias e até da sociedade inteira. Para sair dessa lógica do bem maior, que é uma lógica do princípio do prazer, é preciso a lei do desejo como

herança, pois, como escrito, é uma lei que parte do ponto limite da reciprocidade do bem-estar, do dever e do amor, parte da diferença que separa eu do outro.

A lei do bem-estar e a lei do dever são heranças positivas, no sentido de que dizem o que deve ser feito/seguido, diferente da lei do desejo que é de caráter negativo, entendendo como aquilo que não diz o que deve ser feito e sim o que não pode ser feito; deixa aberto espaço para a dúvida, pois é uma lei que marca uma proibição (do incesto e do parricídio, ou seja, uma lei que marca os pais com a proibição, é preciso abandoná-los), algo que se perde, deixando aberto o que é permitido⁷. A escolha profissional condensa esse momento de retribuição, por isso é preciso fazer apelo à lei negativa do desejo para fazer barra a essa vontade de ser aquele que garante o bem (e o amor) aos pais e dos pais: é preciso herdar mais do que o dever e a dívida de amor, é preciso herdar a lei do desejo, uma ausência que possibilita uma labilidade para o eu, que sua herança não seja apenas algo que ele **deve pagar e alcançar** (conjugando dever e bem-estar). Como dito antes, é preciso ir da dívida para a dúvida, apostar na dúvida, o que significa se reapropriar da herança parental, com seu elemento conjugal, pois é o desejo conjugal dos pais que os fez abandonar a família de origem para fundar uma nova, criar uma nova geração: o germe para a destruição da família de origem já está nela mesma, é preciso que os filhos herdem e a dúvida de como herdar faz parte da própria herança, pois não há uma fórmula, a lei do desejo é negativa, afinal.

O momento de escolha profissional condensa as três leis, faz a dúvida redobrar e assim recair sobre a dívida – diante da dúvida redobrada, a dívida; é preciso voltar à dúvida, o que implica em reapropriação de sua história e de suas heranças. Qual a dúvida em questão? Por mais que haja a demanda de querer saber e poder o bem dos pais, por mais que haja um dever de restituição dos pais por tudo o que fizeram, ainda assim é o adolescente quem assume o dever e a dívida – há um momento em que, para

além da colocação da dívida pelos pais, é o filho quem a assume, essa dívida que se assume é dos filhos, não é dos pais: é a dívida quanto ao bem que falta aos pais (quero **saber** o que falta e quero **poder** restituir) e a dívida é também quanto ao bem que falta aos pais, pois eu não sei qual é esse bem que falta aos pais.

Então, dívida e dúvida recaem sobre o mesmo objeto e de forma metonímica podem ser deslocadas para os substitutos dos pais (quero atender às demandas da sociedade, garantir que eu saiba qual é o bem da sociedade para poder dá-lo, saldar minha dívida com a sociedade para poder, enfim, buscar saber de meu próprio bem). É preciso, portanto, reapropriar-se da própria história nesse momento em que a dívida recai sobre a dúvida para que se ressignifique a dívida e a forma como o eu se responsabiliza por ela: responsabilizar-se por essa dívida (parar de colocar na conta dos pais, da sociedade) é poder abrir para a dúvida.

5.1.1 Retomada da introdução

Hora de responder à questão deixada na introdução sobre o caso inicial: em primeiro lugar foi preciso que a adolescente significasse a relação com a mãe como uma dívida, para depois tornar-se uma dúvida. A escolha dessa adolescente era fortemente pautada por esse ideal Edípico, com a mãe ocupando lugar central, mãe doente – tocada pela doença –, uma mãe que se mostrava em sua face não idealizada, ou seja, castrada e que a adolescente pretendia instaurá-la novamente nessa posição de ideal, preenchendo-a e escolhendo uma profissão que tornaria essa mãe plena e fazendo a escolha para completar essa mãe: seria ela, a adolescente, o objeto externo que completaria a mãe, apresentada desde a queda pela doença como alguém com o objeto interno danificado, em outras palavras, apresentada como castrada – se a operação da adolescente

funcionasse, não teria de lidar mais com a castração da mãe, ainda seria pelas balizas do Édipo que lidaria com o desamparo fundamental – o desamparo de ficar sem pais.

Freud, em seu texto sobre a escolha da neurose (*A predisposição à neurose obsessiva* (2010c)), coloca de forma bastante surpreendente que o eu neurótico escolhe adoecer a ter de encarar a falta no Outro, escolhe sofrer a ter de fazer o Outro sofrer, o que significa ter de ver o Outro em sua face não ideal, tirar esse Outro desse lugar idealizado e encará-lo em sua castração; ponto interessante, pois nesse caso, a adolescente escolhia adoecer para que sua mãe não mais adoecesse, porém, esse adoecer com a escolha por enfermagem é uma significação de sua escolha que só veio depois; a herança que essa adolescente recebia também era a doença de sua mãe, ou ainda, sua herança era a mãe doente, herança essa que ela rechaçava e sua escolha era justamente de negar tal herança. Propõe-se que sua herança era a mãe doente, pois que a mãe surgiu para essa adolescente em sua face caída, literalmente, pois ficava acamada, tendo de ser cuidada constantemente, quando antes era ela, a mãe, quem cuidava da casa, inclusive da adolescente, então uma criança de 5-6 anos de idade.

A mãe se mostrou em sua fraqueza, em sua doença e era **isso** (remetendo ao Id) de que fugia a adolescente com sua escolha, dessa falha da mãe, dessa fraqueza da mãe – diante dessa herança, o que fazia a adolescente era continuar se balizando pelos ideais edípicos, continuava buscando nessas balizas o suporte para suportar sua escolha, não conseguia assumir sua escolha sozinha, ainda tinha de manter sua mãe nesse lugar (manter, ou melhor, recolocar) ideal para que assim pudesse escolher e escolhia de modo a recolocar sua mãe aí. A dúvida foi: por que ainda tentar colocar essa mãe no lugar de ideal, se ela já havia caído há tanto tempo? Aí também residia a dívida da adolescente, numa inversão: a mãe lhe devia ideal, já que caída pela doença e cabia à adolescente como filha restituir esse ideal para que a mãe pudesse transmitir uma

herança que fosse mais do que a doença, ou seja, queria colocar a mãe de volta no lugar de mãe ideal para que ela voltasse a cuidar da adolescente como filha; quem cuidava da mãe, no entanto, não era ela, não era a adolescente que cuidava da mãe para que ela voltasse à posição inicial, eram os enfermeiros, redobrando a dívida.

Nem mesmo a dívida era significada como tal na relação com a mãe e a carreira de enfermagem, foi preciso que essa rememoração voltasse para essa significação emergisse e com isso pudesse deslizar para a dúvida. A partir daí, surge a dúvida e foi essa dúvida que a própria adolescente se colocou. Essa escolha por enfermagem era bem ajustada, no entanto, ter de entrar em contato com o sofrimento do outro novamente era algo que ela não levava em conta até então, ou ainda, não relacionava ter de encarar o sofrimento de outros com ter de encarar o sofrimento do Outro (a distinção entre outro e Outro fica aqui mais evidente por esse primeiro caso de partida: a adolescente queria cuidar do sofrimento dos outros, porém relevava a articulação disso com ter de encarar o sofrimento do Outro, sua mãe, e a partir dessa articulação, ter de cuidar do sofrimento de outros passou a ser questionável para ela: de quem, afinal, ela queria cuidar? Será que conseguiria suportar o sofrimento de outros agora?).

A mãe não lhe disse que queria que a filha fizesse enfermagem, essa não era uma escolha de ninguém de sua família, porém isso se tornou uma determinação, palavra interessante que pode indicar tanto limite, quanto virtude (Dunker, 2010) – a adolescente estava determinada a seguir com enfermagem nos dois sentidos da palavra: estava firme nessa escolha e essa escolha era um limite, uma determinação que ela criou para não ter de encarar o sofrimento da mãe, fazendo dela, a adolescente, a sofredora, quem se dedicaria determinadamente (nos dois sentidos da palavra) a satisfazer a mãe, criou, portanto, seu romance familiar, a relação mãe-filha, cuidadora-cuidada, mestre-escravo no centro do romance, romance que vem para não ter de lidar com a queda real

do ideal parental; ela se colocava como escrava para que a mãe pudesse ser mestre e, como escrava, estava determinada a restituir a mãe como mestre – não há escravo sem mestre.

Essa é uma estratégia de escolha não tão incomum, cito aqui um segundo atendimento em grupo em que todos os integrantes diziam de uma pressa em escolher e de uma escolha que tinha de ser a certa (já tinham planejada a “escolha onde tudo dá errado”: alguns seriam mendigos, venderiam água de coco na praia, seriam garis ou cobradores de ônibus – “se tudo der errado eu venderei coco na praia”); essa escolha certa era determinada pelos pais, depois os pais sofreram deslocamento e logo eram os professores que diziam que estavam desperdiçando o tempo pensando em escolhas que não tinham o “perfil” e, por fim, era a sociedade quem pressionava a todos eles para fazer uma escolha acertada, pressão apressada na figura dos vestibulares de final de ano e seus cursos concorridos, especialmente nas universidades públicas, objetivo de todos: a cada momento mais pais pressionando, a cada momento mais uma nova/velha determinação que limitava essa escolha.

A adolescência, entretanto, é o tempo em que o eu, ante a queda dos ideais parentais, não deve tentar colocar novos ideais, deve, ao contrário, saber fazer com isso que cai e também com o que sobra, grande herança recebida que deve ser conquistada e possuída; a escolha pelo futuro é a escolha do lugar de uma queda, é se reapropriar da história de forma a interiorizá-la para prescindir dela, sem fugir. Poder saber lidar com essa herança de modo a não se paralisar na dependência e, mais ainda, na heteronomia de um Outro pleno, de um Outro ideal porque não castrado, é questão de poder lidar com essa herança que advém na adolescência que é da lei do desejo, portanto, esse encontro com a castração do Outro que não é apenas pai e mãe, é homem e mulher, com seus desejos que apontam para além da família.

O desamparo é algo que se transmite e a rememoração dessa adolescente, longe de preencher essa ausência, deixou ainda mais dúvidas, porém foi um momento em que ela ousou (não sozinha, sustentada por outros que estavam lá dentro do grupo) se aproximar dessa verdade traumática e, longe de uma reconciliação harmoniosa com essa verdade (pelo ego autônomo), o que houve foi a emergência de mais dúvidas – essa parte de sua história que ela herdava sem conquistar e possuir, depois de rememorada e reapropriada não tornou sua história mais completa e sem furos, ao contrário, deixou ainda mais furos, uma dúvida sobre se era mesmo enfermagem sua escolha, portanto, não é que ela se reapropriou dessa lembrança para fechar uma ausência de significação quanto a sua escolha (poder entender melhor os motivos que a levaram à enfermagem, os por quês e para quês da escolha), e sim que houve uma reapropriação de sua história para que ela se posicionasse frente a essa escolha de outra forma, forma esta que não era de menos dúvidas, era, ao contrário, de mais dúvidas.

Percebe-se rapidamente que essa adolescente, num primeiro momento realizava aquilo que Bohoslavsky chama de “escolha ajustada”, pois há boa congruência entre interesses e aptidões (ela de fato se interessava por ajudar as pessoas, gostava do contato mais próximo com pessoas e pesquisou sobre a área de enfermagem, verificando que possuía aptidões necessárias para o curso e para a profissão – algo que ela mesma destacava é que não tem qualquer problema em tratar de sangue, o que enojava outros participantes do grupo), porém faltava um sentido para a escolha, uma razão para essa escolha, o que ocorreu apenas num tempo segundo, quando da atividade descrita anteriormente e emergia a conscientização do objeto interno que pedia reparação, daí um sentido para escolha surgir, um “por que” e “para que” da escolha terem naquele momento se esclarecido para a adolescente, que escandia da “escolha ajustada” para a “escolha madura”, caracterizada por uma reparação autêntica (integração dos aspectos

bons e maus do mesmo objeto, e elaboração da culpa) do objeto interno danificado pelo ego invocado.

Até aqui uma análise pautada pelas balizas da estratégia clínica dariam conta desse acontecimento, no entanto, o que chamou a atenção foi menos o conteúdo do que a forma como isso se deu: esse conteúdo novo, ou seja, essa lembrança nova-velha que dizia de sua escolha veio para romper essa escolha, não para integrá-la, da mesma forma que a emergência desta rememoração por trás da *lembrança encobridora* (a lembrança dos momentos em que ela, a adolescente, teve a atenção de enfermeiros, os momentos em que ela recebeu esse cuidado, nenhum por motivos graves, como ela mesma descrevia) rompeu com toda uma sucessão diacrônica “tranquila” da sessão em grupo – a forma como esse conteúdo emergiu foi de rompimento.

Essa lembrança encoberta descoberta trouxe uma questão para a adolescente: “será que é enfermagem que eu quero? Ou será que é de minha mãe que quero cuidar?”, questão que colocou em jogo suas próprias atuações em família, já que se identificava com este lugar de cuidadora da casa; questão importante, ela passou a pensar se queria ser enfermeira para cuidar da mãe (que já não estava enferma e não necessitava de tantos cuidados, por isso não era da mãe presente que queria cuidar, mas da mãe do passado, mãe que no passado poderia ser pensada como objeto interno danificado), pois se assumisse essa escolha profissional seria, justamente, para cuidar de várias pessoas que não a mãe. Essa rememoração foi um “escolho” para a escolha, um obstáculo que serviu de ruptura não apenas para a escolha da adolescente, como para o andamento do grupo, todo o grupo tropeçou e cada um repensou suas próprias escolhas (à sua maneira). O inconsciente emerge **nisso** (id), nesse tropeço, naquilo que faz barra à sucessão tranquila do consciente.

5.1.2 Uma análise vertical: primeira passagem

Em suplemento, para que haja um caso analisado de modo vertical, cito o caso de Bella em seu começo de atendimento para ilustrar essa primeira passagem: aluna do terceiro ano do ensino médio, inicialmente está em dúvida entre cursos da área de biológicas e cursos da área de exatas. Para além de seus interesses, Bella tem duas escolhas já feitas: fazer uma universidade e numa outra cidade, que não São Paulo. Trazida pela mãe, esta pensa que a filha busca uma faculdade em outra cidade para se distanciar da família; importante ressaltar que a mãe se preocupa mais com a escolha do que a filha, sendo clara: quer o melhor para a filha, por isso se preocupa. Não por acaso, num primeiro momento Bella diz que o mais importante é achar um curso que possa deixar os pais felizes. Seu pai prefere que Bella faça o mesmo curso que a irmã, curso da área de exatas. O pai, diga-se, separado da mãe há dois anos.

Bella espera duas coisas iniciais: escolher um curso que deixe seus pais felizes e que passe já no próximo ano numa faculdade pública (o que também deixaria seus pais felizes). Por que essas duas expectativas? Possui duas primas e uma irmã, todas mais velhas e todas passaram de forma direta em faculdades públicas (direta do ensino médio). Eis que Bella recorda-se de um episódio quando contava uma idade que não se lembra, recordando-se apenas que era muito pequena (posteriormente, pensa que contava pouco menos que cinco anos de idade): sua irmã e as duas primas construíram uma barraca na sala da casa da avó de Bella, e não deixaram que esta entrasse na barraca; o que Bella faz é apelar para a mãe, para que esta intervenha e permita a entrada de Bella; ela se dá conta de que apela para mãe quando tem algum problema, ou está com medo de algo, é à mãe que corre, recorre e socorre (só-corre).

Será que ainda precisa fazer isso? Primeira dúvida. Logo pensa que ninguém pode ser excluída, não pode haver alguém que fique de fora (da barraca), por isso quer

passar de forma direta numa faculdade pública. Porém, se ela pensa em atender apenas o desejo dos pais em relação ao curso, não seria ela quem ficaria excluída nisso? Surge a segunda dúvida. A partir disso Bella traz uma questão: qual é o curso do meio? Ou seja, qual é o curso que está no meio, que pode satisfazer os pais e ela ao mesmo tempo. Desenha o diagrama de Venn e coloca a escolha na intersecção entre os campos “família” e “eu”.

5.2.Segunda passagem: Conquistar

Bella passa a demandar uma resposta única: “eu sei que tem um curso que seja do meio e que deixe todo mundo feliz”. Resta saber onde está esse curso. Se assim é, bastavam as informações sobre os cursos e as profissões, a orientação restante, a partir do ponto em que a adolescente teve a rememoração, seria informativa e, no entanto, não foi esse o caso.

Saber conquistar a herança da lei do desejo implica em herdar a dúvida, não para respondê-la e antes para mantê-la. Isso implica em ousar se aproximar de uma ausência no saber, não é possível responder a todas as questões, entre as quais esta: qual a profissão que deixaria a todos felizes? Não existe mágica aqui, por isso não existe essa profissão única e unificante que deixaria a todos felizes (todos são muitos, afinal). Diante da dúvida, não se trata de respondê-la, tão pouco ignorá-la, trata-se de sustentá-la. Isso, é claro, não se trata de qualquer dúvida, e sim da dúvida do desejo, ou melhor, da dúvida que toca o desejo. O que Bella pretendia até aqui com essa escolha profissional era buscar a profissão ou o curso que respondesse de forma definitiva o desejo do Outro parental (dos pais feitos Outro).

5.2.1 O trabalho da escolha

*Eu quero um copo que transborde de amor
Embora não seja suficiente para preencher meu coração
Eu quero um barril cheio de amor
Embora eu saiba que não é suficiente para preencher meu coração
Eu quero um rio cheio de amor
Mas então eu sei que os buracos ainda permanecerão
Eu preciso de um oceano cheio de amor
Embora eu saiba que os buracos ainda permanecerão*

(Akira Yamaoka, *I want Love*, em tradução livre)

Esse é um ponto que foi explorado na parte anterior da dissertação, por isso será trazido o caso de Bella para ilustrar como se dá a aproximação disso que insiste em não fazer Um, que persiste como dúvida aberta sobre a verdade inconsciente do eu. Buscar uma profissão ou um curso que seja único na vida é algo comumente ouvido, quase que um passo necessário para a escolha de um curso ou profissão. Os adolescentes (e porque não, os adultos?) buscam um curso que seja para o resto da vida, o único curso/profissão que eles seguirão enquanto a vida durar. É um pouco esse o movimento de Bella, na busca por um curso único que possa responder às vontades da família e dela mesma. Interessantemente, Bella não tem a expectativa que esse curso seja para o resto da vida, crê que possa mudar ao longo. Fica a expectativa de que seja um curso que una a família e ela mesma, que não cause mais brigas, um curso unificante, como é a expectativa daqueles que esperam encontrar o curso que será para o resto da vida, um curso único para a vida.

Bem, mas a adolescência é esse tempo do encontro faltoso com o real do sexo (Alberti, 2004 e Ruffino, 1993), a referência fálica não é mais a única, não é mais unificante, não há mais essa crença unificante de um encontro feliz entre os sexos nos quais dois fazem um, como o mito platônico que Freud cita em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (2006a). Há essa relação sempre faltante/faltosa: ante a demanda de amor, advém um desejo (e um eu de desejo) que não se submete a qualquer objeto, não há objeto que dê conta do desejo e nesta articulação a demanda de amor está fadada à insatisfação, não há amor que satisfaça, mesmo um oceano cheio de amor não tampa os buracos que ainda permanecem, como ressalta a música *I want love* de Akira Yamaoka. Por isso essa expectativa adolescente de encontrar a profissão que irá satisfazer “para o resto da vida”, um encontro feliz com a profissão que será

magicamente revelada pelo orientador (e dessa revelação haverá o encontro feliz com a profissão para o resto da vida), está fadada ao fracasso.

Nisso, sem dúvida, há grande idealização da profissão como objeto, diante da queda dos pais como ideais, os filhos querem logo encontrar um novo ideal para colocar no lugar, porém deve o orientador sustentar a demanda e não dar um novo ideal, não se trata de substituir um ideal por outro, não se trata de dar um outro ideal, mas sustentar uma vida sem imagens idealizantes que visem uma plenitude. Não se trata de dar mais e mais rios e oceanos de amor, e sim de constituir uma nova relação com esse amor que não será mais dessa busca de fazer de dois, um. Portanto, a questão não é de dar um novo ideal diante da queda do ideal parental e sim de dar trabalho, pois se damos um ideal substituto, então a escolha será apenas uma, não há o trabalho da escolha, ela é dada de saída; do que se trata é de dar trabalho, trabalho para fazer algo com esse ideal que cai e deixa seus traços: se a imagem totalizante cai, os traços que restam são uma herança importante para o traçado do destino do adolescente. Diante do “full” que se repete, devemos insistir e persistir no “still”, ilustrado bem por esse trecho de música cuja letra original diz:

*I want a cup that overflows with love
Although it's not enough to fill my heart
I want a barrel full of love
Although I know it's not enough to fill my heart*

*I want a river full of love
But then I know the holes will still remain
I need an ocean full of love
Although I know the holes will still remain*

O “full” não faz par com o “fill”, há **ainda** um “still”, um terceiro que persiste aí para que “full” e “fill” não façam de dois, um: entre “full” e “fill” há “still”. A adolescência é esse tempo do eu frente a um “full” que não faz “fill” perante o encontro com esse “still”, uma outra forma de dizer que o adolescente se encontra com o real do

sexo, sempre faltoso. Ter de elaborar o luto pelos pais ideais perdidos é um grande trabalho a ser feito na adolescência. Queda do ideal parental, castração dos pais para além da castração do eu, encontro faltoso com o real do sexo: é preciso apostar no trabalho deste “still”, deste ainda que aponta para um desejo sempre faltante/vacilante e não na demanda de amor que pede a volta de uma completude nostálgica; é preciso apostar neste trabalho de elaboração desta “falha” nos e dos pais sem substituir um ideal por outro para que abra-se a possibilidade de escolha para o sujeito adolescente: sair da busca pelo objeto profissional que garantiria todo o amor para encontrar uma escolha em que possa ainda trabalhar.

Aqui não me estenderei muito sobre esse “encontro faltoso com o real do sexo” e sim com as consequências no adolescente sobre o trabalho da escolha, especialmente a escolha de uma profissão. A partir daquilo que cai, saber fazer com isso, trabalhar a partir disso, não procurar um novo ideal. Isso implica a escolha de forma persistente, é um vínculo, um laço social que se estabelece e Ragnini (2011) ressalta que para Freud o trabalho não é um destino pulsional, e sim a insistência no trabalho, ou seja, é preciso insistir no trabalho, não é algo pontual, por isso também a escolha não é pontual, ela é ratificada a cada dia.

Penso logo numa adolescente, que em suas primeiras falas declara: “não sei o que decidir, não tenho nem idéia, a cada dia eu penso numa profissão diferente, num curso diferente, cada vez que pesquiso eu fico mais confusa”. *Ao contrário da criança, que ainda acredita que se estudar muito vai dominar toda matemática, o adolescente sabe que isso jamais será possível.* – Alberti, 2004, p. 38, é impossível conhecer todas as profissões ou conhecer tudo de uma profissão e mesmo que se conheça muito, só o conhecimento não basta para se escolher – é este conhecimento infinito paranóico que faz o eu girar no mesmo lugar, na mesma indecisão, como ilustra essa fala inicial da

adolescente (e é o que procura Bella nesse momento, mais e mais conhecimento); da mesma forma que a demanda de amor vem para tamponar o desejo que insiste em ainda se manter aberto, o conhecimento também não é capaz de preencher os buracos.

O trabalho da escolha não é de buscar mais e mais conhecimentos sobre aquilo que se escolhe e sim o trabalho de ter de lidar com uma ausência que insiste e persiste a cada nova informação profissional, a cada novo copo de amor que é dado ao eu pelo Outro; não se trata de lidar com a falta de conhecimento com mais conhecimento porque, como ressalta Alberti, o conhecimento todo é impossível, daí que o trabalho da escolha não é de buscar mais e mais conhecimento (ou mais e mais amor), é antes de saber o que fazer com essa ausência de conhecimento, por isso a cada dia é preciso ratificar a escolha feita, é um trabalho constante, por isso essa escolha por “still”, esse ainda que permanece de modo que um laço se estabeleça, já que essa ausência persiste.

Há grande relação entre a constante criação de pais dos romances familiares (essa constante criação de mais e mais determinação na vida do eu) e a também constante demanda de amor: em ambos há o escamoteamento do desejo. Isso significa também escamotear a escolha, pois que *não mais esconder que deseja, nesse âmbito, é fazer uma escolha* – Alberti, 2004, p. 35. Essa é a escolha possível, não mais esconder que deseja, não mais se esconder de seu desejo que vai para além dos pais (na verdade, alguém, pois diz do casal), que transgride os limites parentais, o que implica em encarar a castração do Outro, sair dos romances familiares, já que no fundo o romance familiar é buscar novos/velhos ideais parentais para sustentar a “insustentável leveza” do ser adolescente, é só aceitar perder os deficientes pais da realidade, desde que venham outros pais melhores e sem falhas. Essa demanda de mais pais corresponde à demanda de mais amor, de ter tanto amor que transborde e qualquer falta, qualquer falha seja também tamponada e transbordada para fora.

O que está em jogo aqui é algo que Freud escreve sobre a aproximação do “funcionamento mental inconsciente”, por assim dizer, de crianças e neuróticos: ambos privilegiam o princípio do prazer (a referência aqui é a *Conferência XXIII, Os caminhos da formação dos sintomas* (2006d): *a libido dos neuróticos está ligada às suas experiências sexuais infantis*. – Freud, 2006d, p. 365). Na neurose o eu se volta para fantasias inconscientes (ancoradas nas experiências sexuais infantis, e é importante ressaltar que o ápice dessas experiências, de um ponto de vista econômico e dinâmico, se dá no complexo de Édipo) na busca de satisfação, ao invés de buscar na realidade pela ação motora o escoamento da libido que possibilitaria a satisfação de maneira mais direta.

Como observa Freud, o princípio do prazer é soberano no neurótico, e um dos motivos para que ele resista tanto em se livrar de seu sintoma é que é por ele que algum ganho de satisfação é obtido e esse prazer obtido pelo sintoma é difícil de se abrir mão (*Conferência XXVII – Transferência* e *Conferência XXVIII – Terapia Analítica*, ambos 2006d), o que denota a prevalência do princípio de prazer em detrimento ao princípio de realidade que coloca um tempo entre o impulso e a satisfação; na neurose, como ocorre com crianças, não há esse tempo, a satisfação deve ser obtida imediatamente, daí a regressão para investimentos infantis na busca pelo prazer.

É por isso que Dunker (2010) observa que as escolhas neuróticas *são defensivas ou reativas... o que se prioriza, nesse caso, é antes de tudo fugir do desprazer*. – p. 38, daí serem escolhas que defendem e reagem frente ao desprazer: esse desprazer pode ser de um mau encontro do passado, mas esse passado o neurótico não é capaz de largar, como não é capaz de largar seu sintoma como satisfação, se prende a ele e todas as suas escolhas são feitas para fugir desse mau encontro que já passou e assim fugindo desse mau encontro é que o neurótico o mantém cada vez mais patente, cada vez mais vivo e

cada vez mais presente – ao fugir se aproxima cada vez mais, pois é sempre do mesmo que se foge, se não do mesmo objeto, é esse modo de escolher fugindo que se repete e fazendo sempre do mesmo modo, repetindo sempre a mesma gramática de escolha, só poderá encontrar o mesmo; **ao fugir do desprazer, coloca o desprazer no centro de sua vida, no centro de suas escolhas, não por acaso reencontrando o mesmo desprazer, que, afinal, está no centro da vida.**

É fácil evocar novamente o primeiro caso mencionado, caso em que enfermagem é uma escolha para se fugir do desprazer do encontro com a mãe doente, e a adolescente se colocar como cuidadora é ter esse Outro parental sempre à mão, fazer com que a mãe esteja sempre disponível para ela e seus cuidados (desejo recalcado de fazer Um com a mãe, como coloca Alberti (2004)). Esses romances familiares e essas demandas constantes de amor são formas de tamponar qualquer tipo de falha, mais do que uma forma de busca pelo prazer há uma fuga do desprazer, é trocar qualquer possibilidade de desejo pela certeza de que o Outro parental garanta todo o amor. Essas demandas de amor (sempre insuficiente, por isso sempre há mais e mais demanda de amor) são a busca de uma certeza sem furos, como é a busca de novos pais cada vez mais próximos da perfeição (e que nunca atingem tal perfeição, remetem em algum momento a uma falha, se não dos pais, dos professores que os substituem, dos médicos que serviram de referência para a escolha de medicina, enfim, são pais que possam dar conta das leis do bem-estar e do dever), são formas de fuga do desprazer, mas também do desejo:

“trabalhe, aceite, conforme-se, sobreviva, defenda o que é possível e necessário; quanto ao desejo e ao sonho, deixe isso para depois, ao final, quando sobrar algum tempo, preocupe-se com isso, mas na medida do possível”. – Dunker, 2010, p. 39.

Pequeno diálogo do neurótico consigo mesmo, inventado pelo próprio autor. A medida do possível e do necessário é que operam aqui, esquecendo-se do contingente e impossível do desejo: assim, o eu trai a lei do desejo pelas leis do bem-estar e do dever.

As escolhas defensivas são escolhas na medida, sem lugar para o desmedido do desejo, transgressor de limites (da família, em especial). Eis a relação entre criar mais e mais pais com esse criar mais e mais determinações para a vida, também com a demanda de amor, pois que essa demanda de amor é direcionado ao Outro parental ideal (da fantasia inconsciente, em muitos casos, o que abre para esse deslocamento transferencial de quem ocupa esse lugar romântico) como busca de uma certeza de amor, de um amor que tamponaria todas as dúvidas (e aqui fica claro que esse amor que tamponaria todas as dúvidas só poderia vir de um ideal, pais não castrados, por isso o romance familiar), que não deixaria incertezas para a escolha, ela daria certo, seria a escolha certa, escolha que definiria um futuro feliz: problema, porque, como escrito anteriormente, quanto mais prende sua escolha na busca pelo ideal de amor, mais encontra obstáculos e a repetição das mesmas falhas, das mesmas insuficiências, o “cada vez que eu pesquiso fico mais confusa” se repete, já que existe algo para além do princípio do prazer, ao menos desde 1920; esse mau encontro que se repete a cada escolha rompe com a homeostase do princípio do prazer, mas é deste além que o neurótico continua a fugir. Por que não escolher a indeterminação, no lugar da escolha pela busca de mais e mais determinações?

Articulando com a primeira passagem, fazer prevalecer o princípio do prazer é fazer valer a lei do bem-estar, bem como a demanda de amor se articula a esta última lei e à lei do dever, afinal, trata-se de um dever de amor, o filho deve amor. Se há esse apego compulsivo ao princípio do prazer existe um apego maior à lei do bem-estar, uma fixação maior de se chegar num bom termo, num meio termo, para citar Bella. E

também proporciona uma escolha reativa, nos termos colocados por Dunker: isso é claro, pois a lei do bem-estar, por ser positiva, é uma lei de garantias (se eu chegar até o patamar de estilo de vida de meus pais, aí estarei garantido na vida), eu reajo ao invés de agir, escolho reativamente para fugir do desprazer de um mundo sem garantias. Na primeira passagem fica patente que o adolescente no momento de escolha se depara com algo aquém das leis positivamente transmitidas, trata-se da lei negativa do desejo.

A escolha é uma aposta que resiste em fazer Um com o amor dos pais, apontando para um casal que é e não é os pais ao mesmo tempo, desejo que faz do mais familiar estranho. Bella demanda, num segundo momento do atendimento, que ela também faça parte da família, que haja uma profissão que a faça entrar dentro da barraca de suas irmãs, diferente da primeira demanda que era de atender os pais: agora ela estava inclusa. No momento em que conclui que precisa saber mais dos cursos, pesquisar sobre as profissões e buscar informações profissionais é que apresenta um sonho.

5.2.2 Um sonho como prova

*Os sonhos de Gilman consistiam,
em grande parte,
de mergulhos por abismos infinitos
de um crepúsculo de cor inexplicável,
com sons estarrecidamente caóticos.*

(Lovecraft, 2014)

Bella havia chegado à conclusão de que era preciso buscar um curso que seja a solução do meio, que fizesse a todos felizes, ela inclusa dessa vez. Bastava conhecer os cursos e profissões que existem para fazer a escolha. É bem nesse momento que Bella relata um

sonho. Aproveita-se desse sonho para tê-lo como prova, citando texto de mesmo nome de Freud (*Um sonho como prova*, 2010a).

No texto sobre as *Construções em Análise* (2006e), Freud faz uma inversão muito interessante sobre as alucinações nas psicoses: a alucinação não é uma fuga da realidade, não é que o psicótico foge da realidade com a alucinação e sim que ele se aproxima da verdade inconsciente, há uma aproximação demasiada à verdade do recalcado. Assim é que a alucinação tem sua estranheza, não porque se distancia da realidade e antes porque se aproxima da verdade inconsciente. Nesse ponto, Freud aproxima a alucinação com o sonho, pois o sonho também seria uma aproximação da verdade inconsciente, não uma fuga da realidade: isso mantém a função do sonho descrita por Freud desde a *Interpretação dos Sonhos*, qual seja, guardar o sono. Mas com essa inversão que Freud opera sobre a alucinação, relacionando ao sonho, fica mais claro que o sono não é para se afastar da realidade, e sim para se aproximar da verdade inconsciente, por isso sua estranheza familiar.

Bella conta seu sonho, que teve um dia antes de brigar com sua irmã mais velha, o que lhe deu certo caráter premonitório: estava em um lugar fechado, acha que era apresentação dos jogos internos de sua escola, havia pessoas junto a ela, mas não eram pessoas de sua sala, eram pessoas que conhecia de vista, quando sai para o intervalo da escola, pessoas que ela não sabe o nome (“noname” ou *no name*, como seu último hamster); acha que era uma apresentação do nome do time para esses jogos internos e ficou contente porque as pessoas do seu grupo lembraram dos **passos** da apresentação; ela teve de sair, mesmo não sabendo porque, subiu escadas rolantes, encontrou a irmã e Bella perguntou-lhe o caminho para subir mais, embora não soubesse porque queria subir mais; a irmã apontou para outra escada, mas esta estava descendo; ao chegar embaixo, sentou-se numa cadeira de rodas e foi para o elevador; como o corredor era

estreito, ela teve de sair da cadeira de rodas para entrar no elevador e, agora sim, subir. Estava num prédio muito grande, era “do mal”; chegou mais a cima, estava num corredor também estreito no qual havia vários botões e quando os apertava, surgiam caminhos; apertou um botão, surgiu um caminho em que havia um abismo e do outro lado uma alavanca; pulou o abismo e ia puxar a alavanca quando acordou.

A primeira interpretação que fez do sonho é que não deveria mais seguir a opinião da irmã, principalmente agora que brigara com ela; apontei que há a escada rolante e a cadeira “rodante” (de rodas), o que ela interpretou como sua preguiça em andar, não gosta de andar, prefere ser levada pelos pais ou pela irmã; apontei, em seguida, que abismo e alavanca começam com A e Bella diz que Ana, sua irmã mais velha, também: Ana – Abismo – Alavanca=> pulou da Ana 1, pulou da Ana 2 e ia puxar a Ana 3; estava num prédio grande que era do mal, porque lembra trabalhar em empresa grande, que ela não sabe muito bem o que fazer e porque é do mal, já que deixa as pessoas tristes. Noname, sua hamster que durou três dias, também a deixou triste. O corredor estreito que leva para vários caminhos remete a sua situação comigo, ponto transferencial: os vários caminhos nos quais pode escolher seguir, no sonho apertou os botões aleatoriamente, na vida real quer pensar antes de apertar os botões de sua escolha.

Na vida real, até agora as escolhas foram feitas por seus pais, especialmente seu pai, que decidira que ela deveria sair de sua escola de origem e ir a um colégio cujo foco era o vestibular (coincidentemente, um colégio cujo nome começa com A), ela não gostaria de sair da escola de origem; no sonho, ela teve de se levantar da cadeira de rodas e andar com os próprios pés. Ao mesmo tempo, tem de ter a aprovação dos pais para a escolha: Ana – Abismo – Alavanca – Aceitação; se os pais não aceitarem, tem de esperar um tempo até que se acostumem com a ideia, mas ainda precisa dessa aceitação.

Como fica o andar com os próprios pés? Como ela mesma disse, no sonho estava com a perna machucada, ou tinha algo na perna que não a deixava andar e já havia dito antes que seu pai pega no pé (“meu pai é quem mais pega no meu pé”, disse logo no início do atendimento, indicando que era ele quem mais limitava as escolhas de Bella, era por ele que abria mão daquilo que gostava, como teve de abrir mão da escola que gostava para se dirigir a um colégio voltado para os vestibulares): será que era o pai na perna dela no sonho, pai a quem tem de dar a aceitação? Pergunta para se responder depois.

Quando ia puxar a alavanca, depois de pular o abismo, ela acordou; ainda assim, acha que o que aconteceria se puxasse a alavanca seria uma ponte aparecer sobre o abismo, de forma que outras pessoas pudessem passar, essa é a segunda interpretação de seu sonho. Seria isso mesmo que ocorreria? Essa solução para o desfecho do sonho é o que ela faz, estar no meio, ficar no meio termo e tentar agradar os pais e a ela nessa escolha, e se no sonho consegue fazer essa ponte, há algo que a liga com os outros que a atravessarão e todos poderão ficar felizes, essa ponte é um meio e está no meio dela e dos outros (é um meio de travessia), essa ponte está na posição dela frente a escolha, frente os diversos caminhos que ela pode seguir, essa ponte é a posição dela, é o que ela procura seguir, uma ponte que é meio, é isso que ela escolha, ficar no meio.

Uma interpretação possível para esse sonho remete à culpa por deixar a irmã para trás, a mesma irmã com quem brigaria no dia seguinte ao sonho, o que reforçaria ainda mais essa linha de interpretação: puxar a alavanca retiraria o abismo – que também começa com A, como o nome da irmã de Bella – do caminho e a irmã poderia passar com segurança, a alavanca, uma vez puxada, colocaria a própria questão de Bella quanto ao meio termo em jogo, seria a resposta e resolveria a questão, sem deixar qualquer culpa eventual por abandonar a família para trás. Essa família está tanto na figura da irmã – junto com a série de A’s no sonho – e também na figura de algo em sua

perna que a impede de andar, por isso da cadeira de rodas, colocando o pai que “pega em seu pé” nesse momento de escolha, então, o sonho viria para não deixar ninguém para trás, todos poderiam passar. Ou ainda, esse sonho viria para dar conta de uma culpa por não conseguir encontrar esse caminho do meio na escolha que ligaria a permissão da família e seu gosto, haja visto que a ponte que encobriria o abismo ao puxar a alavanca foi uma interpretação de Bella.

Para além dessa válida interpretação pelo viés da culpa, o que se pretende apontar é que esse sonho é a realização de um desejo tal como desejo, ou seja, desejo que não consiste em nenhum objeto. Esse é o caminho adotado por Freud no texto que dá título para esse tópico, apontar o desejo para além do latente no sonho. Há indicado nesse sonho uma impossibilidade de satisfação, não importa quantas alavancas puxe, ainda assim não conseguirá satisfazer a todos (da família, da escola, dos amigos) e isso está para além da culpa: não é que ela não consegue encontrar um curso que faça a todos felizes (ela inclusive), mas antes que esse curso não existe, essa é a impossibilidade que o sonho aponta – também para continuar nas palavras que se iniciam com A –, podem vir muitas alavancas, porém ela continua a caminhar sozinha, esse é o final de seu sonho, uma solução que agrada a todos é impossível, daí ela caminhar sozinha ainda e é no encarar desse impossível que ela acorda.

Fica a advertência: “*Pai, você não vê que estou queimando?*”, do sonho analisado por Freud logo na abertura do capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos* (2012a). Há algo de premonitório aqui também: se o sonho de Bella antecipa a briga entre as irmãs, o sonho do pai antecipa o queimar do corpo do filho morto; o ponto que nos diz algo aqui é quanto ao acordar, em que ponto esse acordar se dá em ambos os casos: *O que é que desperta? Não será, no sonho, uma outra realidade?* - Lacan, 1998d, p. 59. É o que pergunta Lacan sobre o sonho mencionado anteriormente, a frase

escutada pelo pai, dita pelo filho morto em sonho: *Pai, você não vê que estou queimando?* - Freud, 2012, p. 535; *Há mais realidade, não é, nesta mensagem, do que no ruído pelo qual o pai também identifica a estranha realidade do que se passa na peça vizinha. Não será que nessas palavras passa a realidade faltosa que causou a morte da criança?* - Lacan, 1998d, p. 59.

O que Lacan nos diz aqui é algo muito simples, o eu desperta para poder continuar sonhando e o exemplo da alavanca de Bella é muito ilustrativo disso: ao acordar, antes de puxar a alavanca, ela mesma dá o sentido do que ocorreria caso o fizesse – a ponte seria erguida e o abismo tamponado, possibilitando a passagem de todas as pessoas – portanto, ao acordar, ela continua sonhando, ela ratifica sua posição frente à escolha (profissional, mas também outras escolhas), sai da realidade faltosa do inconsciente e se volta para a realidade em si e é nesta realidade em si que continua a sonhar, dando um sentido para esse sonho que diz sobre algo que ela já passou, que ela já pulou, ao invés de levar para algo vindouro e desconhecido: e se a alavanca continuasse seu sonho e como nos diversos botões, a alavanca também levasse para novos caminhos desconhecidos (ao invés de recobrir o abismo que ficou para trás, abrir algo à frente, ao invés de recobrir, abrir, manter algo em aberto, algo faltoso, por que não dizê-lo)?

Puxar a alavanca levaria para a continuidade de um sonho em que ela caminhava cada vez mais com as próprias pernas, cada vez mais à frente, seguindo o elevador que eleva-dor de se caminhar por um futuro desconhecido, porém, ao acordar, ela faz do desconhecido conhecido, da abertura de novas possibilidades desconhecidas em fechamento de problemas passados (ou pulados), em suma, ela acorda para não mais encarar as aberturas, não mais ter de suportar esse desconhecido que vem à frente, e que não são poucos, são diversos botões, como ela mesma descreve no sonho, foge dessa

realidade faltosa inconsciente para poder continuar sonhando na realidade em que as coisas se completam, em que os abismos com suas aberturas são fechadas – ela faz da alavanca do sonho uma alavanca dos sonhos, ou seja, da alavanca sonhada que ratificaria uma realidade faltosa para a alavanca dos sonhos, já que realiza o sonho de fechar todas as fendas, de recobrir abismos passados/pulados e ainda por cima (passando por cima) ser meio para que outras pessoas possam passar.

Isso coloca uma grande interrogação para Bella quanto a sua escolha, pois afinal, o que ela quer com essa escolha: fechar aberturas do passado, ou abrir para um futuro com possibilidades desconhecidas? Que passado é esse aberto e que deveria ser tamponado com uma ponte? Na mesma sessão Bella conta sobre as brigas em sua família, começando com a briga que tivera com sua irmã, logo depois de ter o dito sonho – foi por causa dessa briga que ela chegara atrasada em sua consulta; no final, Bella diz que não briga com a irmã, apenas perde a paciência e fica sem falar com a mesma. Segue com a briga de seus pais com ela, mas que são brigas normais e que logo eles voltam a fazer as pazes. A briga entre a irmã e a mãe, pois a irmã dizia que não era possível estudar com a mãe assistindo televisão – por causa dessa briga, desde o início do ano a irmã mora com o pai e não mais com a mãe e Bella; ela diz que agora as duas já voltaram a se falar e estão bem, mas a irmã de Bella continua morando com o pai. Se mora com o pai é porque os pais estão separados há dois anos, o que Bella não conta como briga hoje, pois os pais já se entendem: se entendem sem voltarem para a relação de antes, ainda há a separação.

As quatro brigas citadas por Bella seguem o modelo da alavanca dos sonhos, não da alavanca sonhada: eram brigas que não são mais brigas, que já foram esquecidas, que já passaram, como ela passou/pulou o abismo, são brigas que não são brigas, apenas perda da paciência, são brigas normais que voltam ao normal quando passam (como no

sonho, em que é preciso acordar para continuar sonhando com algo normal e fora do traumático de uma briga), ou brigas que tem grande reverberação, mudam rotinas, mas que está tudo bem. São brigas passadas que ficaram no passado e foram esquecidas, o furo na relação dos brigados foi tamponado, há uma ponte que permite que todos passem e que tudo passe entre os brigados de brigas que não são brigas de verdade: a ponte permite essa passagem, as brigas passam.

Sobre a tristeza, tema que retorna e retornou com o sonho por conta do prédio “grande e do mal, no qual as pessoas estão tristes pelo capitalismo” (em que as pessoas são tristes por conta da recessão de 1929), retorna também quando Bella diz que seus pais devem ser tristes quando ela não está por perto; quando ela está por perto, os pais estão felizes, mas acha que os pais devem ficar tristes em algum momento, mas não quando ela está por perto, acha que os pais tentam poupar Bella da tristeza. A própria Bella também diz que faz isso, ela poupa os pais da tristeza e perto deles tenta ficar feliz. É isso que aparece no sonho, a alavanca serve para poupar as pessoas do abismo e vem para tamponar esse furo, essa tristeza; a alavanca, no entanto, pode servir para abrir o inesperado, mesmo que tenha algo de tristeza. Toda uma estratégia de Bella, na vida e no sonho, para evitar a tristeza do outro, para poupar o outro do abismo: o que aconteceria se caísse no abismo? Ficariam abismados? É isso que evita, mas é isso que retorna no sonho: para evitar isso que retorna, Bella se volta para a realidade, é no acordar que continua a sonhar: *O trauma que encontramos no sonho é, assim, de certo modo, bem mais real do que a própria realidade (social exterior)* – Žižek, 2010, outra forma de dizer que existe mais realidade na mensagem do sonho do que na realidade externa.

Existe aqui uma subversão sobre a realidade – a partir de Freud e a subversão que opera na alucinação desde *Construções em Análise* (2006e) e do sonho a partir da

Interpretação dos Sonhos – e o sonho de Bella destaca essa subversão: na orientação profissional é preciso refletir a respeito da relação com a realidade. Todo esse apelo à realidade em Bohoslavsky (do ego que seja cada vez mais capaz de encarar a realidade, de se dirigir à realidade), mas também em Paim, por exemplo, são formas de se evitar a confrontação com a verdade do inconsciente de cada um. Ragnini também faz referência à realidade, mas não toma a realidade como um dado em si mesmo; os demais autores aqui citados não explicitam do que se trata a realidade, assumem de saída que se trata de algo externo ao eu e que existe independentemente dele, ou ainda tratam a realidade como uma construção representacional do próprio eu: ou é algo externo que independe do eu, ou é uma representação interna que depende apenas do eu.

Ragnini, de certa forma, escreve do que se trata a realidade: trata-se de algo que não retalia, que foge da concepção narcísica de objetos fantasiados pelo eu. O paralelo que se faz com Freud é em relação à constituição do eu presente em *Pulsões e Destinos da Pulsão*: o eu passa por três momentos de constituição, um eu real primário, o eu prazer e o eu realidade final que é capaz de distinguir interno e externo; para o eu prazer, no entanto, a única distinção que existe é entre prazer e desprazer, então será interno o que é prazeroso (entendendo prazer como articulado à satisfação e por isso à possibilidade de liberar o acúmulo de libido) e externo o que é desprazeroso (aquilo que acumula a libido), portanto a mãe será vivida como algo interno porque possibilita o alívio das tensões internas, como sede e fome⁸; passar do registro do eu prazer para o eu realidade é passar do princípio do prazer para o princípio da realidade, no qual um tempo se instaura, as satisfações (e insatisfações) não são tão imediatistas, pois a realidade não o é⁹; um paralelo pode ser traçado com a concepção de objeto na direção do tratamento para Ragnini, pois nas fantasias do eu o objeto é sempre especular e imediato, por isso o medo e a culpa persecutórios: se o eu odeia o objeto que ama

(ambivalência), o objeto também o odiará de forma especular e imediata, é um objeto que faz parte do narcisismo do eu, fugindo da realidade, por isso responde de forma tão imediata.

Essa é uma concepção interessante porque coloca a realidade como algo que não é dado por si mesmo, não é apenas algo que existe fora e independentemente do eu ou, ao contrário, algo que exista dependentemente da representação do eu: acessar a realidade é uma luta que implica um luto das fantasias narcísicas do eu, luto pela perda dessa (oni/im)potência narcísica. Então, a realidade é concebida como aquilo que possui objetos que não retalias, porém não é que não retalias simplesmente, bem sabemos que a realidade pode sim retaliar e o ponto é que a realidade não retalia de forma especular e imediata, tal qual na fantasia narcísica do eu – a realidade não é especular e imediata, eis o ponto de diferença.

Ainda assim, é preciso admitir que também em Ragnini há um apelo à realidade, como se a saída mais “saudável”, por assim dizer, fosse uma escolha que se voltasse para a realidade, escolha por isso que é externo e foge do especular – ainda que a realidade não seja um dado externo imediato (muito ao contrário de imediato, por sinal), essa realidade se apresenta como externa, em certa medida, porque saí da fantasia narcísica de objeto. De fato, a autora traz uma concepção de realidade muito interessante e que no tratamento traz grande contribuição, porém manter a escolha pautada na realidade ainda é algo mais próximo do ego consciente: nesse paralelo que se fez com a constituição do eu nas *Pulsões e Destinos da Pulsão* é preciso lembrar que o princípio de realidade que rege o eu realidade é uma continuidade do princípio do prazer (que rege o eu prazer): mas permanece algo que está para além de ambos, algo que está *Além do Princípio do Prazer*, terreno que se articula mais a um eu inconsciente do que ao eu realidade que, no final, é a parte consciente do ego, essa parte que realiza o

teste de realidade; afinal, aquilo que está para Além do Princípio do Prazer é de uma repetição demoníaca porque estranha ao eu, algo que volta, insiste em voltar e que na escolha se repete de modo que a própria escolha trabalha no eu em seus rastros.

A hipótese aqui é de uma inversão: escolher em favor da realidade é se refugiar ainda mais na fantasia, conforme foi exposto acima. Apelar para a realidade, nesse sentido, é se refugiar na fantasia, enquanto a realidade real (porque traumática) está numa ficção de linguagem (as mensagens do sonho). Quando o homem acorda de seu sonho e vai para a realidade, no fundo, ele foge do real traumático em seu sonho para se refugiar na fantasia de sua realidade, estratégia adotada por Bella no momento em que tem de lidar com a escolha de um caminho, em seu sonho¹⁰.

A lógica em orientação profissional levaria a pensar que uma escolha que se volta muito para a realidade é uma escolha adaptada e uma orientação profissional que considera apenas os dados da realidade faz adaptação, não orientação. Na contrapartida, uma escolha que desconsidera os dados da realidade profissional é uma escolha fantasiosa e uma orientação que desconsidera essa realidade apenas reforça essa fantasia. A inversão aqui é pensar que a escolha que se volta muito para a realidade não é adaptada e sim fantasiosa, pois é na realidade que o eu se refugia para não ter de encarar a verdade do inconsciente que pode emergir nesse momento de escolha, seja num sonho, seja numa repetição “demoníaca”: algo estranho trabalha no eu nesse momento de escolha, cabe a ele encarar essa estranheza e não fugir via realidade.

Um sujeito adolescente que escolha de forma reativa ao privilegiar o princípio do prazer fugindo do desprazer, fugirá, justamente, para a realidade, fará sua escolha cada vez mais próxima da realidade não para se adaptar, mas para continuar em sua fantasia narcísica. Portanto, num atendimento, se esse adolescente aparece com escolhas muito “fantasiosas”, tendo significações muito díspares do que as características “reais”

das profissões, não será surpresa se logo ele se voltar de forma demasiada para a realidade, pois no fundo está na mesma lógica de continuar a fantasiar. Cabe ao orientador não jogar dados de realidade perante as ideias fantasiosas que o eu fez das profissões e sim **investigar** (ir literalmente pelos **vestígios**) essas ideias fantasiosas.

Em seu *Esboço de Psicanálise* (2006f), um de seus últimos textos publicados, Freud dedica um capítulo inteiro para falar da realidade material e da realidade psíquica (Capítulo VIII: *O aparelho psíquico e o mundo externo*). A realidade material em si é inapreensível, por isso é que o ego a recobre com a realidade psíquica, eminentemente fantasiosa, a partir de relações passadas; ou seja, ele recobre essa realidade material inapreensível por representações prévias obtidas via facilitação. Sobre a facilitação, a metáfora de Freud é bem ilustrativa: ao desbravar uma mata densa (como é a realidade material), o eu trilha um caminho por essa mata e nas próximas vezes em que se deparar com essa mata, não desbravará um novo caminho, trilhará pelo caminho já feito, essa é a facilitação: mas a mata não se resume a esse único caminho, bem como a realidade não se resume às representações que o eu faz dela via facilitação. Por isso mesmo é que investir numa orientação profissional que tenha como foco a realidade é jogar o eu cada vez mais na fantasia, pois a realidade material é inapreensível, ou melhor, é apreensível apenas a partir de um ato do eu, um ato que comporta o risco de se sair do princípio do prazer (e da realidade). Pela via da facilitação é possível supor que essas representações dizem mais sobre como o eu representa, tal como um ator, sua realidade psíquica na realidade material em si, do que da construção de representações, como representantes psíquicos, sobre a realidade, portanto, a facilitação é uma forma estereotipada de representar do eu sobre a realidade – representar aqui como atuação –, assim como uma forma estereotipada de representar a realidade – representar como criar representantes ideativos sobre a realidade.

Todo esse relato para dizer ao final que, em consonância a Freud, a escolha não é vínculo entre o eu e a realidade, mas faz vínculo (não é, faz) entre o eu e a verdade do inconsciente em toda a sua estranheza: uma estranheza que é, em cada um, familiar. Verdade do inconsciente que diz sobre o desejo, também inconsciente.

Elemento transferencial no sonho, ela se encontra com um Abajur que não tem conexão com mais nada, está lá apenas, sem saber muito bem onde, lembra-se apenas que havia um Abajur. Minha sala possui um Abajur, muito parecido com o descrito e Abajur, afinal, como Ana, Abismo e Alavanca, também começa com A, seguindo a série do seu sonho. Essa indicação é necessária para se dizer que é apenas sob transferência que um sonho pode ser analisado, qualquer outra forma é análise selvagem. Numa perspectiva clínica de orientação profissional, é apenas sob transferência que se trabalha, não apenas na análise dos sonhos, que porventura podem emergir. Cabe também a observação de que o sonho que se presta a essa análise, que revela algo do desejo inconsciente é o *sonho infantil*, diferentemente do *sonho de comodidade* do adulto (Cabas, 2009, p. 37). Esses sonhos de comodidade são as reinterpretações que os sonhantes realizam ao acordarem; é disso que Lacan fala ao colocar que o eu acorda para continuar a sonhar, ele sai de um sonho infantil “abismal”, por assim dizer, e vai para um sonho de comodidade no qual não tem necessidade de lidar com esse estranho desejo infantil, pois que o sonho infantil não é o sonho da criança e sim o sonho que realiza o desejo inconsciente infantil em toda a sua estranheza.

Cabem aqui algumas articulações a mais com o texto de Freud que dá nome a este subtítulo. *Um sonho como prova* traz a interpretação que uma das pacientes de Freud faz sobre o sonho que uma enfermeira que cuidava dessa paciente tivera um dia depois de ser indagada sobre se estivera observando ou não sua patroa, pois essa

suspeitava que a enfermeira dormira quando deveria estar de vigília, vendo a patroa/paciente de Freud. Para a paciente em questão, o sonho de sua enfermeira era a prova de que esta dormira ao invés de vigiar aquela, daí o título do artigo, um sonho como prova. No caso de Bella tem-se o oposto que leva ao mesmo, não é que o sonho prova que Bella dormira quando deveria estar em vigia (vigiar sua escolha, por exemplo, estar bem atenta e colher o máximo de informação para realizar sua decisão) e antes é prova de que ela, ao contrário, acordou, despertando no ponto em que se deparara com o vazio de seu caminho em frente, agora sozinha, sem a companhia da irmã, que lhe indicara o caminho errado; sem também a cadeira de rodas e “as coisas em sua perna”, que pegavam em seu pé, tal qual o pai. Porém, como escrito acima, ela acorda para continuar dormindo, para justamente não ter de lidar com esse caminho a frente sozinha.

Para Freud, o sonho de sua paciente prova que os sonhos são, tal como escrevera em 1900, a realização de um desejo infantil recalcado, por isso inconsciente. Sua paciente vai dos conteúdos manifestos do sonho para os latentes, porém Freud destaca que é preciso ir além, pois o sonho é um produto do trabalho onírico, mas não é esse trabalho. Esse trabalho é realizado pelo desejo inconsciente – eis aqui mais um ponto que reforça a ideia de que é o desejo inconsciente que opera na articulação das representações de coisa inconscientes, conforme escrito acima. Os vestígios diurnos que compõem o sonho latente ainda não são o sonho em si, *o fator essencial na construção do sonho é um desejo inconsciente, via de regra infantil, agora reprimido, que consegue achar expressão nesse material somático ou psíquico...* – p. 285. Vale destacar novamente aqui que o desejo inconsciente só pode se manifestar via esses vestígios, ele não consiste em si mesmo, embora permaneça como o essencial para a construção do sonho.

No caso de Bella estiveram presentes os vestígios diurnos para o sonho latente, como os jogos internos do colégio, a briga com a irmã (que aconteceu depois do sonho, o que lhe deu caráter premonitório, mas a própria Bella admitiu posteriormente que ela e a irmã discutiram – sem brigar – em outras ocasiões naquela semana), as “implicações” do pai para que ela recapitule todo o conteúdo dos dois primeiros anos do ensino médio; porém um desejo muito mais infantil também se fez presente e tem que ver com a posição dela dentro da família: Bella sempre foi a menina que precisava de cuidados por seus medos e temores, a menina que não era levada a sério por suas escolhas e a mais infantil (era, de fato, a mais nova da família, entre sua irmã e suas primas). Havia, desde muito cedo, o desejo de ingressar na família, tal qual entrar na barraca de sua irmã e primas. Aqui se articulam as diversas posições familiares pelas quais passou Bella durante o atendimento e como construiu uma posição nova para si a partir delas.

O destaque, de fato, é sobre o desejo inconsciente se apresentar apenas via vestígios. A escolha do conteúdo latente no sonho não é aleatória, é determinada pelo desejo inconsciente – é por esse latente que algo do desejo pode se manifestar, pode insistir sem consistir, aparecer sem ser. Qual o estatuto desses vestígios que trazem algo do desejo inconsciente? Por se tratar de desejo inconsciente, esses vestígios pelos quais esse desejo se manifesta será da ordem da representação de coisa, não da representação de palavra. Essas representações de palavra, porque do inconsciente, são estranhos para Bella quando emergem no sonho.

5.2.3 O trabalho da escolha no duplo sentido

*Em todas as suas fantasias
você sempre soube*

*aquele homem e mistério...
estavam ambos em você...
E neste labirinto,
onde a noite é cega,
O fantasma da ópera está lá/aqui
Dentro de minha mente*

(Hart, C & Stilgoe, R., 1986)

Em Bella há uma escolha que trabalha, por isso um trabalho da escolha, mesmo que seja algo estranho para ela mesma, algo como ela e o mistério habitando a mesma mente, tal qual é encenada na peça *O Fantasma da Ópera* (1986). Esse trabalho retrata ou encena o conflito que se configurou para Bella a partir desse sonho em sua escolha profissional: caminhar sozinha ou esperar pelos apoios das cadeiras de rodas, das escadas rolantes, dos elevadores, enfim, das alavancas que poderiam criar caminhos para tornar seu próprio caminhar mais fácil? Há uma mudança de perspectiva por parte da adolescente, que conta as brigas de sua casa: a mãe e o pai, que se separaram recentemente (dois anos atrás), a irmã mais velha que brigara com a mãe por conta dos estudos e fora morar com o pai (no ano passado) e dela própria com a irmã, além de perceber que a família, de forma geral, “pega em seu pé”, cada um a sua maneira (seu pai por conta dos estudos, sua mãe por conta da organização de seus pertences e sua irmã por conta do jogo de vídeo-game).

Mesmo resultando em separação (do pai e da irmã), Bella até então não significava cada evento como briga, assim como buscava ignorar as “pegadas em seu pé” da família, tornando-se um pouco mais fechada. Entretanto, se ignorava as pegadas **em seu** pé, a partir do sonho viu as pegadas **do seu** pé, ou seja, os **passos** que ela mesma dava para escolher – passos que espera serem certos, como foram os passos de seus colegas no sonho ao se apresentarem nos jogos internos do colégio. A primeira escolha foi assumir esse conflito e a desistência de uma escolha conciliadora, não sem

grande ambivalência e retornos constantes para essa posição de ignorância. Por um lado, se esses retornos a uma posição de ignorância ocorriam constantemente, também sua escolha persistia, essa primeira que dizia sobre encarar o conflito, persistia o trabalho da escolha aí.

É preciso ler a frase, *o trabalho da escolha*, em seu duplo sentido, em primeiro lugar como escolher demanda um trabalho, não é algo fácil (embora possa ser simples), demanda elaboração por parte do eu que escolhe (elaboração dos lutos, especialmente luto pela imagem ideal dos pais, agora castrados: se a castração infantil incidiu sobre o eu – significada mais como privação do que castração –, a adolescência é o tempo da castração dos pais, o que não vem sem grande angústia, já que remete ao desamparo fundamental, e com isso a grande tentação de se balizar pelo Édipo novamente); em segundo lugar como a escolha em si faz um trabalho, é o trabalho da escolha, ela realiza um trabalho que emerge, por exemplo, num sonho como foi o caso de Bella. Se escolher dá trabalho muito disso se deve porque a escolha trabalha e nós trabalhamos contra esse trabalho da escolha, há aí um conflito muito próximo aos sintomas neuróticos, por exemplo, conflito entre desejos inconscientes e defesa. Como Freud escreve, o inconsciente é sobredeterminado (*Bloco Mágico*, 2011d, dentre outros textos) e nessa sobredeterminação a escolha está trabalhando, há um desejo em jogo.

Para pensar nesse ponto, o percurso aqui será o de seguir uma pequena recomendação freudiana, que ele repete em alguns de seus textos, dentre os quais *Alguns tipos de caráter encontrados em análise* (2010f), qual seja, a de que se aprende psicanálise com as grandes obras literárias; da mesma forma, penso que se aprende orientação profissional com essas mesmas grandes obras, ou com outras. Outro percurso será de utilizar outras pequenas vinhetas clínicas neste ponto para manter esta dissertação ancorada em sua causa primeira, ou seja, nos atendimentos clínicos.

Também na terceira passagem serão utilizadas outras vinhetas clínicas, além da continuidade do caso Bella.

Pegemos um exemplo fictício: temos Dexter Morgan, da série literária *Dexter, a mão esquerda de Deus* (2012), cuja formação acadêmica é médica e a profissão é de perito em padrões de sangue da polícia; tem em sua infância o assassinato de sua mãe de forma violenta e bastante sangrenta. Esse é um traço que o marcou em sua infância e que se repete em sua escolha profissional; sabe-se pela série que Dexter é um assassino serial e que corta suas vítimas em partes, outro traço deixado pelo trauma infantil. Para a psicanálise, a repetição é uma forma de enlaçar um trauma de forma a revivê-lo para que possa ser elaborado e assim estabilizar o aparelho psíquico pelo princípio do prazer: dessa forma a repetição está em favor do princípio de prazer assim como este está em favor da pulsão de morte (eterno retorno ao inanimado).

O exemplo consagrado que Freud (*Além do princípio do Prazer*, 2010h) nos traz sobre a repetição vem do jogo Fort/Da (longe/aqui), cuja repetição, no jogo, da ausência de objeto materno não tinha apenas a função de elaborar esse trauma, mas também de possibilitar uma mudança de posição do neto de Freud: de uma posição passiva para uma posição ativa. O mesmo pode se observar no caso de Dexter, que repete os dois traços deixados pelo trauma infantil e nessa repetição assume uma posição ativa, quando na infância era passivo, foi vítima e não pôde fazer nada; na profissão, no entanto, repete de forma a fazer algo em relação a esses traços. Não deixa de ser uma repetição que visa a reparação de uma falta, especificamente uma falta de objeto, já que esses dois traços foram deixados no lugar do objeto materno perdido (e o que sobrou da mãe após o assassinato foi, de fato, partes do corpo e sangue, esses dois traços que restaram na época – esse resto de sangue e partes de corpo, foi isso que persistiu nas

escolhas de Dexter, mesmo sem saber, aliás, evitando esse saber e, no entanto, esses restos trabalharam e sobredeterminaram suas escolhas).

Dexter reedita a escolha por esses traços, mas não de forma integrada, é algo que o compele, uma compulsão à repetição, pois suas duas profissões são seguidas e não pode deixar de seguir sua profissão “noturna”, por assim dizer, ela persiste e insiste com Dexter desconhecendo sua origem (em princípio). Mesmo sem o saber e diante desta ausência de saber, Dexter não cai dentro do furo, é capaz de assumir essa posição ativa e agir em favor de sua história, sem que a repetição seja do mesmo simplesmente porque o lugar que ele escolhe assumir não é o mesmo.

Por esse exemplo, fictício que seja, observa-se que a escolha profissional não depende apenas da pulsão de vida, como escreve Bohoslavsky e isso de forma alguma significa que esse autor está errado, porém que existe uma perspectiva diferente que a contraria, sem se opor. Entende-se que a pulsão de vida é também a força que impele o eu nessa escolha, pois a pulsão de vida agrega, torna o sistema mais complexo e menos estável, causando tensão por isso; dessa tensão, surge, então, o impulso de descarregá-la para que o alívio advenha e nessa dinâmica, o objeto visado é o objeto profissão ou objeto carreira como escreve Bohoslavsky. Algo bastante ouvido por adolescentes a respeito dessa escolha é sobre a responsabilidade que pesa, já que é uma escolha “mais deles”, que depende mais deles do que de outras pessoas; daí se entende como a pulsão de vida é agregadora, pois impele o eu a sair de uma posição mais cômoda, por assim dizer, de alguém que permite que outros escolham por ele para outra em que ele mesmo tem de fazer essa escolha, a pulsão de vida é “perturbadora da tranquilidade”, como escreve Freud, se opondo ao princípio do prazer.

Nem por isso, no entanto, o princípio do prazer deixa de estar presente, mais como um princípio de realidade, tomando objetos da realidade e não alucinatórios

apenas (porém, mesmos esses objetos da realidade são atravessados por outra realidade, que é psíquica de cada um e no caso da profissão isso fica mais claro como o objeto não é da realidade em si mesma, mas representante da representação, um objeto da cultura até, como ilustra o exemplo de Dexter, não é a medicina como objeto em si, é a medicina tomada como o trabalho com sangue e seus padrões, algo do singular dessa pessoa), há em Dexter uma repetição que remete a algo literalmente mortal e que atravessa suas escolhas. Pensar essa escolha do ponto de vista econômico é inevitável, por isso esse breve comentário sobre as pulsões de vida e de morte, porém esta dissertação trabalhará mais as consequências dessa montagem pulsional, não tanto a escolha objetal da pulsão e sim o eu implicado nesse escolher. No texto sobre a escolha da terceira Freud reflete sobre a posição do eu frente a escolha e não sobre o objeto da escolha (perspectiva que remete à economia pulsional). Ou seja, como dito acima, tratar-se-á aqui da escolha que considera o eu inconsciente, *Je*, nessa operação, mais do que o ego consciente, o *moi*.

Ter alguém com quem dividir o peso da culpa se algo der errado: é bem o que coloca Marie-Jean Sauret em seu artigo *As escolhas da subjetividade de nossa época* (2005): *Eu quero que o Outro esteja à minha disposição, mas não quero estar à disposição dele* - Sauret, 2005, p. 61. Ou seja, quero que o Outro esteja à minha mão, mas não quero estar nas mãos do Outro; o problema dessa lógica é que o Outro continua sendo a grande garantia para uma escolha, o Outro ainda é mantido como aquele que paga pelas consequências de minha escolha, se não é o Outro quem escolhe por mim, ainda é o Outro quem sofre pelas consequências de minha escolha, o Outro ainda é o garante de minha escolha. Essa é a escolha perfeita: ter alguém que me assegure, porém sem que me segure – aí tudo pode ser bem resumido dentro do possível e necessário.

Particularmente, essa fala e essa busca por esse tipo de escolha perfeita afetava Gustavo, adolescente atendido ao longo desta dissertação, que também dizia: “eu quero trabalhar para viver e não viver para trabalhar”, não percebendo que das duas formas, seja trabalhando para viver, ou vivendo para trabalhar, vida e trabalho estavam separados. Nessas duas separações que Gustavo faz, o que ele não percebe é que, em primeiro lugar, continua deixando sua mãe como asseguradora de uma escolha (ela segura essa escolha e ele se segura nela para escolher), e em segundo lugar, continua tendo o pai como referência para essa escolha (pois é o pai, justamente, quem vive para trabalhar, ao invés de trabalhar para viver), e nessa separação entre trabalho e vida não consegue se afirmar numa escolha (se afirmar e se firmar numa escolha), pois que continua a afirmar seus pais.

Para Gustavo, portanto, perder essas referências parentais no momento de escolha era um trabalho de elaboração que não se dava e era interessante como insistia em manter essas referências parentais na maneira como escolhia, seja de forma positiva (seguindo os conselhos da mãe e não a contrariando), seja de forma negativa (dizendo que não quer seguir a carreira do pai – analista de sistemas que não tem horário fixo de trabalho; ou mesmo em relação à mãe, quando diz que faria “Barro Branco” somente para irritar a mãe – sua escolha é para irritar a mãe ou para não seguir os passos do pai, mantém sempre o referencial dos pais – de forma negativa ou positiva – falta a constituição de um referencial próprio, trabalho de orientação profissional): o que Gustavo faz não é achar alguém com quem dividir o peso da culpa, ou ainda ficar mais forte para aguentar esse peso e sim pensar o por quê deste peso e o para quê.

É o peso da consequência de uma escolha, consequência que se liga aos pais e é ele quem diz “passar pelos pais é mais difícil do que passar no vestibular”, ser aprovado pelos pais – especialmente a mãe – era mais difícil do que ser aprovado nos principais

vestibulares que “prestava”, estava em jogo, nisto, “prestar” ou não para seus pais. Ser aprovado pelos pais era mais difícil do que ser aprovado nos vestibulares, era uma prova de valor que ele buscava e que tanto pesava nesta escolha, foi preciso pensar não no valor, porém na prova em si. Pensar na prova em sua relação com algo que de muito preciso que Gustavo traz: a culpa. Nesta escolha a culpa estava dada de saída, como um peso insuportável de se carregar sozinho e aquilo que ele buscava era alguém para dividi-la, ter ainda um Outro que carregasse essa culpa. Em que pesava essa culpa, afinal? Culpa que também pode ser escutada no atendimento de Júlio, outro adolescente atendido à época, que em determinado momento parafraseia um personagem fictício de um programa de televisão que diz “A culpa é minha e eu coloco em quem eu quiser”, frase que pôde ser dita num momento de esclarecimento para o adolescente, ter um insight, por assim dizer, da questão que o impedia de fazer a escolha. O sentimento de culpa está na raiz de *O mal-estar na civilização* (2010i) de Freud, e nos diz Patto que:

Toda interdição do instinto aumenta a culpa, pois gera impulsos de agressão contra um objeto que também é fonte de proteção e amor. Esse sentimento de culpa é o próprio mal-estar na cultura. É desse mal-estar que Freud fala. - Patto, S. 2000, p. 55.

Neste sentido, a culpa de que se fala aqui, em ambos os casos, é uma culpa de que se quer se livrar, ou uma culpa com quem se quer partilhar e aí cabe ao orientador dar esse suporte para com-partilhar a culpa, não no sentido de dividir e carregar o peso, e sim de partilhar, estar disposto a ouvir, em primeiro lugar. Uma culpa que dizia respeito a ir contra os pais nessa escolha, ir contra um desejo parental (no caso de Gustavo, de uma mãe que queria que o filho fizesse uma universidade específica e não seguisse uma carreira militar, sonho infantil do adolescente), porém também de não mais ter um Outro a quem culpar, de não ter alguém a quem colocar a culpa, é ter de assumir essa culpa, que paradoxalmente dizia sobre a culpa de ir contra os pais. É uma

boa solução: eu tenho essa culpa em seguir uma escolha indo contra um desejo parental e busco justamente nos meus pais apoio para dividir essa culpa – o que é isso senão buscar, no fundo, a aprovação dos pais nesta escolha, no fundo querer que seus pais aceitem essa sua escolha e assim dividir o ônus do destino, questão que fica ainda mais ilustrada com “a aprovação dos pais mais difícil que passar no vestibular”, bela forma de não perder o Outro sem se perder no Outro.

Gustavo estava no dilema de ir contra os pais, e ter esses impulsos agressivos aumentados (já que fazia “pirraça”, escolhia cursos apenas porque sabia que irritaria sua mãe, pessoa que, em princípio, interditava seu impulso a uma escolha, ao mesmo tempo em que continuava como figura de grande admiração) e o que buscava era a ótima solução de ter a aprovação dos pais nessa escolha, o que era o mais difícil e a grande dificuldade, neste caso, não estava em finalmente conseguir essa aprovação dos pais, mas pensar porque ele tanto precisava disso, porque não poderia seguir com a escolha mesmo sem essa aprovação, pois que no caso, não era que seus pais desaprovavam a escolha e sim que não aprovavam, distinção que ele mesmo pôde fazer posteriormente. Estava em jogo um “risco absoluto”, termo que Sauret utiliza em seu artigo para dizer que este sentimento do risco absoluto é, *a um só tempo, o de ser “anulado” pelo Outro que quer a pele do sujeito e o da vertigem no momento de largar a mão do Outro.* - Sauret, M-J. 2005, p. 67.

Buscar essa aprovação do Outro é relutar em abrir mão dele, é ainda esperar que ele segure nossa mão, ter uma escolha sem riscos, pensando apenas nas possibilidades e necessidades desta escolha, desconsiderando, ou ao menos, minimizando aquilo que a escolha carrega de contingente e impossível, o futuro mesmo como um impossível de se prever por completo, daí manter seu caráter inquietante de estranheza. Como dito, a escolha trabalha, é o trabalho da escolha, esses traços de nossa história que insistem e

nos perseguem muitas das vezes, e por isso mesmo é que para Gustavo havia a insistência em poder bancar essa escolha, bancar esse risco absoluto, ao mesmo tempo em que havia o temor da perda do amor parental se seguisse contra o desejo de seus pais.

De saída, Gustavo já havia feito sua escolha pela carreira militar e o que buscava no atendimento, aquilo que demandava era amor, demandava aprovação por sua escolha, que alguém reconhecesse essa escolha dele e desse o selo de aprovação que não conseguia dos pais, Gustavo não conseguia bancar sua escolha sozinho, demandava essa aprovação, ao mesmo tempo em que buscava ficar cada vez mais forte na realidade de sua vida, pois freqüentava de forma compulsiva a academia, tomando muitos suplementos alimentares para ganhar massa muscular – faltava-lhe força para bancar essa escolha sozinho e atuava essa falta de força na realidade, tornando-se na realidade mais e mais forte sem faltar à academia; academia, aliás, provou ser um critério importante para sua escolha e um critério para rejeitar outra escolha, o que não deixava de chamar atenção, já que o mesmo critério servia para atrair e repelir; suas escolhas se pautavam por academia: a academia de polícia, como o Barro Branco, a academia militar da marinha e a academia de exercícios físicos que ele tanto praticava; aquilo que rejeitava era a academia escolar, seguir uma carreira acadêmica e curiosamente essa era a academia que esteve presente em sua vida por mais tempo, pois seu tio seguiu a carreira acadêmica de professor universitário, tio este que Gustavo mantinha estreita relação e admiração. O que Gustavo mais desejava seguir e o que mais rejeitava como escolha eram ambas academias, o que não deixa de chamar a atenção, além, é claro da própria academia com sua história.

Por mais estranha que seja uma escolha por academia, que remete ao mesmo tempo ao mais desejado e ao mais rejeitado, a responsabilidade nessa escolha diz sobre

essa estranheza, portanto, trata-se de se responsabilizar por esse conflito. O trabalho da escolha, como a escolha que trabalha no eu, em Gustavo foi um trabalho de “academia”, no caso de Dexter são os rastros de sangue e de partes de corpo (mas não o sangue e as partes de corpos em si, porém seus rastros) e no caso de Bella estão nas posições que ela assume frente à família, especificamente quanto a ocupar um lugar como da sua irmã mais velha – seja para ter sua entrada na barraca garantida, seja para ter sua escolha aprovada pelo pai. De certa forma, é o trabalho do que resta de um objeto para sempre perdido. Esse aspecto fica bem mais evidente com Dexter, pois a perda da mãe deixou o rastro do sangue e das partes do corpo como restos.

Mas também no caso de Gustavo há uma relação com o tio que segue a carreira acadêmica (como professor, não como militar) e com um amigo do pai que segue a carreira da academia (militar) que chama a atenção, pois ambos são mais próximos de suas famílias, “não vivem para trabalhar, trabalham para viver”, ambos também muito próximos de Gustavo que, em certa medida, os buscava como referências que o pai não podia ser: esses substitutos românticos ainda assim estavam apenas para tamponar a ausência de um pai que, como garantia de escolha, já estava perdido, o que não o impedia de continuar a buscar um Outro que o aprovasse na escolha. No caso de Bella havia uma impossibilidade em jogo, pois o que desejava era ser desejada pelos pais como a irmã mais velha o era, o que se refletia nesse momento por fazer uma escolha que fosse tão bem aceita pelos pais (e pela própria irmã) quanto a irmã fizera, dentro da área de exatas; havia a impossibilidade de uma posição que ela não poderia ocupar, qual seja, a mesma posição da irmã mais velha, esse objeto infantil perdido dizia sobre essa posição de destaque que a irmã sempre tivera e que ela não poderia ocupar da mesma forma: teve de se responsabilizar por sua escolha para criar uma posição que fosse sua a

partir da retomada das diversas posições que ocupou ao longo de sua vida em relação à sua família; essas posições compuseram os rastros para sua escolha.

Nessa perspectiva, portanto, não se trata de um objeto danificado, mas um objeto perdido. Isso é importante, pois com o objeto danificado Bohoslavsky pôde pensar a partir do ego consciente como instância capaz de reparar esse objeto danificado através de um objeto externo profissional. Se o objeto, no entanto, está perdido e dele só restam os rastros, não há como se reparar, resta apostar nesses rastros que apontam para o desejo.

Nos três casos citados há algo do infantil que retorna e cabe ao eu não dar uma resposta infantil a isso, daí a importância em retomar a recomendação de Safatle (2005), ou seja, achar outras formas de lidar com o desamparo fundamental que não pelas balizas do Édipo. Isso significa não se balizar mais pelos pais e seus substitutos românticos, portanto, sair da lógica de buscar um Outro a quem culpar para se responsabilizar por essa estranheza infantil que emerge e parece não ter lugar na escolha, mas é justamente na escolha que ela emerge. É certo que apelar para essas balizas Edípicas apenas reforça a posição de culpa e pode-se dizer com isso que o eu foge de sua responsabilidade na escolha apelando para a culpa – se refugia na culpa, o que de fato torna verdadeira a frase “a culpa é minha e eu coloco em quem eu quiser”, com o complemento de que se culpa para não se responsabilizar.

Ora, se é pela culpa que o eu foge da responsabilidade pela escolha, é pela responsabilidade que a culpa pode ser dirimida e não ao atender as demandas e expectativas dos pais. Essa culpa pode-se pensar nela como uma solução de compromisso entre dois ressentimentos do eu: de não atender completamente a demanda de seus pais (reciprocidade que remete à lei do bem-estar de à lei do dever) e de não atender completamente sua própria demanda – pensa-se em solução de

compromisso, pois nesse impasse o que fica é apenas o ressentimento de não se escolher por nenhuma das demandas, o eu se recusa a escolher entre as demandas, como se recusa a escolher entre pulsão e defesa nas formações do sintoma.

Aqui marca-se uma aproximação em relação ao artigo de Paim, pois que a culpa na escolha também emerge atrelada aos pais, como constata a autora. O ponto em comum na culpa é a relação ambivalente com pais que são amados e odiados ao mesmo tempo, como Freud coloca em *Mal-estar na Civilização* (Freud não coloca em relação aos pais apenas, mas a quem interita a pulsão, no limite, a civilização), algo também colocado por Bohoslavsky. Para Paim, a culpa tem origem em sentimentos hostis e amistosos recalcados. A hipótese aqui não dirá sobre a origem dessa culpa e sim que o apelo aos pais a reforça: seja para ter alguém a quem culpar ou a culpa pela impotência em atender a expectativa dos pais (ver Nota 8), fica patente o apelo aos pais como garantias: é uma saída infantil que apela para as balizas do Édipo para lidar com o desamparo (evocado no momento de escolha, cuja responsabilidade recai sobre o eu quando essa escolha aponta para o desejo inconsciente, quando algo estranhamente familiar desponta) e nesse apelo aos pais a culpa apenas aumenta, pois se é uma culpa relacionada aos pais, esse apelo aos pais como garantias para a escolha (para culpar ou para mantê-los como ideais cuja expectativa devem alcançar) só a alimenta. Essa é uma lógica homóloga ao masoquismo na relação do eu com o supereu, conforme descrito por Freud: quanto mais o eu se submete à voracidade do supereu, mais o masoquismo moral ou culpa aumenta.

O que se notou nos atendimentos é que a culpa não diminui se o orientador – colocado transferencialmente no lugar dos pais – aprova a escolha do adolescente, dá o que ele demanda (reconhecimento); é apenas a partir do momento em que o eu consegue assumir a responsabilidade da escolha que essa culpa muda de estatuto: “meus

pais não sabem de tudo, não podem tudo e por isso não podem garantir tudo, muito menos essa escolha”, isso tira os pais do lugar de garantia, portanto, do lugar de ideal que o eu, no fundo, já sabe que eles caíram; de fato, os pais – e os substitutos românticos – que podem garantir tudo porque sabem tudo no fundo são introjeções que alimentam o supereu, daí o masoquismo moral ou culpa – esse saber tudo denota o caráter insaciável do supereu, por isso não importa o quanto ele é atendido, continua a aumentar a culpa. Bem, o que a interpretação dos sonhos nos ensina é que para além da culpa e para além da demanda existe um desejo indestrutível que se revela em seu caráter de impossibilidade. É desse desejo indestrutível e impossível de se realizar que o eu se responsabiliza, apesar de emergir em sua estranheza.

Nesse *“Pai, você não vê que estou queimando?”*, que Freud recorta em sua *Interpretação dos Sonhos* (2012a), para além da culpa do pai em não velar pelo corpo do filho e por não ter cuidado do mesmo em suas febres fatais, há uma impossibilidade: *“Pai, você não vê que estou queimando?”*, a resposta só pode ser Não, pois é impossível para um pai ver tudo, um pai não pode tudo, esse “não vê” no sonho já o indica, nenhum pai pode ver porque isso é impossível. *É este o trabalho do sonho: a instauração de um impossível, para além da consciência culpada.* – Julien, 2004, p. 52. Daí o sonho ser a realização de um desejo inconsciente, pois o desejo aponta para esse impossível de uma perda irremediável, a perda do objeto que o Édipo instaura a partir da proibição dupla do incesto e do parricídio; de uma perda que não é que o eu seja impotente em recuperar (esse é o limite do amor, que busca recuperar o objeto amado, busca a completude), porém que é impossível de recuperar para o ser castrado.

No sonho de Bella também emerge uma impossibilidade, seja pelo abismo negro, seja pelo caminho em branco: ambos são impossíveis de se preencher, o que não a impede de tentar ao acordar; é a impossibilidade de ocupar a mesma posição que a

irmã e de seguir o mesmo caminho que a irmã (até porque, no sonho, os caminhos apontados pela irmã não levam a lugar algum), o que resta disso é seguir um caminho seu, em branco e ainda por ser escrito. É disso que Bella se responsabiliza, desse estranho futuro impossível de se prever, já que não segue o modelo da irmã, não está escrito ainda por ninguém. Se responsabilizar pela escolha faz dirimir a culpa, pois diminui esse apelo aos pais: não se trata mais de buscar a aceitação dos pais (e da irmã) na escolha, seja para ter alguém a quem culpar (e assim se desresponsabilizar pelo ato de escolha), seja para dar o que falta aos pais (e aí cair na posição de impotência culpada). Ora, é essa busca pela aceitação dos pais ou ainda busca pelos próprios pais na escolha (como em Dexter, que buscava, sem o saber, reencontrar a mãe na escolha) que alimenta a culpa; sem os pais reais o que resta são os rastros dos quais o eu deve se responsabilizar, por mais que apontem para algo estranho, pois vinculados a um desejo impossível inconsciente e não seguir esses rastros esperando encontrar a escolha que completaria todo o ciclo de reciprocidade (amorosa) com os pais.

Restou a questão para Bella, como andar com as próprias pernas? O pai, que pega em seu pé, também é quem a faz caminhar, ela estuda porque o pai está no pé dela, ela não se preocupa com a escolha profissional porque a mãe se preocupa por ela. Para andar com as próprias pernas ela terá de lidar com uma relação que não faça Um, pois insistir numa escolha que seja meio termo entre ela e a família é ainda querer que o pai pegue no seu pé para caminhar, ela caminha, mas com o pai em seu pé, não caminha sozinha. Escolher pela profissão do meio termo é escolher ainda manter o pai e a família em seu pé para caminhar. Conflito: quer que o pai largue de seu pé e não quer. Se há conflito, há um índice de que algo para além do amor parental foi transmitido, há um desejo em jogo que aponta para um alguém dos pais: os pais não podem garantir tudo e mesmo que pudessem, ainda assim Bella não pretende ficar nesse tudo dos pais.

Caminhar com os próprios pés, figura que aparece em seu sonho, e o pai que fica em seu pé, remetem ao Édipo, até pela literalidade do Ódipos como Pés Inchados. O caminhar de Bella passa por suas posições subjetivas frente à família e coube agora uma nova questão: caminhar para frente, num futuro desconhecido/estranho, ou para trás tentando tamponar os abismos que ficaram? Para caminhar para frente é necessário **conquistar** a responsabilidade pela escolha em toda sua estranheza.

5.3 Terceira passagem: possuir

*Eu não posso lhe falar senão de minha experiência pessoal.
Para tomar uma decisão de importância secundária, sempre
achei por bem pesar com cuidado os prós e os contras.
Ao passo que para assuntos de capital importância,
tais como a escolha de uma companheira ou de uma profissão,
a decisão deverá vir do inconsciente, do fundo de nós mesmos.
Para as decisões da vida privada, na minha opinião,
deveríamos nos deixar governar sempre pelas necessidades
mais profundas de nossa natureza.*

(Freud, in, Goldenberg, 1994, p. 10)

Goldenberg em seu livro *Ensaio sobre a moral em Freud* (1994) expõe um pequeno diálogo entre Freud e Theodor Reik, quando este indagou, em carta, aquele sobre a escolha entre a parceira e a profissão. Nota-se que Freud assume critérios diferentes para a escolha de acordo com sua gravidade e coloca a escolha da parceira, bem como da profissão, como as de maior peso, por isso mesmo não se guia por critérios mais utilitaristas e práticos da mensuração dos prós e contras de cada uma das alternativas (poderíamos dizer critérios de um ego consciente, o *moi*). Prós e Contras, afinal, formam um par e Freud acha uma terceira escolha, a escolha pelo inconsciente. Aqui temos um exemplo da escolha em Freud (como ele a estuda) e da escolha por Freud (a maneira como Freud escolhe).

Pode-se dizer o seguinte: para escolhas do dia-a-dia, fazer uso de critérios práticos utilitaristas é algo razoável e na medida certa: são critérios que seguem a lógica das representações ligadas de forma unívoca, pois do ego consciente que escolhe segundo os interesses. Nas escolhas de grande gravidade, Freud confia no inconsciente, não porque haja determinantes inconscientes que devem ser desvendadas para se ter plena consciência da escolha que se faz, o faz porque a “decisão deverá vir do

inconsciente”, não sem o uso de critérios, porém critérios que tenham um estatuto diferente desses do dia-a-dia; por serem do inconsciente, são critérios da ordem das representações de coisa, operando de acordo com o princípio psíquico primário de deslocamento e condensação dos representantes da representação da libido. Há, sem dúvida, um determinismo na escolha quando se considera o inconsciente, porém, cabe a pergunta: do que se trata escolher o inconsciente? Mesma pergunta levantada na abertura dos três passos teóricos.

O *Tema da escolha do cofrinho* (2010b) articula uma resposta. Freud, nesse texto, observa a repetição de um tema nos diversos contos e nas diversas histórias e lendas que dão origem a essas histórias escritas, por exemplo, por Shakespeare. É deste escritor que retira o nome do artigo, com base na escolha que Bassânio, de *O Mercador de Veneza*, tem de fazer para se casar com a sagaz Pórcia: a escolha de três cofres, um dos quais contendo o retrato de Pórcia e determinando assim o destino do casamento. Os cofres são descritos a partir do material de cada um deles, ouro, prata e chumbo, sendo o de chumbo a escolha certa por conter o retrato da pretendida Pórcia.

O que observa Freud é que a escolha recai sempre sobre a terceira opção, especificamente a terceira mulher, fazendo uso de uma série simbólica para associar cofre e mulher. Seja Cordélia, Afrodite, Pórcia, a Gata Borralheira e Psiquê, em diversos mitos e histórias ocidentais existe uma escolha que recai sempre sobre a terceira e quando essa escolha não é feita pela terceira graves consequências se abatem sobre quem escolhe e sobre cada um na história (como no *Rei Lear* em relação à terceira filha, Cordélia; O Rei Lear escolhe as duas primeiras filhas, preterindo a terceira).

A seguir Freud analisa o que torna essa terceira tão especial em sua escolha, o que caracteriza a terceira e por que a escolha deve recair sobre ela. Entre as três opções, quando apresentadas como irmãs (Gata Borralheira) ou filhas (Rei Lear), não existe

muita diferença, elas são apresentadas como semelhantes, diferindo em pequenos detalhes. A principal diferença é a mudez ou o fato de estar escondida (novamente, Gata Borralheira), o que para Freud é o mesmo, estar muda ou estar escondida revela (em seu velamento) o mesmo movimento de não se apresentar, de estar fora de cena. Por isso mesmo os argumentos de Bassânio para justificar sua escolha pelo terceiro cofre, o cofre de chumbo, soam vagas e precárias. Justamente nesse ponto é importante lembrar que para as escolhas de grande gravidade, como a profissão e a companheira, os critérios em jogo são do inconsciente, não são da medida dos prós e contras do consciente e Bassânio, naquele momento, escolhia sua companheira, portanto, para uma razão consciente, de fato, suas justificativas soaram precárias, porém estava em jogo uma outra lógica para essa escolha de grande gravidade.

A justificativa de Bassânio merece ser aqui transcrita: *Thy paleness moves me more than eloquence* ou *Tua singeleza me toca mais do que a natureza rumorosa dos outros dois* (cofres, ouro e prata) – Freud, 2010, p. 306. Há uma singeleza no silêncio do chumbo que não está presente no barulho e eloquência do ouro e da prata: há algo no silêncio negativo do chumbo (negativo porque não se positiva como algo que se diz, que está presente, ao contrário, o chumbo é silencioso, nada diz, mantém-se pálido) que move mais do que toda a positividade do ouro e da prata (positivo porque são sonoros, não estão na ausência de som, ao contrário, se fazem presente por toda a sonoridade que está lá com eles). Eis que Bassânio escolhe a negatividade do silêncio, mas poderia ter outro ato (já que *O Mercador de Veneza* é uma peça de teatro) perante esse silêncio e fazer como fizeram os outros dois ricos pretendentes de Pórcia, ter escolhido os sonoros e positivos ouro e prata, cujo valor não é ausente/negativo, e sim presente/positivo; se o fizesse, não teria dificuldades em se justificar e seus motivos soariam tão rumorosos como o próprio ouro ou prata. Em suma, escolhendo o positivo, teria justificativas

positivas para dar, seriam justificativas tão sonoras como a própria escolha em si; escolhendo o negativo, eis que as justificativas são também marcadas por um silêncio, ficam as próprias justificativas escondidas, tal como a Gata Borralheira.

Bassânio escolhe o terceiro cofre apostando numa escolha que foge de uma lógica racional consciente e para bancar essa aposta lhe faltam palavras: afinal, é uma aposta na própria falta de palavras, uma escolha pelo silêncio. As posições adotadas perante o silêncio podem ser homólogas às adotadas pelo eu frente aos destinos de suas investigações sexuais, tais quais trabalhadas por Freud no texto sobre a *Infância de Leonardo Da Vinci*, de tal forma que poderia Bassânio ter repelido esse silêncio e o ignorado (inibição), compelido para poder preencher esse silêncio com som (compulsão), porém escolhe esse silêncio, não para colocar palavras, daí faltarem as justificativas, é a escolha pelo silêncio em si (sublimação).

Dentre os semelhantes, a escolha se dá pelo terceiro ou pela terceira: três irmãs, três filhas, três cofres, três mulheres – de modo que não são três sem relação, são semelhantes (sejam todos cofres, todas irmãs), porém persiste um detalhe mínimo que diferencia a terceira e agora pode-se concluir que esse detalhe mínimo é algo ausente, não é uma diferença positiva por algo que tem a mais nessa terceira e sim algo ausente, como a falta de brilho do silencioso e singelo chumbo, que determina a escolha. Dois pontos de destaque aqui: o detalhe mínimo de diferença e essa diferença ser constituída por uma ausência.

É a partir da série silêncio-mudez-escondido, relacionando com a ausência que Freud articulará a escolha da terceira com a escolha pela morte. Que se bem diga, escolha pela morte e não escolha por morrer, não há qualquer apologia à morte como escolha que solucionaria um conflito. *Para a psicanálise, a mudez é um simbolismo comum para a morte* – Gonzales, 2010, p. 5, pois tanto morte, quanto silêncio tem a

ausência de sentido em seu bojo, são puras opacidades misteriosas, que não são possíveis de decifrar. O mito das Moiras é evocado por Freud, com a terceira das irmãs, Átropos, representando o inelutável, a Morte a quem ninguém escapa. No fundo, escolhe-se a morte, ausência maior, sem qualquer representação que dê conta (embora se contem muitas tentativas de representá-la). Escolher a terceira é escolher a morte, o que remete ao inconsciente como ausência de significados e sentidos (não conhece a contradição, não conhece a temporalidade).

Insistir na escolha por essa terceira que envolve a morte, essa mudez que nada significa, é uma outra forma de advir como eu lá onde se estava, topar com essa ausência de significações e se responsabilizar por ela, não buscar preenchê-la e sim criar a partir disso. Observa Freud que para poder escolher de forma racional a terceira, os contos e lendas travestem-na sempre como a mais bela (Afrodite), a mais sábia (Pórcia), ou a mais leal (Ofélia), é um deslocamento, essas qualidades vêm para justificar a escolha, dar uma razão plausível, constrói-se um véu de ideal (o ideal de beleza, de sabedoria, de fidelidade, funcionam como um véu para que a escolha recaia, necessariamente, sobre a terceira, que no fundo é a morte) perante uma escolha de algo que é mudo e de uma escolha que é, ela mesma, muda, pois lhe faltam as justificativas.

O que advém em termos de justificativas são da ordem do consciente para algo que é do inconsciente (sem representação de palavra), ou seja, vem para tamponar uma ausência de significação: são as justificativas dos ideais de beleza, de nobreza, de fidelidade, de sabedoria que encobrem a terceira nessa escolha e a tornam possível. A escolha pela terceira, no entanto, mais do que possível é necessária, pois a terceira vem para lembrar ao homem que *também ele é um pedaço da natureza e, por isso, sujeito à inalterável lei da morte* – Freud, 2010d, p. 313, a morte é inalterável e inelutável, lembrando que o homem não é o ideal que faz de si mesmo, ele não é senhor em sua

própria morada, já que seu corpo é natureza também (portanto, o inconsciente também é algo que, em seus retornos e formações, retoma do homem sua posição ideal de si mesmo na morada de sua psique, de sua alma); é preciso ir além desse ideal de homem construído para si e encarar esse inalterável, essa é a escolha para o ser desejante.

No fundo esses ideais que tornam a escolha pela terceira possível representam o máximo de ideal construído pelo homem: ser o senhor de sua vida, na qual esses ideais que revestem a terceira tornam essa escolha não necessária e antes desejada – “não estou me sujeitando à escolha necessária, estou escolhendo porque quero”, essa é a posição ideal que o homem não quer perder, por isso o véu ideal que recobre a terceira, é um redobramento da posição ideal para justificar a escolha pela terceira. Quanto a isso, não há problemas em princípio, surgem problemas quando o eu se recusa a sair de sua posição ideal e com isso se recusa a escolher a terceira, caso que ocorre com o Rei Lear, preterindo a silenciosa Ofélia, que se recusa a declamar seu amor para o pai. Ocorre que *as distorções do mito original (das Moiras) não são profundas o bastante para apagar seus vestígios... a mais bela e melhor, que tomou o lugar da deusa da morte, conservou traços que têm algo de inquietante* – Freud, 2010b, p. 314. Esses vestígios, estranhamente inquietantes, estão nesses traços de ausência de sentido: a mudez, a palidez, o silêncio, esse inquietante que “aparece” por um negativo, não pela positividade das justificativas (representações de palavra).

Algo do original persiste, porém apenas em seus vestígios, o material original já não está acessível como tal. De certa forma o eu desejante, por mais que idealize a terceira para permanecer em sua posição ideal de senhor da vida, ainda assim topa com esses vestígios deixados. Se insiste no ideal, como fez Rei Lear e escolhe o amor idealizado que tudo preenche, as consequências dessa “covardia” pela fuga da escolha, por esse não querer perder, são graves: fugir da perda só traz a perda ainda mais para

perto. A necessidade da escolha pela terceira evoca a cada momento a necessidade da perda que a escolha evoca. Nos atendimentos em orientação profissional, a perda está relacionada ao ideal parental, por isso relacionada com os Romances Familiares evocados na primeira passagem. O que Freud enfatiza no texto sobre a Escolha dos Cofres é a necessidade de se deparar com a perda em cada escolha e se refugiar em ideais que tentam preencher essa perda, fazendo da escolha algo sem perdas (ou seja, fugindo da escolha), é uma “covardia” que tem seu preço na perda total, encenada em Rei Lear.

Voltando para o caso de Bella, ela tentava ignorar os conflitos em sua família, separações decorrentes de brigas que não eram brigas, eram apenas “desentendimentos passageiros”. As separações, no entanto, duravam anos, não tinham nada de passageiro. Bella insiste na solução do meio, encontrar o meio termo que resolveria a questão, deixaria a todos felizes porque completaria a todos. Aqui vale lembrar que a escolha pela terceira não é a escolha pela solução do meio, na verdade, essa solução do meio termo é homóloga ao sintoma como solução de compromisso entre defesa e pulsão: nessa solução, o ego escolhe não escolher permanecendo nesse meio termo entre os dois extremos.

Nesse ponto, as brigas com a irmã mais velha se intensificam e Bella se questiona sobre o que fazer, ignorar a briga, ou entrar na briga. Conflito novo, pois até então o que Bella tem feito é ignorar os conflitos, as brigas que não eram significadas como tais. De fato, ignorar a briga ou entrar na briga são dois caminhos que seguem a lógica da briga, é a mesma lógica, por isso mesmo ela acha uma terceira alternativa original, fora da lógica da briga e fora de um caminho do meio que tente alguma conciliação: ela brinca. Quando a irmã lhe provoca, ela brincava com trocadilhos, fazia

algumas brincadeiras sobre os jogos de vídeo-game que jogava e continuava a jogar, mesmo com a irmã “pegando no seu pé e brigando”.

Em que Bella brinca com a irmã, especialmente nesse momento? Ela brinca em relação às escolhas, ponto que a irmã mais “pega em seu pé” e briga para que Bella escolha algo sério. Ela, então, escolhe astronomia, porque rima com gastronomia, fazendo jogos com as palavras, são os vestígios das palavras, ou melhor, são os vestígios dos significados das palavras que formam a brincadeira de Bella que a tira da dualidade brigar/não brigar com a irmã. De fato, ela mesma havia percebido que entrar na briga com a irmã só traria mais briga e ignorar (se manter na ignorância) o conflito da mesma forma só traria mais conflito, por isso mesmo sua solução passa por brincar e com simples chistes ela consegue livrar um pouco seus pés para dar seus passos em direção a uma escolha.

É momento em que ela pensa: o que resta da escolha que tinha antes? São apenas os vestígios, pois abrimos mão de buscar pela profissão que deixaria a todos contentes, não sem grande pesar e sem vacilo, sem as dúvidas sobre se conseguiria de fato realizar uma escolha. É uma luta por um luto quanto ao abandono do ideal de meio termo que abrimos mão, ideal duplo: ela conseguiria ser o objeto que completaria a família (ser a contadora, ideal do pai; ser a engenheira, ideal da irmã) e assim a própria família seria mantida nessa posição ideal de completude – ideal completa ideal, num ciclo que não tem fim. Porém, como Freud destaca em *De nossa atitude perante a morte* (2010c), é necessário abandonar as ideias se eles não ajudam a levar o peso da vida, se, ao contrário, apenas atrapalham nos jogando sempre para um futuro melhor, ou seja, se o ideal está no pós-vida, isso significa que a própria vida perde seu valor, idealizar o que vem depois da morte apenas empobrece a vida presente, jogando para o futuro a vida melhor. É nesse ponto que Freud destaca: é preciso encarar a morte como tal, despida de

suas idealizações, figura máxima de uma alteridade impenetrável. Se se encara a morte, inevitavelmente haverá um luto.

Cabe a questão sobre o luto na escolha profissional. Para Bohoslavsky trata-se em primeiro lugar do luto pelas escolhas de que se abre mão, cada escolha representando um interesse que o eu tem de abandonar em nome de um outro interesse maior; representa também uma possibilidade de futuro de que se abre mão. Destaca Voltolini (1999), no entanto, que os interesses tem como base as identificações e por isso mesmo na adolescência há um grande intercâmbio dos interesses, aquilo que interessava na infância já não serve mais, aquilo que interessava ontem também não serve mais. O próprio Bohoslavsky destaca que cada escolha carrega uma identificação do ego e a síntese dessas identificações é o que forma a identidade ocupacional (nos Comentários sobre os dois primeiros passos, acima, o exemplo é o do interesse por medicina a partir de uma identificação a um médico). O luto aqui se relaciona à perda, porém a questão é tentar ir para além das identificações do ego nesse ponto.

Ao escolher, o eu necessariamente se depara com a perda, mas não necessariamente apenas com a perda das outras alternativas deixadas para trás. O que está em jogo ao deixar as alternativas para trás é a queda do eu-ideal, pois se quebra uma suposta pretensão de completude do ego que conseguiria dar conta de todas as alternativas, não teria de escolher, porque abarcaria todas as opções. Esse ego como eu-ideal tem algo de um narcisismo infantil, por isso muitos autores, como o próprio Bohoslavsky, afirmarem que na adolescência, de um modo geral, há o luto pela infância perdida. Percebe-se que um ego, que não quer dar conta de uma escolha para tentar abarcar todas as opções, é um ego que se restringe à escolha neurótica como escrita na passagem 3.2 (3.2.1). Daí não ser surpresa que Gonzales (2010) e Goldenberg (1994) digam que a escolha do neurótico é uma “covardia”, pois na sua solução de

compromisso entre pulsão e defesa, ele se recusa a escolher, permanece grudado em seu sintoma, donde obtém a garantia de alguma satisfação; o neurótico não escolhe entre pulsão e defesa, prefere uma solução de compromisso entre ambos, uma solução intermediária, uma solução do meio, tal qual Bella pretendia e o sintoma emerge como resultado dessa “covardia” em se recuar a escolher.

Freud considera a neurose, isto é, o sintoma concebido **como defesa**, covardia. Dostoiévski não se atreve com seu desejo assassino. Sua incursão nas letras seria prova de coragem? Freud parece pensar que sim. A obra restitui o desejo a seu lugar no discurso. – Goldenberg, 1994, 20.

Isso não significa que, da perspectiva de Freud, Dostoiévski deveria dar vazão ao seu desejo assassino e de fato matar pessoas, apenas que o eu não deveria se refugiar na covardia do sintoma e se haver com seu desejo, por mais estranho e assassino que seja, não para realizá-lo, mas para se haver com sua falta inerente: por mais que de fato realize seu desejo assassino, isso ainda não bastará, o desejo é sem objeto, é disso, dessa dimensão irrealizável do desejo, que o neurótico não pode fugir em sua covardia sintomática. Em certa medida, o caminho mais fácil é buscar refugio nas garantias positivas que as leis do bem-estar e do dever dão, pois são leis positivas que remetem ao amor: essa é a escolha do Rei Lear, escolhe a demanda de amor declarada positivamente pelas duas primeiras filhas, ao desejo silencioso da terceira.

O desejo só se apresenta por vestígios, é a lição de Freud desde a Interpretação dos Sonhos. Também no texto sobre a escolha da terceira aparece o desejo como algo apenas pelos vestígios: é preciso saber recolher esses vestígios, pois a perda em jogo é dessa inteireza de um objeto único, pois o que se perde é a posição de ideal de quem poderia escolher tudo, de que todas as perdas poderiam ser restituídas (no limite, inclusive a morte), portanto, mais do que escolher se deparar com a perda, há a necessidade de escolher a perda em si – é a quebra da promessa edípica infantil que incide sobre o objeto tomado de forma narcísica e anaclítica: se eu me identifico com

aquele que tem o falo (a função paterna) isso não me garante o objeto desejado de forma íntegra, há uma perda de saída e na saída do Complexo de Édipo pela via do Complexo de Castração.

Na adolescência o adolescente encontra a quebra da promessa feita no fim do Édipo infantil: a criança renuncia ao objeto desejado porque não tem o objeto suposto satisfazer a mãe, a promessa, portanto, é que um dia ela terá esse objeto, qual seja, o falo. No final do Édipo, então, a criança renuncia ao objeto materno por não ter o falo, objeto que o desejo da mãe aponta no pai, daí a saída pela identificação ao pai como ideal; a criança é privada desse falo. Na adolescência, o eu se encontra com o furo da castração, para além do fato de estar privado do falo: não basta ter (o falo) para poder usar, o adolescente tem de fato, mas não tem de direito, não tem o direito para usar o que tem – está castrado. A privação infantil é algo que ocorre de fato, a castração adolescente é algo de direito, um direito simbólico.

Na adolescência percebe-se que a promessa fálica não será paga: ter é igual a ser (potente) e ser (potente) é poder usar, porém essa promessa não se cumpre, para além de ter de fato, é preciso ter de direito, um direito simbólico, por isso há a dimensão mais complexa da castração: a sexualidade não está toda circunscrita pela lógica fálica (a divisão dos sexos se dá por aqueles que têm e aqueles que não têm o falo: essa lógica é posta em dúvida na passagem pelo Édipo infantil e na adolescência isso chega ao limite). Qual é esse direito simbólico que falta e do qual o adolescente é castrado (não privado, já que o falo ganha estatuto de símbolo, não de objeto que se tem ou não)? É o direito de ingressar no mundo adulto.

Esse direito só pode ser conquistado, conforme escreve Melman (1997), por uma sanção simbólica que viria no lugar dos ritos de passagem. Aqui é possível fazer uma articulação entre Ruffino (1993) e Melman (1997), pois o luto na adolescência está

neste nível, em primeiro lugar, no nível de um ritual de passagem que sirva de sanção simbólica e que possa situar o sujeito adolescente em seu estatuto de adulto por direito, pois de fato (fato biológico) o adolescente já pode ingressar no mundo adulto, mundo adulto sexual; falta o direito, daí esse luto por um lugar ausente no mundo, ou melhor, o luto por um ritual social que dê esse lugar no mundo, um lugar de direito simbólico.

Diante desse luto, é necessário ao adolescente criar seu próprio ritual de passagem individual, que não será dado pelo social, tal qual em culturas tribais, é ritual dele a partir daquilo que é capaz de recolher do Outro. Por isso mesmo, não se trata de esperar que o Outro dê essa sanção simbólica e que o ritual de passagem se cumpra por um ordenamento do Outro, trata-se antes do eu saber recolher do campo do Outro, de sua história com o Outro, um significante que sirva de suporte para essa sanção que, simbólica, só poderia vir pelo significante. Na escolha de uma profissão esse significante vem como critério singular de escolha, é o suporte para essa escolha, suporte material, pois conta com a materialidade da linguagem, não se trata de algo abstrato. Qual luto em questão, então? É de um pai, mas de um Pai não castrado, portanto ideal, que diga que o filho/a chegou, que agora está tudo bem, foi aprovado/a e pode ocupar seu lugar no mundo – luto por um pai simbólico, mais do que um pai real, pai que daria o falo prometido na infância e assim garantiria toda a completude ideal.

Por isso mesmo é que o luto pelo ritual social de passagem é articulável no adolescente com o luto pela infância perdida: na infância a promessa fálica ainda valia, ainda havia uma crença da existência de Um que tudo garantiria (Pai); talvez não fossem mais os pais, por isso dos Romances Familiares, mas havia um Pai ideal que se mostrava como não castrado e dava o lugar das coisas no mundo, inclusive do sujeito adolescente. Como aparece nos processos de escolha profissional, cabe, então, ao adolescente recolher de sua história um significante que sirva de suporte material para

essa passagem de luto, significante que opera como critério privilegiado para sua escolha e assim cada nova geração renova o mundo com sua entrada, cada nova geração, e cada um dessa nova geração recolhe seu próprio significante a partir de uma reescrita de sua história, entrando no mundo adulto a seu modo, não sem o reconhecimento dos outros. O ritual social de passagem não existe mais, existe o ritual individual de passagem, cada um passa à sua maneira, com seu significante e esse é um processo transformador do mundo adulto, o adolescente, ao ingressar no mundo adulto a partir desse ritual individual, renova o próprio mundo adulto, cria a sua poesia no mundo adulto já existente.

Nesse ponto vale retomar Ruffino (1993) e a primeira e terceira tarefas para o atravessamento da adolescência, a segunda das tarefas sendo enunciada nas Sínteses Teóricas da presente dissertação, ao final:

“Reposiciona-te ante o Outro-Sexo, posto que, desde teu corpo reorganizado pela puberdade, aquele te surge como enigma!”. “Rearticula teus atos e escolhas segundo uma ética diante da qual antes não era chamado a dar conta, mas da qual agora não poderá escapar!” – Ruffino, 1993, p. 55

A primeira das tarefas, também comentada por Alberti (2004), diz sobre o encontro com o feminino, o sexo não-todo, pois que, como escrito anteriormente, o adolescente não pode, como a criança, entrar na partilha dos sexos apenas pela referência fálica (homens têm falo, mulher não tem), o falo não é representante que possa dizer tudo sobre a partilha dos sexos; para Ruffino, isso se deve ao encontro do eu com seu corpo reorganizado pela puberdade; é preciso lembrar que Freud coloca o eu como corporal em *O Eu e o Id* (2011a), o eu é uma superfície, a projeção de uma superfície corporal e na puberdade, isso que era o mais conhecido, o mais familiar para o eu, ou seja, seu eu corporal, torna-se estranhamente inquietante. Desse encontro com o não-todo, o que o adolescente pode tentar fazer é recuperar a plenitude, por exemplo,

por suas demandas de amor que não deixam de aparecer na escolha de uma profissão, como a escolha da profissão que tudo (ou todo) garantiria, como já tratado.

A terceira tarefa da adolescência é do ato e da ética, a responsabilidade em jogo é do eu se responsabilizar por seu desejo, já que 1º) a lógica fálica não é a única a operar na partilha dos sexos, não há completude entre os que têm e os que não têm, por isso há desejo; 2º) o Outro falta e há falta no Outro, portanto, não há mais um Outro que tudo garanta, a questão não é mais apenas “do que o Outro quer de mim?”, mas também do “será que é isso que eu quero?”; a ética é a ética do desejo por essas duas perdas que se abrem e se há uma mudança de objeto na adolescência, essa mudança é pelo objeto perdido, pois que não há mais completude possível: se há mudança de objeto na adolescência é porque o objeto agora está perdido, é porque o objeto agora é perda, perde-se a referência única do falo e os próprios pais são “desfalicizados”, portanto, castrados (ter o falo é ser figura de idealização e o encontro com a castração dos pais é o encontro com o falo perdido dos pais, perdido pois achado em outros pais, como os pais dos romances familiares, e a questão é poder lidar com essa perda de objeto sem revestir essa mesma perda com novos falos idealizantes que ainda signifiquem o desejo do Outro); o adolescente pode prescindir dos pais como objetos porque um espaço se abre pela perda e assim investir em outros objetos, que agora carregaram essa marca da perda (ou seja, serão objetos que já não se pretendem completos), não importa o quanto o amor tente recobrir e tamponar o desejo.

Retomo as palavras de Ruffino sobre a adolescência, pois para o autor essas tarefas são realizáveis a partir da criação de um significante novo que entre na ordem simbólica do eu. Ruffino toma, com Lacan, o conceito de significante de Saussure: a imagem acústica do signo. É preciso adicionar, também com Lacan, a ideia de Roman Jakobson, pois não há significante que signifique a si mesmo, os significantes são em

pares de opostos para que uma significação surja, já que o significante não é o significado que tem valor fixo, o significante se articula a outros significantes, o que abre para significações amplas. Esse é o grande suporte de Lacan para esta dissertação, o significante que, como tal, nada significa: se há um suporte que Lacan dá para esta dissertação, esse suporte sem dúvida é do significante, suporte material para não cair num concretismo que em alguns momentos a escrita freudiana leva (como no apelo ao vivido para a base das representações de coisa no inconsciente).

Para Ruffino, a adolescência é uma operação simbólica de luto, é fazer o luto não da infância perdida apenas, e sim dos rituais sociais de passagem que antes da modernidade havia e funcionavam como organizadores externos das transformações internas do corpo do adolescente; essa ordenação que falta no social, o adolescente deve fazer luto, fazer luto disso que é um ordenamento social que não existe mais, ou seja, por se a trabalhar e a elaborar esse encontro faltoso com o real do Outro-Sexo, que remete também ao encontro faltoso com os pais, agora castrados, *um luto por certa forma de eficácia simbólica comunitária destruída*. – Ruffino, 1993, p. 46.

Esse significante emerge a partir do trabalho do adolescente e é por esse significante que as tarefas adolescentes podem ser realizadas. Embora o autor não escreva sobre isso, é importante ressaltar que essa criação de um significante adolescente não é feito a partir do nada, esse trabalho de luto não é realizado a partir do nada, é a partir das referências do Outro parental incorporados (não é o Outro que é incorporado, mas suas referências, seus rastros, por isso o desejo é a grande herança, pois ele caminha pelos vestígios) pelo eu que fazem a borda do vazio por onde o eu pode criar esse significante que tenha valor de eficácia simbólica para esse atravessamento. Esse significante substitui, herda e equivale *ao dispositivo societário pré-moderno* dos rituais de passagem (p. 46).

O luto em questão é um trabalho de elaboração que deve fazer as vezes de ordenação simbólica do ritual de passagem: o adolescente deve ser capaz de criar um novo significante a partir dos vestígios infantis edipianos (a promessa fálica do final do Édipo foi quebrada, é preciso saber recolher os vestígios a partir da quebra, não ignorar a quebra ou tentar restituir o que foi quebrado), que faça o “bordeamento”¹¹ entre o eu e o encontro traumático (porque faltoso) com o real do sexo e dos pais, eis porque um significante, já que o significante abre para o duplo sentido, não é um sentido fixo da adolescência, sentido que fixo seria incapaz de fazer borda (a borda seria mais pobre, poeticamente falando, seria mais um tamponamento do que bordeamento: passar pela adolescência teria um sentido único, fixo e fechado em si – daí o tamponamento –, bem como ser adulto teria também um sentido único e fixo; esse era o sentido do ritual de passagem como ritual único para todos os que atingiam certa idade, ritual que, ao ser herdado de forma pessoal, ganha certa margem de autonomia com o duplo sentido do significante).

A entrada no mundo adulto depende dessa significação da adolescência porque, como herdeira dos rituais de passagem, ela faz a ordenação dos lugares e papéis sociais do homem na sociedade, como adultos, como homens, como mulheres, como crianças; a adolescência significa um lugar de adulto na sociedade, daí a relação com a escolha profissional¹²; por essa via, abre-se a questão da criação de um significante para fazer borda à crise da escolha da profissão. É um movimento homólogo este, pois como coloca Bohoslavsky (2007), a escolha de uma profissão é algo novo na sociedade ocidental, bem como a própria adolescência, conforme Ruffino: a criação de um critério pessoal de escolha vem para ajudar no atravessamento dessa crise da adolescência, pois não há mais os determinantes sociais que forçariam a escolha (como não há mais rituais de passagem socialmente estabelecidos que indicariam o fim da infância e início da vida

adulta) – não é por acaso que essa primeira escolha ocorre justamente na adolescência. Por uma questão terminológica, para manter esta dissertação dentro do campo da orientação profissional, no lugar de escrever “a criação de um significante” para o bordeamento da crise da escolha profissional adolescente, colocarei a “criação de um critério pessoal” como borda para a escolha profissional, pois trata-se de um significante, mas que funcionará, dentro da dinâmica da escolha profissional, como um critério de escolha. A criação de um critério pessoal de escolha vem a partir do trabalho da escolha e possibilita a escolha de um trabalho.

Antes de fechar o caso de Bella, gostaria de ilustrar esse ponto a partir de pequena vinheta clínica, é o caso Carolina. A adolescente tinha de lidar com a recente queda do pai como “o número 1” em sua vida, (dito por ela de forma literal e colocado de tal forma em colagem produzida), pois este perdera seu emprego de longa data. O pai era engenheiro e durante toda a vida trabalhara nessa função; inicialmente, Carolina pensava em cursar engenharia, da mesma forma que o pai, inclusive a mesma engenharia, a despeito de existirem muitas outras. Também só pensava em cursar uma faculdade pública, pois seu pai e toda sua família paterna, dentre tios e primos, cursaram alguma faculdade pública. Havia, portanto, para ela nessa escolha, tanto por engenharia, quanto por uma faculdade pública, o desejo de ingresso na família paterna, pois era a única da família que não estudava em faculdade pública e também a única que não falava a língua de origem da família.

A mãe, por outro lado, vinha de família humilde de outro estado, não havia cursado o ensino superior, tida como alguém de pouca cultura e que era pouco valorizada pelo pai; esse pouco valor pelo pai também afetava Carolina, que dizia para ele querer fazer engenharia, tal qual o pai, porém este respondia sempre que ela não tinha condições de passar no vestibular. A mãe, também para a adolescente, não era

referência para a escolha da profissão, mas era referência de carinho, algo que não tinha de seu pai. A relação da família mantinha as mulheres de um lado e o homem de outro, pois o pai se isolava assistindo televisão sozinho, algo que já ocorria mesmo antes do desemprego deste. Carolina passa a relatar que a família de seu pai, não apenas seu pai, é uma família mais fechada e que vive de “aparências”, pois é uma família que valoriza a aparência de sucesso e cultura, e não se sente muito à vontade dentro desse ambiente.

É uma relação diferente que tem com a família da mãe, que vê com muito menos frequência, já que moram ainda em outro estado, porém é uma família mais falante, onde consegue “colocar os pés no sofá”, o que para ela é poder ficar mais à vontade para conversar (em sua própria língua, não na língua de origem da família paterna). Ela também passa a significar de Outra forma sua mãe, que continuava sem educação e sem cultura, porém não era apenas uma coitada que sofria e dependia da relação com o pai, era também uma mãe que batalhou desde cedo, sempre lutou para conseguir as coisas e que também lutava para que a filha pudesse conseguir suas coisas: de alguém sem valor para o momento de escolha, passou a ser uma referência, como o próprio pai ainda era referência, pois, afinal, via seu pai como alguém competente no trabalho, embora fosse péssimo nos relacionamentos tanto na família, quanto no trabalho com outros colegas de profissão.

Esse “colocar os pés no sofá” foi recortado para ser pensado como critério de escolha: em que trabalho Carolina percebia que conseguiria “colocar os pés no sofá”? Talvez fosse muito mais fácil pensar em que trabalho ela se sentiria mais confortável, utilizar o confortável como critério de escolha, porém foi importante recuperar as palavras da própria adolescente como critério de escolha, pois foram palavras recolhidas a partir de sua história e da ressignificação, reapropriação dessa história e da relação tanto com o pai (e sua família), quanto com a mãe (e sua família), são as palavras dela

que formam seu critério pessoal de escolha e que possibilitam a intermediação para uma escolha. Carolina, então, responde a pergunta: colocaria os pés no sofá de relações públicas, e relações públicas ela escolhe porque “as privadas estão uma merda”; essa piada (vale lembrar que o chiste é uma formação do inconsciente), esse jogo de palavras é muito bem elaborado, ela brinca com a palavra privada e brinca também com a relação privada de sua família.

No final, ela mesma se coloca como “ponte”, fazendo a “ponte” entre a família da mãe e a família do pai, algo que se relaciona com o trabalho de relações públicas. Isso não significa que irá consertar a relação privada de sua família que “está uma merda”, e sim que é a partir disso que uma escolha pôde ser feita, e a escolha feita foi da brincadeira, da piada que ela em muitas vezes contava para seu pai e ele não ria (não esta piada especificamente, outras que ela contava em ocasiões diversas para animar seu pai e que não funcionavam); essa piada funciona para ela no momento de escolha, piada evocada pelos pés dela (vale lembrar: Ódipous pode ser traduzido como “pés inchados”, retomando a história de *Édipo Rei*) e pelos sofás do pai e da mãe; esse jogo de palavras indica uma relação menos fixa com a própria linguagem, da mesma forma que a relação com os pais torna-se menos fixa (a mãe não é apenas a coitada vítima de seu pai, e o pai não é apenas o competente engenheiro que ela quer ser), e assim a relação com a escolha pode ser menos fixa, ela não precisa ser o pai nessa escolha.

Essa relação de maior labilidade com a escolha e com a linguagem é indicativo de uma mudança de posição da adolescente, que parou de demandar o amor do pai (via demanda de reconhecimento, queria que este a reconhecesse como parte de sua família, não da família triangular dela com a mãe e com o pai, mas da família paterna da origem do pai: *No contexto da demanda de amor, todo adolescente busca reconhecimento* – Alberti, 2004, p. 41), reconheceu que a relação privada de sua vida “está uma merda” e

escolheu o que fazer a partir disso, ou seja, parou de tentar arrumar essa relação (no fundo, não há relacionamento que se complete perfeitamente), parou de escolher de forma reativa e defensiva para apostar nas indeterminações de seu desejo. Novamente, vale ressaltar que esta dissertação não se opõe a Bohoslavsky e sim acha uma Outra perspectiva, de modo que essa escolha foi possível não via um ego consciente que repara o objeto interno danificado e integra as identificações numa identidade, e sim pela bordeamento de um critério pessoal de escolha que foi criado a partir da retomada histórica das relações dessa adolescente com seu Outro parental e a partir de um vazio que emergiu com a queda do pai como ideal (o pai continua existindo, mas na medida em que ela mesma para de demandar dele amor/reconhecimento, ele deixa o lugar de ideal para ser recolocado como pai).

No caso de Carolina, que escolheu relações públicas, temos o seguinte: colocar os pés no sofá foi um critério singular que possibilitou sua escolha por relações públicas, porém como essa escolha se articula com colocar os “pés no sofá”? São duas retomadas da história e das relações da adolescente com suas famílias (sua família triangular dela com a mãe e o pai, a família de origem de seu pai e de sua mãe). A articulação é que foi preciso esse significante, “colocar os pés no sofá”, retomado da história de vida dela para que sua posição frente às relações familiares mudasse. Ela, é claro, se identifica ao curso e à profissão, se interessa pelo que o curso estuda e pelo que o trabalho faz e, no entanto, isso não é o suficiente, fica ainda algo que não se justifica, a identificação à profissão e ao curso é necessária, mas não suficiente para ratificar essa escolha, existe algo nessa escolha que ela não justifica.

Remete a Bassânio e sua escolha pelo cofre de chumbo em “Mercador de Veneza”, há algo de silencioso no chumbo que o faz escolher esse cofre, mas na justificativa permanece um não sabido sobre a escolha. O que Carolina faz com esse não

sabido é que é interessante: ela poderia desistir da escolha, e se inibir quanto à escolha (para quê escolher, nada importa, pois tudo terá um mistério que não pode ser significado totalmente), poderia tentar compulsivamente responder esse mistério, não deixar permanecer esse furo e buscar, sem achar, a justificativa que preencheria e explicaria essa escolha de uma vez por todas; o que ela faz é um chiste: “farei relações públicas, porque as privadas estão uma merda”, ela brinca poeticamente com as palavras, há algo de sublime, trata-se de sublimação, ela encontra uma terceira solução para esse mistério que fica e não pode justificar completamente a escolha.

O que essa adolescente faz no momento de escolha é deixar de negar a negatividade que envolve essa escolha, tal como Freud propõe sobre *Nossa Atitude Perante a Morte*, portanto, deixar de idealizar a “vida após a morte” para encarar a morte como negatividade em si mesma, parar de construir um edifício de ideal que negue a própria negatividade da morte. Em verdade, o texto de Freud sobre *Nossa Atitude Perante a Morte* não trata da morte em si apenas, e antes da negatividade que está em seu bojo e de nossa atitude perante essa negatividade, dessa ausência de significação e negar essa negatividade de significado é algo que Freud, no próprio texto, aproxima do funcionamento neurótico.

Bem, não é difícil entender porque Freud faz essa aproximação, o neurótico no fundo é aquele que busca mais e mais significados para si, teme e nega o encontro com essa ausência, buscando, como escrito acima, mais e mais pais, mais e mais determinações para sua vida, mais e mais amor que possa preencher essa ausência. Percebe-se que criar mais e mais significados é algo que permanece do infantil a partir das teorias sexuais infantis: para dar conta de um enigma (uma ausência de saber, por que não dizê-lo?) quanto ao nascimento dos bebês e, por consequência, o enigma da diferença dos sexos, a criança busca mais e mais significados sobre essa ausência, sobre

o Outro sexo, o feminino que, posteriormente, descobrirá que não se inscreve na lógica fálica totalmente; tenta encontrar a mais nova teoria que poderia responder e tamponar essa negatividade de significado para uma diferença que ela, a criança, não consegue dar conta.

O próprio Freud encontrará dificuldades em significar essa diferença em termos psicanalíticos que distingam do biológico, articulando a diferença sexual ao par ativo-passivo; as teorias sexuais não deixam de ser uma forma de significar essa diferença, tentar negar essa diferença como diferença em si. Negar a negatividade colocada pela morte e pelo sexo é dar mais e mais sentidos, sem encará-la como um fim dos sentidos. Mas no encarar dessa negatividade, algo pode ser feito, um chiste, pequeno jogo de palavras que a ajuda na escolha: relações públicas, como curso e profissão, não vem para **consertar** as relações privadas que estão uma merda e, no entanto, ela é capaz de fazer um **concerto** com suas palavras para usá-las numa harmonia que é só dela, num chiste que foi por ela formado.

Bem poderia que ela ficasse construindo mais e mais sentidos para sua escolha, permanecendo entre as identificações e os ideais – dois cofres bem mais reluzentes, remetendo ao ouro e à prata que Bassânio também se deparou – exaltando a beleza de sua escolha (como fez a jovem adolescente tratada na Introdução) ou ainda como relações públicas combina com ela, como é uma profissão que “tem tudo haver” com ela (ressaltando a identificação) e buscar em sua comunicação uma forma de restituir e reparar a relação incomunicável de suas relações privadas, porém ela se arrisca no silencioso chumbo em sua escolha. Para chegar ao cofre de chumbo, no entanto, foi necessário passar pelos cofres de ouro e prata que a via do *moi* leva, qual seja, da identificação e da idealização. Se é necessário, a hipótese aqui trabalhada é que não é suficiente, é preciso ir para além dessas escolhas que se vinculam à demanda de amor

(como não faz o Rei Lear, ao escolher justamente a sonora demanda de amor das filhas mais velhas, ao invés da silenciosa filha mais nova, a terceira) e às leis do bem-estar e do dever para se arriscar na escolha pela terceira, remetendo ao desejo, algo silencioso.

5.3.1 Da justificativa à poesia: o encanto de Bella

Voltando ao caso Bella. Então, ela ficou com a dúvida sobre o que restou de sua escolha inicial. Como escrito acima, são os vestígios que ela recolhe das posições que assume na relação com sua família. Dentro ou fora da barraca de sua irmã e primas são as primeiras posições que ela rememora no decorrer da orientação profissional: ela, inicialmente, queria estar dentro da barraca montada pela irmã e primas, todas mais velhas que Bella, destacando que a barraca já estava montada; no momento em que estava no atendimento, prestes a prestar o vestibular pela primeira vez e no último ano do ensino médio, esse “estar dentro ou fora da barraca” se refletia em passar direto ou não numa faculdade, feito realizado por aquelas que montaram a barraca.

A terceira posição que articula é do meio termo e ela mesma se coloca no meio da família, como meio termo entre as diferenças entre seu pai, sua mãe e sua irmã. É nesse ponto que ela espera achar o curso que faça esse meio campo entre ela e sua família, um curso que seja aceito por sua família e que seja algo de que ela mesma goste, daí sua busca por esse curso, ela de fato parte para a realidade dos cursos que tem interesse (interesse, ou seja, os cursos que podem fazer o meio termo, que podem ser a solução intermediária, já que o interesse pode se prestar para isso), conversa com diversos estudantes dos cursos, assiste aulas diversas em faculdades. Quando surge o sonho e corta um pouco essa busca na realidade pelo curso que daria a solução do meio e também coloca em questão uma nova posição: estar no alto.

No sonho, vale lembrar, ela ia cada vez mais ao alto, por escadas rolantes, por cadeiras de rodas, por elevadores e por seus próprios pés. Essa é uma posição que passa a ser desejada por ela, estar no alto, ser mais alta que uma pessoa em específico, sua irmã. Já não bastava entrar na barraca construída pela irmã e suas primas mais velhas, agora Bella queria ser mais alta e na escolha da profissão isso se refletia em estar numa posição tranquila. Eis o ponto, no fundo, o que queria era estar numa posição tranquila na qual as pessoas não “enchessem seu saco” e para poder ficar nessa posição tranquila só conseguiria se alcançasse um lugar mais alto que sua irmã mais velha. Mais alta em estatura já não conseguira, a irmã é mais alta por dois centímetros; na profissão esse “mais alta” era escolher algo que fosse inquestionável para os pais e para a própria irmã, de forma que eles não mais “enchessem seu saco” quanto a escolha.

A posição seguinte é de canto, Bella quer ser deixada em seu canto e pergunta, “agora fico em meu **canto** sem mexer com ninguém, mas todos insistem em vir me encher o saco, por que isso acontece?”. É em seu canto, no entanto, que passa a brincar com as provocações e irritações da irmã quanto às escolhas profissionais que considera, pois quanto aos outros “encherem o saco”, isso é algo pertencente a esses outros, mas cabe a ela pensar por que se irrita com isso e o que fazer a partir disso – a resposta ela mesma dá, ela brinca e joga com isso pelos trocadilhos. Ao final, escolhe medicina como curso, algo mais distante das exatas, que eram as preferências de seu pai e sua irmã, mas que resgatava as biológicas de sua preferência. Já tinha essa escolha há algum tempo, faltava a coragem para assumi-la, pois para Bella a escolha por medicina implicava em ter de abrir mão definitivamente da posição de estar dentro da barraca, pois que não conseguiria, como a irmã e as primas, passar “direto” para a faculdade. Isso não significava que ela estaria fadada a ficar fora da barraca, entre ficar dentro ou

fora da barraca, Bella decide que construirá sua própria barraca com a escolha por medicina.

Mas o que há em medicina? “Acho que tem um **encanto** em poder ajudar as pessoas, em poder estudar algo legal e fazer algo legal”. Um encanto que ela encontra em seu canto, **encanto** que reencontra **em canto**. Com essa escolha ela retoma uma curiosidade muito intensa por biologia que havia em sua infância, rememorando o dia que, com seis anos de idade, dissera a todos de sua família que já se decidira o que faria “quando fosse grande”, seria bióloga. Na ocasião essa escolha não foi bem recebida pela família, pois Bella tem medo de alguns tipos de insetos e em biologia teria de trabalhar com os mesmos. Ao mesmo tempo, retoma toda uma história de cuidados que recebeu de seus pais, lembra-se de seu pai ajudando nas tabuadas, quando ela iniciava sua vida na escola, mais ou menos na mesma época em que decidira-se por biologia. Desse episódio, guardara primeiro as tabuadas e a matemática como destino profissional desejado pelo pai desde então; ao relembrar o episódio ficara marcada a ajuda do pai, mais do que a tabuada. Também a mãe, com uma profissão ligada ao campo da saúde, é alguém que até hoje atende pessoas para ajudá-las.

Patrick Mahony (1990), ao estudar o discurso psicanalítico, tanto do analista, quanto do analisante, nota uma modulação no discurso do analisante ao longo do processo analítico: inicia com um discurso expressivo e estético que enfatiza os afetos, a expressão dos afetos no sofrimento psíquico que acomete o eu; passa para um discurso retórico, que busca convencer o analista do sofrimento único de que sofre o analisante, certa fala de sedução – especialmente em histéricos – mostrando como o analistante é uma pessoa especial, seja porque seu sofrimento é único, seja porque é uma vítima inocente das maldades de outros; por fim há o discurso dialético, este também caracterizado como o discurso do analista, pois é o discurso interrogativo, do eu que é

capaz de se interrogar sobre seu sofrimento, tal como faz Freud diante da queixa de Dora: “qual sua parte nisso em que se queixa?”, portanto, é uma interrogação sobre a responsabilidade do eu perante seu sofrimento.

Acrescentar-se-ia a esses quatro discursos, uma última fala de saída de análise, a fala poética; não significa que a fala mire a beleza em sua estrutura, tal qual o discurso estético, mas que o eu possa fazer Outro uso da linguagem, deslizar pelos sentidos, brincar com os significados fixos para fazer uma borda com significantes que lhe sirvam de critério pessoal de escolha, seja “colocar os pés no sofá”, seja o “encanto”. Se a borda é feita por significados fixos em si mesmos quanto à significação, mais do que borda para a crise da escolha, o que haverá será uma tampa, um tamponamento que visaria evitar esse vazio da crise (exposto no 11º Comentário da presente dissertação) para deixar o eu na ignorância.

Essa fala poética não está na produção de poesia em si mesma, portanto, e pode ser melhor entendida por uma última vinheta clínica, citando apenas a fala final de Kauê, adolescente que contava 17 anos na época do atendimento e já havia terminado o ensino médio: “entrei com uma mão e saí com cinco dedos”, eis a frase que encerra o processo de orientação profissional. Não é bem uma poesia, porém há Outro uso da linguagem, um jogo com as palavras com efeito poético, pois em geral quem tem uma mão tem cinco dedos e essa frase condensa cada momento do processo, de um adolescente que iniciou com uma escolha fechada em engenharia, pensando qual seria a melhor engenharia para ele, sai pensando sobre as diversas determinações que contavam para nesse momento, abrindo o campo de escolha, mais do que fechar; nessa frase, então, o jovem Kauê consegue retomar não apenas as determinações que estavam em jogo, como retoma também sua história dentro da orientação profissional.

O “encantamento”, a escolha por relações públicas porque “as privadas estão uma merda”, mal podem ser pensadas como justificativas razoáveis para uma escolha profissional. É preciso concordar com Freud, as justificativas pela terceira são canhestras e causam desconfiança para quem analisa a partir de certa razoabilidade. A saída aqui é questionar essa razão pela qual se medem as justificativas, num primeiro momento, e pensar se há de fato justificativa aqui. Essa razão que pede justificativas plausíveis para uma escolha é pautada, basicamente, pela realidade, por isso pode-se fazer a articulação com o ego consciente, pois que é ele quem realiza o teste de realidade, privilegiando esta em detrimento a uma satisfação da fantasia: é o eu realidade.

De fato, uma escolha profissional, como toda escolha, é baseada em critérios e pensar nos critérios de escolha de uma pessoa é essencial para o trabalho de orientação profissional. É por esses critérios que não apenas uma escolha, como também a forma de se escolher se delimita para o eu, daí a deuteroescolha de que fala Bohoslavsky. Retorno financeiro, ambiente de trabalho, interesses/gostos, habilidades, rotina do trabalho são alguns dos critérios considerados para a escolha de um curso e de uma profissão. Percebe-se que esses critérios são critérios da realidade de um curso/profissão ou ainda critérios administrados por um ego consciente, como o interesse (anteriormente exposto) e a habilidade. Tendo esses critérios a mão torna-se fácil justificar uma escolha por eles. Tanto Kauê, quanto Carolina e Bella deram justificativas para suas escolhas por economia, relações públicas e medicina, respectivamente, houve uma identificação por esses cursos e profissões, porém também houve uma justificativa canhestra dos três, as justificativas razoáveis não eram o bastante, elas vieram acompanhadas pelas justificativas mais “capengas” acima citadas.

Na consideração por um eu inconsciente que aposte na necessária escolha pela terceira, é preciso que essa escolha não se paute apenas por justificativas, é preciso ir das justificativas para a poesia, a fala poética que pode fazer a borda para que o eu possa atravessar essa crise adolescente que se redobra com a escolha profissional. Dessa forma há também a consideração pelo desejo inconsciente na escolha, não do desejo como demanda, como algo que o eu demande para outro diretamente (basicamente, demanda de amor, como no caso do Rei Lear que demandou amor de suas filhas e caiu em desgraça), ou como um gosto/interesse, mas como desejo que só emerge via vestígios e traços. É um desejo herdado, como herança da relação conjugal que está aquém dos pais (embora para os filhos, os pais antecedam o casal) e que não se satisfaz por objetos da realidade, já que está ligado a “signos infantis indestrutíveis”. Ir das justificativas para a poesia é a forma de **possuir** essa escolha de maneira singular.

Assim é que a escolha profissional que leva em consideração essa parte do eu inconsciente, o *Je* lacaniano, deve considerar o desejo inconsciente que não consiste em nenhum objeto em si, mas insiste no inconsciente, por isso há o trabalho da escolha na escolha do trabalho. Essa insistência, como visto, se dá, por exemplo, num sonho como o de Bella (analisado na segunda passagem). Os critérios para a escolha não podem passar apenas pelos critérios pré-existentes, há a criação de critérios novos a cada atendimento, ou seja, não é que cada um toma um critério de forma diferente (Kauê tinha uma ideia de retorno financeiro diferente de Carolina, mas os dois levavam esse critério em consideração) e sim que os próprios critérios são diferentes entre si, “colocar os pés no sofá” é um critério pessoal e singular de Carolina que não é diretamente articulável ao “encanto” de Bella, são critérios recolhidos a partir da história desses sujeitos (como fazem Bordin e Roe, por exemplo), porém, recolhidos sob o status de significante, donde é possível esse jogo poético com as palavras.

Essa fala poética é que indica a escolha desses sujeitos como autor e não como ator. Tomo de empréstimo as palavras de Dunker (1998) sobre o assunto:

O autor, de onde emerge a noção de autoridade, corresponde a uma forma de produção de particularidades, o ator, por sua vez, de onde emerge a noção de papel, é via de regra, alguém que representa um texto, que do seu ponto de vista pode ser anônimo. – C. Dunker, 1998, p. 5.

A escolha como autor prevê autonomia do eu, de um eu que é capaz de nomear seu desejo, daí auto-nomia. O ato de um autor é impossível de se prever completamente em suas consequências e por isso há o risco, a aposta nesse imponderável. É a escolha de quem se arrisca na fala poética, fala (e ato) de quem cria a partir do vazio (eis porque é impossível de se prever totalmente as consequências, é criação a partir do vazio, tal qual o oleiro, não é re-criação a partir de modelos prontos, é criação a partir de um vazio que também se herda), não repete o mesmo, está na lógica de quem acha, não de quem busca (aí está a abertura para o risco do imponderável, nesse achar sem buscar). O autor autor-iza a si mesmo a produzir particularidades de forma singular, produzir uma escolha particular que será singular em seu modo. Essa autonomia não implica em independência, no entanto.

Isso difere de uma escolha como ator, cujo ato está mais próximo do acting-out, repetição sem reflexão, repetição sem ascender à razão como bem universal que autoriza o eu à autonomia (ser um nomeador de seu desejo)¹³. Está mais ligado ao discurso retórico de convencimento, quer convencer e seduzir o outro (feito seu igual e semelhante), por isso é da lógica de quem busca (sem achar, a lógica é da busca sem fim), ou seja, busca esse convencimento do outro, quer que o outro se convença sobre sua escolha, sobre o papel que desempenha, embora o próprio eu não se convença, mesmo tendo as melhores justificativas à mão – é uma cena feita para o outro. A escolha como ator, uma vez que busca a solução que poderia satisfazer todos os lados

que envolvem essa encruzilhada – todos os outros –, para usar o termo de Gurfinkel, ela apenas reforça a dívida de reciprocidade amorosa do eu com seus pais. Ao desempenhar seu papel pode fazê-lo de forma totalmente independente de qualquer outro (não precisa de ajuda em sua atuação, pode desempenhar o papel sozinho), porém desempenhará um papel escrito por outros e para outros, eis o ponto em que pode se manter independente dos outros e mesmo assim absolutamente heterônomo em relação ao seu desejo inconsciente (não consegue sair do script, apenas segue-o a risca; todo ato é independente desde que escrito por outro e encenado para outro, mas carece de autonomia para nomear esses mesmos atos, apenas os repete).

Quando se pensa na liberdade do eu frente à escolha profissional, essa liberdade se dá no nível da autonomia, não da independência, pois há a consideração por uma escolha que seja como autor de uma fala poética. Essa fala poética, por ter estatuto de significante (e este ser homólogo à representação de coisa do inconsciente), é quem, não apenas faz borda para a crise na escolha profissional, como também faz vínculo com a verdade inconsciente, não com a realidade. Isso porque a realidade tem seus critérios de escolhas relacionados com as características reais de cada profissão e curso, mas a fala poética trata do critério pessoal de escolha, por isso é um critério histórico. Aqui a história não pode ser entendida como uma sucessão de fatos cronológicos e antes como a história do eu com o Outro, especialmente os pais.

No caso de Bella, por exemplo, essa história diz das várias posições que ela assume perante a família e que são ressignificadas ao longo do atendimento; essas posições dizem de um desejo inconsciente de pertencer à família, ao mesmo tempo em que esse desejo aponta para uma saída dessa família, desejo de separação, contradição que Bella não conseguia lidar, pois toda saída da família foi por brigas “que não eram brigas”: assim foram as saídas do pai (divorciado da mãe) e da irmã (que passou a

morar com o pai), e para Bella houve briga, mas não houve briga, são coisas que acontecem rotineiramente, mas que mudam toda a rotina da família – essa era sua posição frente às separações de sua família, negar que houve briga, mesma sabendo que havia. No fundo, ela buscava com essa escolha ser reconhecida como a irmã e pela irmã mais velha – sendo reconhecida por todos, a família se uniria, ao menos em torno desse reconhecimento; a questão foi pensar por que desse reconhecimento.

Isso passava pela posição do meio que se tornou tão cara para ela: fazer o meio campo para que todas as separações sejam superadas, afinal, eram brigas que não eram brigas. Ela mesma, no entanto, começava a se questionar sobre o reconhecimento da família, será que precisava estar dentro da barraca da irmã para ser reconhecida por esta e por seus pais? Será que precisava de uma escolha “mais alta” que da irmã, o que significa dizer de uma escolha ainda mais imersa no mundo das exatas que o curso da irmã para ser reconhecida pela família? Na verdade, poderia construir sua própria barraca e poderia ter seu próprio canto, o que não significa se independer da família e ficar isolada, apenas que é em seu canto que pode se haver com esse desejo de ser reconhecida como a irmã e pela irmã, ao mesmo tempo em que pensa num espaço que seja dela.

Bem, se o espaço é dela, assim como o tempo (escolhera não seguir o tempo da irmã e das primas, que passaram nas faculdades de forma direta), então há certa autonomia quanto aos pais, pois ela pode nomear esse espaço e tempo: esse nome está em sua escolha, se chama medicina e tem seu “encanto” (mas bem poder-se-ia dizer que o nome é “encanto” e tem sua medicina). Isso foge um pouco da lógica do reconhecimento (como a própria Carolina fugiu dessa lógica ao escolher algo que não lhe traria o desejado reconhecimento de seu pai), porém retoma vestígios de sua história infantil com o Outro parental, a ajuda e o entusiasmo. No sonho havia esse desejo de

caminhar com os próprios pés, tirando o pai dos mesmos, e se encaminhando para algo de desconhecido, impossível de se prever – é isso que está para além do conteúdo latente desse sonho, há algo da escolha, com os diversos caminhos que simulam a situação na qual ela se encontra na realidade, mas o que esses caminhos diversos apontam é a cada vez o mesmo, um seguir em frente cada vez mais solitário e cada vez mais incerto, um abismo aberto impossível de se recobrir: quem recobre é ela mesma, mas já acordada. O caminhar com os próprios pés implicava em se separar da família, o que, em primeiro lugar sempre fora significado como briga e em segundo lugar essa significação sempre foi ignorada por Bella, eram brigas que não eram brigas, mesmo mudando toda a dinâmica familiar.

Ao significar as separações como brigas, Bella se viu no dilema de ter ou não ter de brigar para se separar, momento em que sai por uma terceira via denotada de forma poética no “encanto” – com a escolha por medicina sai da lógica de ficar dentro ou fora da barraca construída por aquelas que a antecederam, construirá sua própria barraca, não sem esses vestígios recolhidos de sua história, e se todos os outros com ela brigarem, ela não devolverá a briga, ela brinca. Esse “encanto” é algo que não pode ser medido por prós e contras, é uma retomada das posições históricas que Bella assume em sua família e que faz borda para uma verdade inconsciente que emergia a cada volta da demanda de reconhecimento direcionada a seus pais e irmã, verdade que diz sobre o desejo de caminhar com os próprios pés e com isso se separar de sua família. Essa separação não é se independer dela, ainda será muito dependente da mãe e do pai do ponto de vista financeiro, porém conseguirá escolher sem esperar a ratificação da família, conseguirá dar nome para a escolha que diga sobre seu desejo (que faça a borda deste).

Nota-se que Bella também passa pelos três destinos das teorias sexuais infantis analisadas por Freud no texto sobre *Uma Recordação de Infância de Leonardo da Vinci*

(2013). Já havia escrito sobre esse mesmo assunto na primeira passagem e o retomo numa perspectiva um pouco diferente. Analisemos: os romances familiares são teorias das crianças quanto aos pais para lhes restituir o lugar de ideais: se os pais são falhos, os verdadeiros pais ideais estão alhures, é preciso encontrá-los, ou eles me encontrar. Portanto, perante a queda dos pais ideais, os filhos criam mais e mais pais para si (mais e mais determinações para si), tudo isso para não ter de lidar com esse vazio deixado pelos pais reais (pais castrados: o vazio que deixam é da castração).

Isso não difere das teorias sexuais infantis, a curiosidade infantil que se reflete em perguntas deslocadas que possuem em seu centro o nascimento dos bebês e a consequente diferença sexual que esse nascimento implica. Diante do enigma do sexo, a criança produz mais e mais teorias, todas falhas, todas suspeitas e que apontam para um enigma que persiste. Tanto os Romances Familiares, quanto as teorias sexuais, no limite vem para dar conta da castração do Outro. No texto sobre a Prevalência do Falo (Freud, 2011b) na lógica da diferença sexual, Freud escreve que a última das mulheres a “perder” o falo para a criança é a mãe, a mãe é a última a quem a castração recai, e seu órgão sexual (castrado) é paralisante como a cabeça de medusa. Perder o Outro completo é perder todas as garantias, eis porque o eu neurótico prefere adoecer a ter de se encontrar com a falta no Outro, o Outro em sua face castrada. No limite, portanto, pode-se dizer que os Romances Familiares são teorias sexuais infantis, pois vem para dar conta dos pais que caem como tal para emergirem como um casal formado por um homem e uma mulher (daí a diferença dos sexos e a questão da origem).

Quanto a isso, Bella lida com a diferença na família de forma a ignorá-la: embora na realidade a família siga separada, tudo se passa para ela como se nada tivesse ocorrido. Quando significa as separações como brigas, passa a buscar uma forma de reconciliação que uniria a todos; essa forma estaria em sua escolha que se bem feita

seria o medidor e uniria a todos pelo reconhecimento de que Bella fez a boa escolha. Finalmente Bella pensa na escolha com algo de sua autoria: ela não herdaria as separações em briga, ela separa pela via de quem brinca, não briga.

No fundo, o destino de Bella é ter de lidar com a castração, isso se simboliza em seu sonho quando se depara com o abismo por um lado e um caminho em brando de outro – a castração marca uma impossibilidade, diferindo da privação: ter (o falo) não basta para usufruir, fazer uso fruto tal como adulto, a entrada no mundo adulto não depende apenas de ter (o falo), do qual se pensava privado na infância, na verdade, a entrada no mundo adulto é uma forma de resposta do eu frente ao encontro com essa impossibilidade colocada pela castração, impossibilidade que o eu se depara na adolescência, por isso é possível dizer que a adolescência significa um lugar de adulto. A impossibilidade que marca a castração é de que não existe mais completude possível, o objeto de satisfação está perdido e ter o falo não garante essa completude, especialmente porque não há Outro que possua esse falo como objeto em si, o pai, enquanto homem, pode ter o pênis como objeto real, mas não o falo como objeto investido de imagem idealizante e que garantiria a completude entre eu e objeto, ou seja completude que garantiria a satisfação como toda, como totalizante, daí Melman (1997) dizer que ideal é quem não foi castrado, ou seja, detém o falo como objeto de imagem idealizante – a dimensão da castração abre para essa impossibilidade de encontro com o objeto de satisfação plena, por isso Lacan dirá que é a linguagem que castra o homem, pois para o homem inserido na linguagem o acesso ao objeto em si está perdido, restando apenas seus vestígios simbólicos, daí a relação, em Lacan, do desejo com o objeto perdido e a castração pela linguagem.

O direito de uso do falo passa por significá-lo não como objeto idealizado – que o eu possa possuir, ou que um Outro detenha, por exemplo, um líder como pai

narcisicamente forte – que garanta um acesso pleno ao objeto da satisfação (no caso, acesso a uma profissão que seja perfeita e nada falhe/falte), e sim como símbolo da própria impossibilidade da castração, é saber fazer com isso que falta e que marca um vazio: o falo, como objeto de imagem idealizante (como significado do desejo do Outro), não é acessível a ninguém, por isso ele pode deixar de marcar essa imagem ideal para simbolizar justamente a ausência dessa mesma imagem; o direito de uso do falo a partir da castração, portanto, é um direito de se saber fazer com esse vazio que o falo marca como ausência de uma imagem idealizante de objeto (ou de acesso pleno ao objeto de satisfação, ou ainda de significado pleno do desejo do Outro), especialmente a partir do ponto em que, com a modernidade, se possa falar em sujeito e os rituais de passagem são particularizados, cada um ascenderá ao social (ou seja, cada um fará a partir desse vazio) à sua maneira. É só porque é castrado que o eu pode desejar, pois a satisfação plena está vetada desde a castração e assim é que há a dimensão de um desejo que não se satisfaz, permanece indestrutível.

Diante de Bella estão o abismo escuro e o caminho em branco, ambos sem uma imagem que possibilite certa harmonia, ao contrário, é ela quem faz essa harmonia ao acordar e completar o abismo com uma ponte para que sua irmã possa passar, reflexo de uma demanda por reconhecimento desta. Então, num primeiro momento Bella ignorava qualquer sentido de separação em sua família para depois tentar uni-la por meio de uma solução do meio, tal como a ponte que encobre o abismo. Os dois primeiros destinos para as investigações sexuais em Freud, já se viu na primeira passagem, são da ignorância e da compulsão: no primeiro tem-se um não pensar para não ter de encarar o furo a castração e no segundo tem-se pensar sem parar para não ter de parar para pensar sobre a castração, essa ausência no saber que atinge também os pais (saber sobre a origem dos bebês, que remete ao saber sobre a diferença sexual, que por sua vez se

articula ao saber sobre o objeto de investimento libidinal, ou seja, dar um nome para esse objeto que o contenha completamente, nome que dê conta de toda a diferença sexual e que diga definitivamente a origem da vida). No primeiro destino o eu se encontra com um saber furado, por isso não adianta buscá-lo; no segundo destino o eu também se depara com esse saber furado e por isso um pensar sem parar para tentar tamponar a ausência no saber. Ambas as posições são formas reativas de lidar com essa ausência, escolhas defensivas perante algo que não se apresenta como todo e não pode ser totalizado.

No terceiro destino, a sublimação, há um processo a mais, dir-se-ia, inclusive, uma borda a mais, pois há um vínculo a mais entre as representações que separam a atividade do pensamento com a dúvida sobre a origem: em outras palavras, uma separação maior entre a dúvida original (nos dois sentidos da palavra: é uma dúvida sobre a origem dos bebês e uma dúvida que dá origem à atividade de investigação) e o pensamento envolvido para dar conta dessa dúvida. A relação não é tão direta com a ausência do saber, por isso é possível encará-la e pesquisar **a partir dela** (e não especificamente **sobre ela**): a dúvida tem outra acolhida, não é alvo de inibição ou compulsão, é algo que pode ser suportado por se distanciar das questões de origem do eu e por isso ficar em dúvida não é o fim para esse eu (afinal, se duvido de minha existência eu não existo, devo saber, não posso duvidar de minha origem: essa é a ligação direta demais), é possível duvidar e criar algo a partir dessa dúvida.

Nos primeiros dois destinos a ausência no saber é uma ausência sexual que se liga diretamente à origem do eu, sem qualquer borda significativa (é algo ligado diretamente à sexualidade desse sujeito e sexualidade dos pais); no terceiro destino a ausência no saber é sexual, mas não diz diretamente sobre a origem do eu, há o bordeamento da sublimação por outras pesquisas sexuais. A hipótese aqui é que essa

criação de um significante singular que sirva de critério pessoal para a escolha de uma profissão é uma criação sublimada, pois se dá a partir de uma reapropriação da história do eu, história essa atravessada por investigações sobre a origem, bem como sobre a diferença sexual, o que no fundo leva ao mesmo ponto: só há origem dos bebês, porque há diferença dos sexos.

Portanto, no fundo está um eu que tem de lidar com a castração (dimensão da ausência no saber) e a articulação desse significante singular retomado como critério pessoal de escolha ao falo como símbolo da ausência do próprio falo como objeto imaginariamente idealizado, faz borda que possibilita ao eu lidar com as questões de forma indireta, *não há mais vínculo com os originais complexos de pesquisa sexual infantil e o instinto pode operar livremente a serviço do interesse intelectual.* – Freud, 2013, p. 140. Essa forma indireta dá maior labilidade para lidar com a dúvida que remete à castração e no caso de Bella isso se percebeu em primeiro lugar na forma como lidou com as irritações da irmã: saiu de uma lógica de entrar ou não numa briga com esta para brincar com isso, ou seja, escolheu uma via indireta de lidar com isso o que deu maior labilidade para encarar esses caminhos que se apresentaram para ela, em sonho, como algo obscuro por um lado e claro de mais por outro, ambos sem limites definidos; o que ela faz é traçar uma borda para ela e não uma ponte para sua irmã. É por essa borda que pôde expressar algo de um desejo, pela borda do “encantamento” de medicina, significante que traz uma última posição de Bella em relação à sua família (última ao menos quanto ao processo de orientação profissional), “em canto”, lugar que é dela, mas não apenas dela, pois é onde pode retomar sua história para construir sua própria barraca e não alienar seu desejo a uma barraca pré-construída por outras que lhe antecederam.

No limite, pode se pensar que sua solução quanto ao sonho, no momento em que acorda, ou seja, construir uma ponte que recubra o abismo e assim sua irmã possa atravessar, essa solução é uma inversão de seu desejo (como demanda) de reconhecimento em relação à irmã. Inversões como essas são muito comuns em sonhos ou nas interpretações de sonhos por parte dos pacientes e nesse caso a inversão que faz Bella é da irmã depender dela para atravessar e não o contrário; na verdade é Bella quem precisa da irmã, em seu reconhecimento, para atravessar esse processo de escolha e com essa inversão, colocando a irmã como dependente dela, ela realiza esse desejo, a irmã está numa posição em que não tem escolha, precisa de Bella para atravessar, precisa reconhecer que Bella é capaz de ajudar, diferente da situação da barraca, onde Bella era reconhecida por atrapalhar; portanto, essa ponte que ela busca como solução ao acordar não é para que a irmã chegue até ela e sim para que ela chegue até a irmã e possa finalmente, passados mais de 10 anos, estar dentro da barraca. Sua escolha, ao final, reflete uma saída dessa lógica de estar dentro ou fora da barra – ter ou não o reconhecimento da irmã –, trata-se de construir sua própria barraca, prescindindo do Outro fisicamente para introjetá-lo simbolicamente.

Assim é que o acesso à verdade do desejo inconsciente acha uma borda e o eu pode lidar com esse desejo inconsciente sem atuá-lo, ao contrário, pode autorizar-se de si para nomeá-lo, como fez Bella. Esse desejo inconsciente liga-se à lei do desejo que visa a separação da família original para se fundar uma nova. Essa nova família não será a reedição da antiga, trará algo novo e original, será uma criação poética através de significantes, o caráter desses vestígios é linguístico, se aproximando da lógica do significante, mais do que do significado, justamente por ser aberto ao jogo de palavras, por deslizar nos sentidos e é isso, justamente, que faz a criação sempre renovada.

6. Sínteses Teóricas

Será feito um pequeno esforço de síntese teórica de cada uma das passagens, para melhor organizar a dissertação e as ideias. Claro que com isso não se espera um acabamento e sim uma ordenação lógica que dê ênfase à teoria, numa tentativa de destacar o caminho do teórico pelas teorias que dão base. Lembrando que o caminho do teórico só foi possível porque foi o mesmo caminho do clínico, são dimensões que não se disjuntam, e a síntese a seguir vem como um empenho para dar coerência e maior organização às ideias que foram fruto do trabalho clínico, especialmente do caso Bella.

6.1 Teorização primeira

Julien (2004) toma a psicanálise de Freud e Lacan na referência à lei do desejo, e também toma a antropologia de Lévi-Strauss para falar da sociedade que antecede e funda a família (ideia que será aproveitada por Lacan). A escolha para o eu é, a partir da família, destruir a família. Ou seja, a escolha para o eu é apostar na estranheza que o desejo da conjugalidade aponta para aquém do amor parental, é pela via aberta por esse desejo que o eu pode escolher apostar em algo que está para além (e aquém) dos *Romances Familiares*, ponto que esteja fora de um início marcado pela lei do dever e pelo destino marcado pela lei do bem-estar; ao contrário, aponta para um ponto estranho. Trata-se do eu escolher sair do familiar para apostar nesse ponto estranho que foi aberto justamente pela família (e pelo familiar), saindo assim da demanda de amor que está subjacente às leis do bem-estar e do dever, tomando como ponto de partida (ponto que parte) a lei negativa do desejo para sair de uma dívida e chegar à dúvida.

É possível também pensar numa primeira referência teórica dentro da psicanálise freudiana no texto sobre os *Romances Familiares* (2006b) e, nesse caso, a escolha se alinha com o que escreve Julien: a escolha para o eu é parar de criar mais e mais pais

para si, criar mais e mais determinações para sua escolha e apostar numa liberdade que só é possível via essa dúvida aberta pelo desejo conjugal que aponta para um aquém da parentalidade, ou seja, a dúvida aberta por uma mulher e um homem que formam um casal que são os pais, mas não são os pais – o inconsciente não conhece a contradição, já escrevia Freud, a questão é que há o conflito por instâncias outras que conhecem a contradição, no caso, a consciência. Isso porque o desejo dos pais aponta para algo que não cabe aos filhos responder, é um desejo conjugal, portanto, não é dos pais, é do casal, casal este que antecede aos pais, portanto, antecede aos filhos.

O casal aponta para a queda dos pais como ideais (já que só se deseja porque castrados) e a escolha dos filhos é de prosseguir sem os pais em si, tratar de recolher e herdar aquilo vem dos pais, não apenas como positividade, mas também como negatividade. Então, fica a questão: “será que preciso mesmo dar essa escolha profissional como presente para meus pais?”, algo presente nos diversos atendimentos, talvez não com essas exatas palavras.

Outra forma de encarar os Romances Familiares está na articulação com as leis do bem-estar e do dever, como feita até aqui: ao construir para si seus Romances Familiares, o filho constrói pais que estejam à altura dessas duas leis, leis que se pretendem completas, leis positivas que dizem aquilo que o filho deve fazer; se são os pais que as transmitem, devem eles estar à altura das mesmas, porém o que desponta para o filho é a dimensão de um desejo conjugal que antecede o amor parental, rompendo com a plenitude pretendida por essas duas primeiras leis.

Toda a questão aqui é de se pensar em como lidar com isso que se rompe: pode ser via a construção de mais e mais pais, justamente para que haja ao menos um pai e uma mãe que sejam mantidas na posição de ideal, portanto, que sejam capazes de sustentar plenamente as leis do bem-estar e do dever (e na falta desse pai e dessa mãe,

cabe ao filho repor isso que aos pais falta, tendo o dever de alcançar ambas as leis e saldar a dívidas dos pais – dívida de ideal que os pais devem: eis aqui o **redobramento da dívida edípica na adolescência, pois é uma dívida dos pais e com os pais, redobrando e fechando a dívida sobre o eu** – “tudo isso seria evitado se meus pais fossem ricos”, mas seria a riqueza dos pais que evitaria todo o trabalho do filho? Ainda há um filho que quer os pais no lugar de ideal e para isso ele mesmo deve pagar essa dívida com os pais para chegar à dívida dos pais), ou ainda cair numa posição cínica de “tanto faz, tudo está rompido mesmo, então tanto faz o que eu farei”.

Percebe-se aqui que o eu pode cair ou numa inibição de nada fazer perante esse rompimento dos Romances Familiares articulado às leis do bem-estar e do dever (o eu, então, nada fará, ficará inibido), ou numa compulsão de tentar achar pais, imaginar pais que possam responder às citadas leis, não abandonar seus Romances Familiares e persistir compulsivamente neles. Como existe uma terceira lei, também aqui existe uma terceira via: apostar no próprio rompimento e apostar, com isso, no desejo aberto pelos pais que são e não são mais os pais (daí a estranheza que emerge a partir daquilo que é, ou era, o mais familiar). Inibição, compulsão ou criação a partir do rompimento são os três destinos no adulto para as Investigações ou Teorias Sexuais infantis que Freud descrevera no texto sobre Leonardo Da Vinci.

É interessante que Ruffino (1993) estabeleça três tarefas para o atravessamento da adolescência; não é tanto que o eu deva cumprir essas três tarefas para sair da adolescência e entrar na vida adulta e antes que o adolescente se defronta com essas três tarefas e deve atravessá-las, uma vez que as três o atravessam. Nessa primeira síntese teórica destaca-se a segunda das tarefas colocadas por Ruffino, conforme se lê abaixo:

“Ressitua-te ante a ordem da filiação onde teu lugar se inscreve desde antes de existires, posto que o que vem disto está do que teu cotidiano infantil pode te informar a respeito!” – Ruffino, 1993, p. 55

Justamente, essa segunda tarefa fala da filiação, de uma nova ordenação familiar, já que há o encontro com os pais desejantes, há o encontro com o desejo para alguém dos pais, do homem e da mulher, que o cotidiano infantil não pode informar, não pode in-formar, não pode colocar em forma: é preciso pós-formar (e não reformar – aquilo que está formado não se reforma, pode haver uma pós-forma, um reposicionamento frente ao que está formado) a partir de um novo lugar de filiação, de um lugar onde os pais não são mais ideais, de um lugar onde o eu possa prescindir dos pais, desinformar, tirar os pais da fôrma do ideal para pós-formar uma nova relação; aqui, novamente, os pais, que formam esse corpo familiar mais próximo, mais cotidiano, também na puberdade tornam-se estranhamento inquietantes.

Para que essa pós-forma de um novo lugar na filiação se dê, é preciso saber herdar também esse estranhamento inquietante na relação com os pais (para algo que está alguém dos pais – é o desejo do casal, esse é o estranho) e aqui está uma distinção marcante entre o Je e o moi: o Je é o eu que herda para alguém do moi: aquilo que o moi herda é da ordem das leis do bem-estar e do dever, o que o Je herda é uma ausência marcada pelo desejo conjugal que está para alguém do amor parental. Saber fazer com essa herança de desejo (como falta a ser) é algo que o moi não pode dar conta, restando ao Je, já que o moi, como eu consciente, trabalha com a positividade da energia ligada, ou seja, trabalha a partir de continuidades, de ligações que tendem a estabelecer relações fixas de significados (referência a Lacan aqui); o Je, como eu inconsciente, opera com energia livre, a “mobilidade de investimentos”, para citar Freud, entre os diversos traços e vestígios que se articulam a partir de um “desejo infantil indestrutível”.

6.2 Teorização segunda

Retomando, Freud escreve no texto sobre a escolha da neurose (e sobre a neurose obsessiva – 2010c) que o eu escolhe adoecer a ter de lidar com a falha/falta no Outro. A escolha não neurótica (porque não se pode dizer que seja saudável, afinal) é, justamente, escolher encarar de frente essa falha/falta no Outro, trata-se de não tentar preencher essa falta adoecendo, e ousar se aproximar disso que falta ao Outro, não para completar e antes para fazer algo com isso. Da mesma forma, a partir da leitura de Lacan e Žižek sobre a Interpretação do Sonho (ou seja, a função do sonho para o sonhador), há uma teoria da escolha aqui que diz sobre encarar esse furo do inconsciente articulado à verdade do eu, remetendo ao desejo. A aposta aqui é homóloga à primeira teorização, uma aposta não no desconhecido apenas, mas no estranho que o inconsciente aponta. No fundo a orientação profissional em cada caso tem de levar o eu a ir de um futuro que concebe como desconhecido para os limites de um futuro que se apresenta como estranho, pois que é um futuro que tem que ver com algo que retroage à sua história e ao seu destino, não como ponto de chegada e sim como determinação inconsciente. Cabe ao eu parar de buscar na realidade para achar na estranheza (e nas entranhas) de seu inconsciente algo que, longe de reconciliação, possibilite criação de uma escolha.

Nessa perspectiva é que Lacan dirá que o Outro antecede o sujeito, de modo que não existe realidade em si mesma, a realidade não brota para o sujeito de forma espontânea e tão pouco o sujeito representa a realidade de maneira biologicamente determinada: a realidade é apresentada pelo Outro, seu próximo, a pessoa ao lado que cuida e, no cuidado, apresenta a realidade por suas palavras e é por essas palavras que o sujeito pode fantasiar essa realidade, não apenas representar: é um “banho de linguagem”, por isso o Outro é esse conjunto de significantes que atravessam a história do sujeito. Se há algo de representação da realidade é no nível da atuação, tal como um ator, o sujeito pode representar ou atuar na realidade sua fantasia, para além das

representações que utiliza para recobrir a realidade material em si. Ao perder a garantia do Outro nessa operação de castração que atinge esse mesmo Outro durante a adolescência, perde-se a própria garantia sobre a realidade: esta deixa de ser aquilo que o Outro em suas palavras designa, e que eu – como *moi* – assumo via facilitação; a realidade material aponta para algo inapreensível com essa perda de garantia que abala a forma como o eu representa a realidade psíquica sobre a realidade material.

6.3 Teorização terceira

Articulam-se três ideias de três autores da psicanálise para pensar na escolha profissional: a posição de ator e de autor, conforme Christian Dunker escreve no artigo *Autoridade e Alteridade* (1998). A fala poética ao final de um processo analítico, ideia que se articula a partir da leitura de Patrick Mahony. E a criação de um significante particular que substitua metaforicamente o ritual de passagem coletivo, de modo que o adolescente possa significar um lugar para si no mundo adulto (Ruffino, 1993). Da primeira ideia a articulação que se faz é das posições de autor e de ator com a escolha: escolha de autor e escolha de ator. Da segunda ideia pensa-se que ao final de um processo de orientação profissional o eu também seja capaz de fazer outro uso da linguagem de modo a habitá-la de maneira mais autônoma e assim nomear seu desejo – não para fixar esse desejo num nome, já que se trata da lógica da representação de coisa e quem nomeia, portanto, seria o *Je*, mais do que o *moi*: nomear o desejo para reconhecê-lo e tomá-lo como próprio, por mais estranho ao ego que ele possa parecer. Da terceira ideia pensa-se na criação de um significante particular como a criação de um critério particular de escolha que tenha valor de significante, não de significado.

Isso seria aplicação de ideias da psicanálise dentro da orientação profissional? Não é essa a forma de trabalho, o que há é um diálogo entre esses campos. Mas como

método, é preciso que haja a implicação do eu e não a aplicação da psicanálise, esse é o ponto de intersecção e onde a aplicação “não se aplica”, por assim dizer. Pois essa fala poética, singular a cada sujeito adolescente e que se compõe a partir de uma criação – é uma perspectiva criacionista de orientação profissional, não desenvolvimentista ou construtivista – só se faz no momento mesmo em que o eu é capaz de se implicar em sua história, retomá-la para fazê-la própria e recortar um significante dessa história com o Outro.

Mais do que recortar um significante, é preciso que haja a criação de um significante singular, pois o recorte pode remeter a um tipo de triagem que o eu faz a partir de sua história: “isso serve, aquilo não serve”, e assim o eu pega o que pode ser aproveitado para seu futuro e descarta aquilo que não serve mais, no duplo sentido da palavra. Então, mantendo a ideia de recorte, pode-se entender que com esse recorte o eu tira os excessos e o que fica é a forma ideal que serviria bem para a escolha profissional. Não é disso que se trata, pois nesse caso cairíamos numa concepção por demais utilitarista – o que serve é aquilo que me (este me como o ego consciente) é útil nesse momento. A criação de um significante singular como critério de escolha pessoal para o atravessamento da crise da escolha em si, é a partir de uma retomada da história do eu e nessa retomada aquilo que o eu pode herdar é um vazio, basicamente, apontada pelo desejo. Por isso trata-se de uma criação, pois é a partir de um vazio que esse significante virá para fazer borda. Mas é importante ressaltar que mesmo esse vazio não é algo que veio do nada, afinal vazio difere de nada: esse vazio é ele mesmo uma herança, pois para além do amor parental, o que se herda é o desejo conjugal. Esse significante singular, significante que, como tal, nada significa, se articula à cadeia do sujeito de modo a abrir para novas significações e relações de significância, donde uma escolha é assumida. Nisso há a confiança no inconsciente – entendido como o sistema onde

predomina as representações de coisa –, nas determinações do inconsciente que apontam para um vazio fundante.

É pela via desse encadeamento significante que também se faz borda para esse inapreensível da realidade material, que jamais será totalmente apreendido, porém, na medida em que a articulação dos significantes torna-se mais lábil (o que é próprio da função simbólica), poder-se-ia dizer que passa a ter relações mais livres, conforme a energia livre do processo primário, sem se prender a significados prévios, pois bem, é nessa medida que a própria relação com a realidade torna-se mais livre. Sem se prender a significados prévios, a relação com a realidade também torna-se mais lábil, não se restringindo mais aos caminhos já trilhados pela facilitação. De tal modo que é pelo significante que se trabalha na relação do eu com a realidade, pois a própria realidade é discursiva, ela é feita de linguagem.

Claro que a realidade material não é toda ela apreensível pela linguagem, não é toda ela discursiva, por isso mesmo Freud escreveu que a realidade material é inapreensível. Há uma hiância insuperável entre a realidade material e a concepção que o eu pode fazer dela, a realidade psíquica, o eu, não importa a sua relação com a linguagem, não conseguirá significar toda a realidade material, da mesma forma que não significará todo o seu inconsciente, porém, ao tomar o significante como tal, que nada significa, é que o eu pode arriscar o impossível, ou seja, será impossível significar toda a realidade, bem como será impossível tornar todo o inconsciente consciente, não há representação de palavra que ligue todas as representações de coisa (faltam representações, faltam ligações), e mesmo assim o eu escolhe, mesmo sem ter todas as significações possíveis do inconsciente e da realidade externa. Portanto, o eu é capaz de estabelecer uma outra relação com esse vazio fundante pelo significante, não pelo

significado – uma escolha sem garantias e sem justificativas plenas pode ser feita na medida em que esse vazio tenha bordas, não preenchimentos.

Portanto, para escolher como autor é preciso mais do que herdar, é necessário se implicar nisso que se herda para adquirir e tomar como próprio; esse movimento é previsto por outros autores de orientação profissional e por outras escolas de psicanálise, porém aqui esse movimento não viria apenas pela via de um ego forte e antes por esse trabalho que, não por acaso, Lacan relaciona com o trabalho do oleiro de Heidegger, pois se faz por um vazio. O significante não vem para preencher esse vazio, tal como uma imagem em que o ego possa se identificar, o significante faz borda para esse vazio que é herdado como desejo em sua face intransitiva: é verbo sem objeto, portanto, esse vazio se inaugura por essa ausência de objeto, pois proibido desde a articulação entre o Édipo e Castração.

De forma lógica, articulando essas três ideias, tem-se que o trabalho de orientação profissional, nessa perspectiva, possibilita a criação de um critério particular de escolha que tenha valor de significante de tal forma que o eu possa encadear com sua própria cadeia significante e formar uma fala poética, criando a partir de um vazio da crise da escolha que é moldado/bordeado. Dessa forma o eu escolhe como autor, não ator, pode criar na linguagem, não copiar irrefletidamente. As considerações pelo que se herda e pela realidade mudam: o que se herda é algo do desejo conjugal para alguém da lei do bem-estar e do dever, ou seja, para além do amor; a realidade possui seus critérios de escolhas, porém para escolher como autor o eu cria seu próprio critério de tal modo que não se isola do mundo e sim o renova, porque esse critério não é do eu para o eu, é um critério que se comunica porque é de linguagem.

Existem grandes aproximações com a dissertação de Ragnini nesse ponto: a falta de um lugar social para o adolescente por causa do fim dos rituais sociais de passagem e

a possibilidade de assunção a um lugar a partir do encontro (potente) com o analista. Entretanto, a relação com o objeto profissional ainda se dá pela via da identificação (portanto, ainda é pela ação de um ego consciente), de modo que, de fato, há a assunção a um lugar social, mais do que a construção de um lugar singular nesse social. Diferencia-se também quanto ao herdado, pois que para a autora houve a falta de uma herança transgeracional com o fim desse ritual social de passagem, enquanto para esta dissertação aquilo que se transmite transgeracionalmente é justamente uma falta, a lei do desejo que está aquém dos pais e aponta, a cada transmissão, para o fim da própria família de origem; ou seja, não é que falte a transmissão sobre um lugar de adulto a se ocupar e sim que esse lugar de adulto como falta é a própria herança, cabe ao eu, via essa abertura do desejo, construir esse lugar de maneira singular para que cada nova geração renove esse lugar de adulto na sociedade.

6.4 Ponto de diferença

A esse ponto deve estar claro que a escolha pela terceira não significa que o eu, dentre várias opções profissionais, deverá escolher a terceira das opções. Esse terceiro que Freud aponta em seu texto sobre a Escolha dos Cofrinhos é um lugar fora da relação dual, fora da relação que tende a uma complementaridade, fora de uma dualidade que tende a se fechar sobre si. Esses dois primeiros lugares, como Freud ilustra pelos cofres de ouro e prata, e enfatiza com as duas primeiras filhas do Rei Lear, são lugares de declaração de amor, onde a falta não falta porque ela é preenchida com a sonoridade do ouro e da prata, ou com as juras de amor.

Fazer a escolha recair sobre esses dois primeiros lugares é de mais fácil entendimento, são lugares já existentes. Escolher o terceiro implica, em cada momento, escolher uma criação. É por essa via que novas profissões podem emergir, como de

“Youtuber”. É uma escolha que muda a realidade e o eu: mesmo que se escolha por uma profissão já existente, o lugar que o eu ocupa será de forma poética, o que implica em assumir esse lugar/profissão, mas à sua maneira. Isso reforça a tese lacaniana (mas com base em Freud) de que a realidade é discursiva para o sujeito, por isso alguém que possui uma relação com a linguagem de modo a habitá-la em sua vertente poética, poderá deslizar pelos significantes e fazer emergir novos sentidos – a profissão deixa de ser apenas o que os outros falam dela (os outros profissionais, orientadores, revistas, livros, professores, pais) e passa a significar também aquilo que o eu fala dela¹⁴, fala poética de um eu numa posição autoral. No fundo, é pela fala que o orientador pode atuar e é pela relação do eu com a fala que um processo de orientação profissional pode ser finalizado.

Nesse caso, como diferenciar um atendimento em orientação profissional de um atendimento analítico *per se*? Sem dúvida a diferença está no objeto, pois para a orientação profissional, o objeto em questão será a escolha profissional. Se a escolha de uma profissão não determina o fim de um processo em orientação profissional, ela permanece como objeto de trabalho clínico e da pesquisa teórica, indissociavelmente. No entanto, trata-se de um objeto cuja representação (para o sujeito que escolhe) está sobredeterminada, com incontáveis ligações libidinais envolvidas, já que, como Freud coloca sobre o luto e a melancolia, trata-se de um objeto de desejo... do Outro, num primeiro momento, para que depois seja reconhecido como próprio. Não por acaso também um atendimento em orientação profissional terá seu tempo dependente dessa sobredeterminação que se articula pelas representações de coisa, conforme exposto acima. Ao mesmo tempo em que deve haver um limite de tempo para esse atendimento, limite mais estreito do que de um atendimento analítico, por conta da especificidade de seu objeto que não se pode perder de vista.

Cabe a discussão: Considera-se, a partir de Lacan, a metáfora do Nome-do-Pai como uma operação de subjetivação, pois tira o pequeno infans da condição de objeto para o desejo do Outro ao esvaziar o falo como significado desse desejo e esvaziando esse mesmo desejo de objeto – isso cria um vazio por onde o pequeno infans pode se separar da função materna. Esse vazio é fundante. Temos que considerar, então, se assim é na escolha de uma profissão. Contradição: pelo que foi escrito até aqui, não haveria um vazio de objeto, mesmo em se tratando de um objeto profissional?

Esse vazio pode ser pensado como fundante na concepção de família, pois antes de haver uma família há um casal e o fundamento de um casal é o desejo, um desejo que aponta para alguém da família de origem e possibilita a um homem e a uma mulher deixarem suas famílias originais para formar um casal – esse vazio indica que nenhuma família se basta em si mesma. Aos filhos, cabe saber herdar esse vazio que está alguém de todo amor parental; cabe se responsabilizar pela emergência desse vazio, que surge muitas das vezes como algo cuja significação falta (vazio e falta não se equivalem, porém se articulam), surge em suas diferentes e estranhas formações do inconsciente que remetem ao desejo inconsciente: há um desejo que trabalha no eu, à sua revelia e ainda assim é preciso assumir esse desejo como seu para poder dele se servir; finalmente, e essa é a terceira passagem, cabe ao eu estabelecer Outra relação com a própria linguagem, de modo a permitir uma relação que faça borda para esse vazio, sem ignorar o mesmo e sem pretender preenchê-lo compulsivamente: trata-se de uma criação.

Essas três passagens (herdar, se responsabilizar/Conquistar e se servir/Possuir) são reeditadas de maneira a possibilitar novas elaborações na adolescência, durante a escolha de uma profissão como ponto em que se condensa a significação de acesso à

vida adulta, por isso a importância da criação de um significante singular que funcione como critério de escolha pessoal.

De modo diferente de uma escolha por reparação (que visa a reparação de um objeto interno danificado, ou seja, visa certa recuperação desse objeto, ainda que não o mesmo), o que se propõe aqui é a necessidade da escolha pela perda, não apenas sobre a perda em cada escolha. É nisso que esta dissertação se mantém dentro da psicanálise freudiana, pois Freud identificou a necessidade humana de escolher a perda representada em cada conto e em cada mito pela terceira. Por mais que se revista essa terceira de todas as figuras possíveis de ideal (a mais bela, a mais confiável, a mais sábia), o que permanece em seu cerne é o silencioso, o escondido, o mudo, palavras que se deslocam em direção a um vazio de significado (algo se silencia, permanece escondido, sem se revelar plenamente, portanto, uma presença muda). Ou seja, por mais que se queira revestir esse vazio de imagens idealizadas, ele insiste (mas não consiste) e é nisso que emerge em sua estranheza: essas imagens, por mais ideais que se queiram (e que o ego as queira assim), elas continuam a evocar uma dimensão estranha que remete ao desejo inconsciente, fundamentalmente vazio.

A lição de Freud, em cada escolha, é confiar no inconsciente, trata-se de parar de idealizar os objetos escolhidos e arriscar-se numa escolha pelo vazio que a perda traz: é encarar esse vazio sem ignorá-lo e sem tentar preenchê-lo com mais e mais ideias – há uma solução terceira que passa por criar bordas para não encarar o vazio de forma direta e por essas bordas fazer uma escolha emergir, não como objeto, mas como um risco pelo impossível – nunca se saberá se a escolha realizada foi a melhor, isso é impossível, por isso é preciso encarar que não existe “o melhor” em si mesmo, trata-se de escolher a perda do “melhor”. Esse “melhor”, claro, remete ao falo como imagem idealizada que responderia ao desejo do Outro de maneira definitiva, seria o significado desse desejo. E

o que resta? Resta criar. Uma profissão existente, como objeto, está esvaziada e cabe ao eu criar a partir disso, essa profissão, como significante, articula-se ao significante singular criado pelo eu a partir dos vestígios de sua história com o Outro.

Essa articulação significante não será por um significado posto, ela se aproxima das articulações das representações de coisa, pois estas se relacionam independentemente de qualquer qualidade predicativa, não é pelo significado em si, mas por uma significação que remete ao desejo infantil, como escrito acima, um desejo não apenas inacessível como esvaziado de objeto desde a articulação entre o Complexo de Édipo e de Castração. Eis a confiança no inconsciente na escolha, confiar numa escolha que não vise a plenitude do “melhor” fálico, e antes confiar numa escolha que precisa ser renovada a cada momento, pois o inconsciente ainda pulsa, a energia, afinal, é livre.

Corre-se grande risco, pensando dessa forma, de que o eu que escolhe assuma apenas uma ideia fantasiosa da profissão, já que esta está esvaziada de significado: não é disso que se trata. O que ocorre é que para esse eu, a profissão não será tomada como algo com significados a priori apenas, a profissão não será apenas o que se escreve dela e não contará apenas em sua realidade existente – é claro que existe uma identificação, uma pesquisa sobre a realidade da profissão, uma idealização que venha para justificar essa escolha. O ponto é que isso não basta, como os casos clínicos indicaram (Carolina e Bella, especialmente). É preciso que se entenda, a profissão como significante está esvaziada de significado em si mesmo, sua significação se dá pela articulação a outros significantes e a hipótese aqui é que a articulação privilegiada se dá com esse significante singular que funciona como critério pessoal de escolha.

A profissão, assim, ganha significação e significância articulada à história do eu com o Outro, passa a ser uma profissão que faça vínculo não apenas com essa história, mas também com algo da verdade do desejo inconsciente, emergindo pelos vestígios

que são as representações de coisa (a Coisa, *Das Ding*, em si, está perdida) e cabe ao eu inconsciente assumir e se responsabilizar pela emergência desses vestígios de representação de coisa que remetem ao desejo.

Aqui, concorda-se com Gurfinkel que a escolha profissional reedita o Édipo na medida em que essa “encruzilhada” (termo usado pela autora) da escolha condensa as significações de luto pela queda dos ideais parentais infantis e da própria infância: é preciso prescindir dos pais para atravessar essa encruzilhada e escolher uma profissão de maneira autônoma. É preciso, por isso, apostar numa posição terceira que saia da relação dual entre o adolescente e seus pais, e aqui pretende-se dar um passo a mais a partir de Gurfinkel: prescindir dos pais ideais é possível porque o eu é capaz de assumi-los simbolicamente; essa operação se dá na criação desse significante singular que possibilita uma reapropriação da história desse eu com o Outro: é a partir de uma herança, no entanto, não basta herdar, é preciso conquistar para possuir.

Notas:

- 1) Aqui penso numa questão que Kupfer (2010) traz em sua experiência nos atendimentos a crianças: o que uma criança pode fazer pela outra e, nesse caso, o que um adolescente pode fazer por outro – mais do que uma tarefa para o grupo resolver – como nos grupos operativos –, é pensar o que o adolescente pode fazer por outro dentro de um grupo, o que, é claro, contribui para a tarefa em si; deixo esse registro e, no entanto, deixo claro também que este não é o objetivo desta dissertação, por isso este tema não será profundado.
- 2) Entende-se melhor como a identidade vocacional e identidade ocupacional estão numa relação dialética, pois ambos são vinculares: se a identidade vocacional diz mais sobre o objeto interno danificado, a identidade ocupacional diz sobre o objeto externo (carreira, nesse caso) que virá para fazer a reparação. Esse vínculo entre as duas identidades se dá via ego.
- 3) A profissão, por outro lado, será um objeto da realidade, e todo o esforço do clínico para que assim o sujeito adolescente possa encarar, portanto, um objeto que não seja da fantasia narcísica, um objeto da não retaliação especular, da mesma forma que no atendimento o psicólogo clínico não se colocou de forma a retaliar o adolescente, abrindo assim a possibilidade de ser para esse sujeito objeto suficientemente bom, abrir para o bom encontro potente. A ligação do sujeito com esse objeto externo profissional se dará via identificação.
- 4) Remeto, no entanto, ao caso de um adolescente, cujo pai, quando esse adolescente contava 11 anos, mostrou uma tabela em Excel contendo todos os gastos que o filho consumira, o que daria para comprar dois carros de alta padrão. Ao atender o adolescente, este deixou claro que em nenhum momento o pai havia lhe dito que essa era uma dívida a ser saldada no futuro e não deixa de chamar a atenção que ele se lembrara desse episódio específico no momento em que fazia a escolha profissional, contando na época 16 anos. Se o pai não disse diretamente sobre a dívida do filho, foi impossível para o filho deixar de fazer a ligação direta. De saída, o filho partia com dois carros de alto padrão na conta negativa, já saía perdendo, e no primeiro momento que tinha para poder sair da **passividade de quem deve** para ir para a **atividade de quem pode pagar**, a tabela de Excel de seu pai foi retomada. No momento de escolha o adolescente está numa posição ativa, é o momento em que pode ser ativo e restituir algo que lhe

foi dado passivamente. Escolher dessa forma é o que Bohoslavsky chamou de escolha por reparação maníaca; para efeitos desta dissertação, essa é uma escolha como ator, não como autor, escolha que busca, sem achar, repetir em ato a cena da dívida, invertendo o papel desempenhado pelo adolescente, agora num lugar ativo.

- 5) Afirmo tratar-se de uma lei social, pois é a sociedade quem funda a família e não o contrário: cada nova família se funda a partir de um casal e cada casal se une por uma lei social, a lei negativa da troca de mulheres, portanto, a lei da proibição do incesto. Na base do desejo está um objeto perdido porque proibido desde a lei da proibição do incesto, lei social que obriga cada filho e cada filha a se dirigir para o não-familiar, o desconhecido, formar um casal e fundar uma nova família.
- 6) Cabe, sem dúvida a questão: qual a demanda em jogo aqui para o adolescente, neste momento de encruzilhada, para citar Gurfinkel, da escolha profissional? É a demanda de querer atender a expectativa dos pais, ou a demanda de não querer trair a expectativa dos pais? Existe diferença entre essas duas demandas? A primeira questão a se pensar é que a expectativa dos pais não é em si mesma, existe sempre uma interpretação da expectativa por parte dos filhos. No fundo, a lógica em jogo é a mesma, ter um outro que determine minha escolha e com isso ter alguém a quem possa colocar a culpa. Nos dois casos há um regime de culpa também: o regime da culpa em quem teme trair a expectativa dos pais é da culpa por ir contra um desejo suposto aos pais, é uma expectativa angustiante ir contra os pais; mas para quem quer atender a expectativa dos pais, há uma vontade em ser aquele que dá o que supostamente falta aos pais, ou seja, para alguém de ter alguém a quem culpar está a vontade de atender a expectativa dos pais, não apenas para se desresponsabilizar pelo ato da escolha, mas também para atender os pais, ser aquele que dá o que supostamente falta aos pais. O problema é que nessa posição, o adolescente logo cai na culpa pela impotência em não poder dar o que supostamente falta aos pais.
- 7) Uma lei negativa, como a do desejo, marca com o não aquilo que é proibido, no caso, o objeto materno. Aquilo que é permitido, no entanto, fica em aberto e por isso a lei negativa deixa espaço para a dúvida. Isso não acontece com leis positivas que, ao invés de circunscreverem o

que está proibido, dizem aquilo que é permitido; nisso não há espaço para a dúvida, aquilo que se segue está delimitado e, conseqüentemente, o que está negado.

- 8) Sede e fome que, obviamente, não são libidinais e aqui entra o conceito de apoio ou veiculação sustentada, ou seja, a libido se apoia na pulsão de auto conservação para constituir as zonas erógenas, como boca e ânus.
- 9) Ou seja, o objeto da realidade não opera no imediatismo como o objeto da fantasia, há um distanciamento que também é temporal entre o objeto da fantasia e o objeto da realidade, mas satisfação paranoica do objeto da fantasia está fadada à frustração para que haja a constituição do eu realidade.
- 10) Aqui, sem dúvida, cabe a reflexão: não seria essa ideia de acordar para continuar sonhando algo que vai contra a própria ideia de Freud quanto à neurose? Essa questão é válida, pois em diversos textos (por exemplo, nas Conferências Introdutórias), Freud afirma que o neurótico investe em suas fantasias, ao invés de se dirigir para a realidade e se relacionar com os objetos da realidade via motricidade. A energia da motricidade é investida e satisfeita nas fantasias inconscientes, portanto, o neurótico, no lugar de agir no mundo/na realidade, prefere se ligar cada vez mais às suas fantasias mais internas. Isso porque é movido pelo princípio do prazer, não suporta qualquer tipo de frustração que a realidade possa trazer, preferindo permanecer em suas fantasias. Eis que as fantasias vêm para preencher uma hiância de satisfação, algo que não se preenche, não por acaso sendo elas escritas durante a articulação entre Complexo de Édipo e Complexo de Castração, as fantasias são um recurso para lidar com a impotência do eu em obter a plena satisfação. Como o próprio Freud enuncia, o neurótico prefere aderir à precária satisfação garantida pelas fantasias do que se arriscar a ter algo a mais (um mais de gozar) se arriscando com os objetos da realidade. A lógica de se manter sonhando ao acordar é a mesma, os lugares é que mudam: ao acordar o eu evita o encontro faltoso com o real, apelando para a realidade. Se a fantasia é um recurso do homem que se ressentido de sua impotência em lidar com os objetos da realidade na busca por satisfação, o sonho em seu limite possui algo de indecifrável, um umbigo, e encontra-lo é ter de lidar com o encontro faltoso, pois a esse umbigo falta a representação, é algo impossível de se representar, falta essa representação que daria

destino a todos os impulsos, ligando tudo e completando a estrutura. No limite do sonho, há o encontro com o impossível para além da impotência. É preciso pensar novamente: para além de apenas investir nos objetos da realidade, é preciso pensar em como se dá esse investimento. A ênfase aqui é quanto à ação, o eu fantasia ao invés de agir. É preciso lembrar a esse respeito sobre o acting-out, a atuação que ocorre na realidade como repetição, um empecilho à análise, pois o eu repete em ato ao invés de rememorar e verbalizar. Essa atuação é um afastamento, tal qual o neurótico que faz recurso à fantasia, mas que se dá na realidade, o neurótico se refugia na realidade em determinado ponto da análise, ao invés de rememorar e verbalizar (que levariam a um encontro faltoso, já que inconsciente). O que o eu atua no acting out é a cena da fantasia, afinal, e atua na realidade, se dirige para a realidade em sua atuação, se refugindo nela ante o trabalho da rememoração. O ponto aqui tem que ver com a escolha: o eu escolhe reativamente e continua preso a uma satisfação sempre precária, mas garantida, evitando com isso uma quebra do princípio do prazer; nesse caso, é uma fuga sua escolha, seja para a realidade, como no acordar do sonho ou no acting-out – o eu apela para o acordar e para o acting-out no momento em que estava frente a um não sabido que não queriam saber –, seja para a satisfação da fantasia evitando com isso a realidade que se apresenta em sua face estranha, de uma realidade que se mostra fora do circuito de satisfação já conhecido e pré-estabelecido pelos caminhos da facilitação – o que se evita nesses dois casos é o risco de perder essa garantia precária, portanto, saber que sofrerá é a escolha no lugar de não saber (um saber ruim é melhor do que não saber); percebe-se que ambas as escolhas como fuga, tanto para a realidade, quanto para longe da realidade, são no fundo a mesma escolha, pois envolvem uma permanência do eu em sua ignorância: para ignorar um não sabido de sua verdade inconsciente, ou para ignorar uma realidade que está para além (ou aquém) do circuito desenhado pela facilitação na infância – da realidade ou para a realidade, a lógica aqui é a mesma, trata-se de fugir, é a escolha pela fuga. Freud escreve, no artigo sobre Inconsciente: *a frustração relativa ao objeto traz a irrupção da neurose, e que a neurose implica a renúncia ao objeto real, e também que a libido subtraída ao objeto real retrocede a um objeto fantasiado e dele a um reprimido* – 2010e, p. 139. Novamente, o que se evidencia aqui é como o neurótico não suporta a frustração de sua satisfação perante o objeto, daí introverter a libido para o objeto da fantasia. A questão que se coloca a partir disso é: essa frustração que faz irrupção à neurose é relativa a qual objeto? Lembremos que Freud coloca

o ápice da sexualidade infantil no Complexo de Édipo, momento em que se dá a articulação ao outro complexo nuclear, o Complexo de Castração: aí é que se tem a frustração em relação ao objeto materno, privação em relação ao falo que satisfaria a mãe e castração também em relação ao falo, dessa vez como objeto imaginário que denotaria toda a divisão dos sexos (a castração, dessa feita, coloca fim à mais importante das teorias sexuais infantis, a prevalência do falo: a privação seria ao falo da mãe, a mãe é privada do falo, o que a jogaria como não ideal e o filho é frustrado dessa mãe ideal; tem-se a castração como marcando o fim do falo como objeto imaginário que marcaria a diferença sexual – resta o falo como símbolo). De fato, a partir de Lacan pode-se dizer que o estatuto do objeto perdido na frustração é real, mas é preciso que o eu vá para adiante, não fique apenas na frustração e encare a castração simbólica. No caso do neurótico, há uma satisfação paradoxal que o fixa na perda imaginária da frustração.

- 11) Ao invés de colocar “intermediação”, optou-se por “bordeamento”, pois se trata de fazer borda para algo que está fundamentalmente vazio. A crise da escolha profissional, bem como a crise adolescente se dá por uma falta de lugar simbólico para o sujeito adolescente, pois falta um ritual social para sancionar esse lugar simbólico (simbólico, pois sancionaria um direito de uso, não um fato de uso). Ante essa ausência, o significante recolhido da história do sujeito com o Outro faz a borda para que tenha uma forma, o significante não faz apenas a intermediação entre o eu e o encontro traumático da crise. Esse vazio, na verdade, é redobrado, pois falta um lugar simbólico para o sujeito adolescente, faltam as garantias para se chegar ao lugar adulto: essa garantia viria, de forma “primitiva” (seguindo o pensamento de Freud em *Totem e Tabu*), pelos antigos rituais de passagem e viriam também pela infantil promessa fálica (“quando eu tiver o falo, poderei usá-lo tal qual um adulto, o falo me garante a entrada no mundo adulto”) e a também infantil expectativa quanto aos pais como garantias do futuro (saudades do Pai Ideal que serviria de garantia para as incertezas do futuro nesse momento de escolha, “eu não sei de meu futuro, as alguém deve saber!”); no fundo, a expectativa é de que os pais, ou seus substitutos românticos, pudessem dar essa sanção de uso do falo como objeto simbólico para entrada no mundo dos adultos (ter o direito de usar o falo como os adultos), mas é nesse ponto que se deparam com a castração, não apenas deles, como dos pais e por isso mesmo há o desejo aquém dos pais mesmos. Ou seja, tem-se aqui novamente o primitivo e o infantil, pisa-se no terreno do

inconsciente, é neste que esses passos são dados, passos que fazem borda para esse vazio redobrado no momento de escolha profissional da adolescência. Ponto interessante aqui é que o infantil e o primitivo são terreno do inconsciente como ausência, pois, como se escreveu acima, é justamente algo da dimensão do infantil (a promessa fálica e os pais como ideias) e do primitivo (os rituais sociais de passagem) que estão ausentes, daí o vazio. Cabe ao eu moldar a partir desse vazio, é um trabalho de oleiro: *o oleiro apreende em primeiro lugar e só apreende o inapreensível do vazio, faz dele um continente e dá-lhe forma de vaso. O vazio do cântaro determina todos os gestos de sua produção.* – Heidegger, in Goldemberg, 1994, p. 86. Na verdade, como nos lembra Goldemberg, é a partir dessa referência ao oleiro de Heidegger que Lacan define o significante para o campo psicanalítico desde fora da linguística: *o vaso, como oco enformado, seria o significante. Cheio/vazio, os significados que ele gera.* – p. 86.

12) Ou seja, a partir da significação do atravessamento da adolescência é que há a significação de um novo lugar de adulto, essa nova significação que a adolescência traz em seu atravessamento renova a própria significação do lugar de adulto, impedindo que esse ciclo seja mera repetição do mesmo a escolha de uma profissão, afinal, é a escolha de um lugar nesse mundo adulto, mas – e esse é um ponto importante dessa dissertação – não é a entrada no mundo adulto já existente apenas, a entrada do sujeito adolescente no mundo adulto o renova, como dito acima, a criação de um significante para o atravessamento da adolescência possibilita a criação de novos sentidos para esse mundo adulto, para os lugares de adulto já existentes.

13) A articulação que Dunker (1998) faz aqui é com a teoria crítica de Horkheimer, em *Autoridade e Família* (1974): *a autoridade se individualiza no mesmo momento em que este indivíduo admite-se universal, pois tem como atributo essencial a razão.* – Dunker, 1998, p. 3. Para Horkheimer, na leitura de Dunker, há um dever ético do sujeito moderno – e só existe sujeito a partir da modernidade, não faz sentido falar de sujeito antes desse período –, pois que o indivíduo só se faz sujeito na medida em que ascende à razão. A razão, assim, é um bem universal diferente da autoridade da tradição, pois esta era transmitida de forma a ser seguida à risca, sem possibilidade de mudança, a autoridade da tradição não poderia ser universalizada, pois pertencia apenas a alguns, justamente esses alguns responsáveis por sua transmissão: o sujeito só podia transmitir e repetir a autoridade da tradição, não ascendia à sua razão. A razão é um bem universal esvaziado

de conteúdo – é nesse esvaziamento que ela é capaz de se universalizar, diferente da tradição que é todo conteúdo –, cabe a cada um assumir à sua maneira: pela razão o sujeito é capaz de autorizar a si mesmo, sem esperar pela autoridade da tradição (como ocorreria em certos ritos de passagem), torna-se autor de si mesmo; a autoridade se individualiza e o sujeito é capaz de se admitir universal, pois que faz uso da razão, um atributo – mais ainda, um dever – universal; o que há de universal na razão é a capacidade de pensar e refletir, mas o conteúdo é particular. Portanto, na modernidade há a ascensão do sujeito à razão, recusa da tradição como autoridade para que o sujeito racional seja autor de sua vida, seja autônomo: não seria esse um passo homólogo ao dado por cada adolescente em seu caminho para a vida adulta – abandonar a autoridade dos pais para se chegar numa autonomia da razão? A escolha como ator é uma escolha para permanecer na autoridade da tradição, se recusando a ascender para a razão como bem universal, daí ser pura repetição sem reflexão. Em certa medida, é uma escolha defensiva que evita o desprazer, já que não há o risco, é sempre a aposta no certo, repetição do mesmo.

- 14) Mas por que a fala e não a linguagem? De forma geral, pode-se dizer que a linguagem é universal, porque cada povo possui um sistema de linguagem, a comunicação – como tornar comum – é pela via da linguagem, seja falada, gestual, musical, enfim, há uma estrutura de linguagem que permite a comunicação. A língua é particular de cada povo, cada povo tem seu conjunto de significantes, cada povo trabalha com seus significantes. A fala é singular, cada um habita a linguagem e a língua à sua maneira, pois é como Lacan escreve em seu seminário sobre *O desejo e sua Interpretação* (1959, inédito), “não há o Outro do Outro”, a própria linguagem não é ela toda completa, não pode se significar por completo, lhe falta o significante último que daria a significação final e fecharia todo o sistema, pois a própria linguagem se funda a partir de uma falta, a falta de objeto: o eu só ascende à linguagem porque o objeto está ausente, o símbolo, como escrito acima, é a presença de uma ausência. Ao mesmo tempo em que é a linguagem quem separa o eu do objeto, a partir do momento em que o eu ascende à linguagem, o objeto como tal fica inacessível – é um movimento dialético, onde a origem fica para sempre perdida, não é possível dizer que a linguagem é quem torna inacessível o objeto para o eu, ou se é a perda do objeto quem funda a linguagem; o que se pode afirmar é que por não haver o Outro do Outro, pela linguagem ser uma estrutura que não se fecha em si mesma, já que em seu cerne está uma

falta (de objeto), é por isso que a fala como algo singular pode existir, cada um pode se fazer e fazer sua fala a partir da linguagem, desde que saiba se defrontar com essa falta do Outro no Outro. O eu, então, pode falar sobre a profissão, não apenas ouvir o que os outros têm a dizer dela, mas essa fala vem a partir do ponto onde o eu é falado, ou seja, esse campo do Outro: o Outro é o conjunto dos ditos que determinam o eu, este se aliena a esses ditos, especialmente ao “tu és...”, ao qual o eu se identifica (no fundo, o eu se identifica àquilo que supõe ser o objeto de desejo da mãe: esse “tu és...” é assumido como esse lugar para onde aponta esse desejo). Mas esses ditos, como significantes, deslizam e com isso abrem para novas significações; essa abertura somente ocorre porque o Outro não se completa em si, é por essa via que o eu pode se separar do Outro e por essa separação esse eu é capaz de se responsabilizar por esses ditos, lá onde o eu é falado, ele pode se assumir, sempre de forma evanescente, já que os ditos continuam a deslizar. Se assumir em sua própria fugacidade, sem consistir numa identidade que preenche esse “tu és...”, o eu é capaz de se assumir aí, nesse “...”, por isso é do eu inconsciente.

Bibliografia:

- Alberti, S. (2004) *O adolescente e o Outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bohoslavsky, R. (2001). *Aula ministrada em cinco de fevereiro de 1975*. In: LABOR – Revista do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Orientação Profissional, n. 0 (p. 21-p.50). São Paulo: Editora Vardi.
- Bohoslavsky, R. (2007). *Orientação Vocacional: A estratégia clínica*. São Paulo: Martins Fontes Editora. (originalmente publicado em 1977).
- Bordin, E. Nachmann, B. Segal, S. (1963). *An articulated framework for Vocacional Development*. Washington: Journal of Counseling Psychology. Vol. 10, Nº 2.
- Bordin, E. (1968). *Psychological Counseling*. 2nd Edition. New York: Meredith Corporation. Appleton-Century-Crofts Educational Division.
- Bordin, E. Kopplin, A. (1973). *Motivational conflict and vocational development*. Washington: Journal of Counseling Psychology. Vol. 20, Nº 2.
- Cabas, A.D. (2009). *O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Cabas, A.D. (2010). *A noção de sujeito na obra de Lacan e na Clínica Analítica*. Em: <http://www.psicopatologiafundamental.org/uploads/files/posteres_iv_congresso/simpósios_iv_congresso/sp04-antonio-godino-cabas.pdf>

- Costa, A.D. (2005). *Que escolha é essa?* In: *Stylus no. 11*. Rio de Janeiro: Associação Fóruns do Campo Lacaniano.

- Dunker, C. (1998) *Autoridade e Alteridade* In. *Interações, Volume I*. São Paulo: Universidade São Marcos.

- Dunker, C. (2010) *Um filme que se repete...* In. *Revista Mente e Cérebro. Edição especial: O segredo da decisão No. 35*. São Paulo: Editora Duetto.

- Dunker, C. I. L.; Jerusalinsky, A.; Voltolini, R. (2008) . *Metodologia de pesquisa em psicanálise*. In: Maria Cristina Machado Kupfer; Rogério Lerner. (Org.). *Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa*. São Paulo: FAPESP/Escuta.

- Freud, S. (2006a). *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade*. In: *Edição Standard das Obras (ESB) psicológicas completas de Sigmund Freud, v. VII*. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1905).

- Freud, S. (2006b). *Romances Familiares*. In: *Edição Standard das Obras (ESB) psicológicas completas de Sigmund Freud, v. IX*. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1909).

- Freud, S. (2006c). *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (partes I e II)*. In: *Edição Standard das Obras (ESB) psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XV*. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1916-17).

- Freud, S. (2006d). *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (partes III)*. In: *Edição Standard da Obras (ESB) psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XVI. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1917).

- Freud, S. (2006e). *Construções em Análise*. In: *Edição Standard da Obras (ESB) psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1937).

- Freud, S. (2006f). *Esboço de Psicanálise*. In: *Edição Standard da Obras (ESB) psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago. (original publicado em 1938).

- Freud, S. (2010a). *Um sonho como prova*. In: *Obras Completas*, v. 10. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1913).

- Freud, S. (2010b). *O tema da escolha do cofrinho*. In: *Obras Completas*, v. 10. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1913).

- Freud, S. (2010c). *A predisposição à neurose obsessiva*. In: *Obras Completas*, v. 10. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1913).

- Freud, S. (2010d). *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*. In: *Obras Completas*, v. 12. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1915).

- Freud, S. (2010e). *O Inconsciente*. In: *Obras Completas*, v. 12. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1915).

- Freud, S. (2010f). *Alguns tipos de caráter encontrados na prática analítica..* In: *Obras Completas*, v. 12. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1916).

- Freud, S. (2010g). *O inquietante*. In: *Obras Completas*, v. 14. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1919).

- Freud, S. (2010h). *Além do princípio do prazer*. In: *Obras Completas*, v. 14. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1920).

- Freud, S. (2010i). *Mal-estar na civilização*. In: *Obras Completas*, v. 18. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1930).

- Freud, S. (2010j). *Novas conferências introdutórias à psicanálise*. In: *Obras Completas*, v. 18. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1933).

- Freud, S. (2011a). *Luto e Melancolia*. São Paulo: Cosac Naify (originalmente publico em 1917).

- Freud, S. (2011b). *O Eu e o Id*. In: *Obras Completas*, v. 16. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1923).

- Freud, S. (2011c). *A organização genital infantil*. In: *Obras Completas*, v. 16. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1923).

- Freud, S. (2011d). *Nota sobre o “Bloco Mágico”*. In: *Obras Completas*, v. 16. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1925).

- Freud, S. (2012a). *A Interpretação dos Sonhos. Volume 2*. Porto Alegre: L&PM Editores (originalmente publicado em 1900).

- Freud, S. (2012b). *Totem e Tabu*. In: *Obras Completas*, v. 11. São Paulo: Companhia das letras (originalmente publico em 1912-1913).

- Goldenberg, R.D. (1994). *Ensaio sobre a moral de Freud. Bahia*. Ágalma Editora.

- Gurfinkel, A. E. C. (1991). *A encruzilhada edípica: uma metáfora da dúvida profissional do adolescente*. Tese de mestrado defendida no Instituto de Psicologia da USP (IPUSP).

- Kupfer, M. C. M. ; Pinto, F. S. C. N. ; Voltolini, Rinaldo. (2010) *O que uma criança pode fazer por outra? Sobre grupos terapêuticos de crianças*. In: Maria Cristina M Kupfer e Fernanda S C Noya Pinto. (Org.). *Lugar de vida, vinte anos depois. Exercícios de educação terapêutica*. São Paulo: Escuta/FAPESP.

- Jorge, M.A.C. (2008). *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan. Volume 1: As bases conceituais*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- Julien, P. (2004). *Abandonarás teu Pai e tua Mãe*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

- Lacan, J. (1997). *O seminário: Livro III. As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Originalmente publicado em 1981).

- Lacan, J. (1998a). *O estádio do espelho como formador da função do eu*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Originalmente publicado em 1966).

- Lacan, J. (1998b). *A instância da letra ou a razão desde Freud*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Originalmente publicado em 1966).

- Lacan, J. (1998c). *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Originalmente publicado em 1966).

- Lacan, J. (1998d). *O seminário: Livro XI. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (Originalmente publicado em 1973).

- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2004). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

- Lehman, Y.P. (2011). *Algumas contribuições brasileiras para a orientação profissional. Orientação profissional clínico-social ativa: de Bohoslavsky a Winnicott*. In: Marcelo Afonso Ribeiro & Lucy Leal Melo-Silva (Org.). *Compêndio de Orientação Profissional e de Carreira*. São Paulo: Vetor Editora.

- Lindsay, J. (2012). *Dexter, a mão esquerda de Deus*. São Paulo: Editora Planeta.

- Melman, C. (1997). *Os adolescentes estão sempre confrontados com o Minotauro*. In: Associação psicanalítica de Porto Alegre (Org.). *Adolescência: Entre o passado e o futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios Editora Ltda.

- Nogueira, L. C. (2004). *Aula – A Pesquisa em Psicanálise*. In: *Psicologia USP, Volume 15, Número 1/2*. São Paulo: Instituto de Psicologia da USP (IPUSP).

- Pain, R. M. O. *A Escolha Profissional Sob um Olhar Psicanalítico*. *Recreate: Revista Internacional de Creatividade Aplicada Total*, v. Nº 7, p. seção VI, 2007.

- Passos, C.R.M. & Nogami, O. (2012). *Princípios de Economia*. São Paulo: Cengage Learning.

- Patto, M.L.S. (2000). *Ética e mal-estar na educação: apontamentos para uma reflexão*. In: Maria Cristina M Kupfer e Leandro de Lajonquière. (Org.). *A psicanálise e os impasses da educação*. São Paulo: Anais do I colóquio do Lugar de Vida. LEPSI.

- Ragnini, M da S. (2011). *A potencialidade do encontro: uma contribuição da psicanálise à orientação profissional*. Tese de mestrado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

- Roe, A. (1954). *A new classification of occupations*. Washington: Journal of Counseling Psychology. Vol. 1, Nº 4.

- Roe, A. (1957). *Early Determinants of Vocational Choice*. Washington: Journal of Counseling Psychology. Vol. 1, Nº 3.

- Ruffino, R. (1993). *Sobre o lugar da adolescência na teoria do sujeito*. In: Clara Regina Rappaport (Org.). *Adolescência: abordagem psicanalítica*. São Paulo: E.P.U. Editora Pedagógica Universitária.

- Safatle, V. (2005). *Depois da culpabilidade: figuras do supereu na sociedade de consumo*. In: Slavoj Zizek, Ian Parker, Peter Dews, Vladimir Safatle, Christian Dunker e José Luiz Aida Prado (Org.). *Zizek Crítico: Política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo: Hacker Editores.

- Sauret, M-J. (2005). *As escolhas da subjetividade de nossa época*. In: *Stylus no. 11*. Rio de Janeiro: Associação Fóruns do Campo Lacaniano.

- Schermann, E. Z. (2006). *A escolha do sujeito ou o escolha em que o desejo “esbarra”*. In: *Stylus no. 12*. Rio de Janeiro: Associação Fóruns do Campo Lacaniano.

- Voltolini, R. ; Dunker, C. I. L. ; Jerusalinsky, A. (2008) . *Metodologia de pesquisa em psicanálise*. In: Maria Cristina Machado Kupfer; Rogério Lerner. (Org.). *Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa*. São Paulo: FAPESP/Escuta.

- Voltolini, R. (1999). *A questão da Vocação: Psicanálise e Psicologia*. Tese de doutorado defendida no Instituto de Psicologia da USP (IPUSP).
- Žizek, S. (2003). *O Real da ilusão cristã: notas sobre Lacan e a religião*. In: Vladimir Safatle (org.). *Um Limite Tenso*. São Paulo: Editora Unesp.
- Žizek, S. (2010). *Como Ler Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (originalmente publicado em 2006).